

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**A FORMAÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA NA IMPRENSA DE MARINGÁ
(1961-1969): A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ E A ATUAÇÃO DA
FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE (FAP)**

FABRICIA DE CÁSSIA GROU DE PAULA

**MARINGÁ
2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: DOUTORADO EM
EDUCAÇÃO.
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO**

**A FORMAÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA NA IMPRENSA DE MARINGÁ (1961-
1969): A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ E A ATUAÇÃO DA FRENTE AGRÁRIA
PARANAENSE (FAP)**

Tese apresentada por FABRICIA DE CASSIA GROU DE PAULA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação, Universidade Estadual de Maringá.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes.

MARINGÁ

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação
(CIP) (Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR Brasil)

P324f

Paula, Fabricia de Cassia Grou de

A formação político-educativa na imprensa de Maringá (1961-1969) :a Folha do Norte do Paraná e a atuação da Frente Agrária Paranaense (FAP) / Fabricia de Cassia Grou de Paula. -- Maringá, PR, 2023.

185 f.: il. color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

CDD 23.ed. 372.098162

Jane Lessa Monção - CRB 9/1173

Ficha Catalográfica

FABRICIA DE CÁSSIA GROU DE PAULA

A FORMAÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA NA IMPRENSA DE MARINGÁ (1961-1969): A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ E A ATUAÇÃO DA FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE (FAP)

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes
(Orientador UEM)

Profa. Dra. Juracy Pacifico (UNIR)

Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento(UEPG)

Profa. Dra. Jani Alves da Silva Moreira (UEM)

Profa. Dra. Vania Matias de Souza (UEM)

MARINGÁ, 16 de março de 2023.

À meus pais João Batista, Sandra Mara Grou,
meus filhos Murilo e Gabriel, meu esposo Mauro.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes, que com sua competência e segurança guiou-me na realização desse estudo. Sua honestidade e seu compromisso são exemplos a serem seguidos.

À banca examinadora, composta pela professora, Dra. Jani Moreira, Dra. Vania Matias, Dra. Maria Isabel Moura e Dra. Juracy Pacifico. A Professora Suplente Dra. Marcília Rosa Periotto e o professor Dr. João Carlos Silva.

Aos meus pais João Batista Grou e Sandra Mara Grou, meus irmãos José Rodolfo Grou e João Ricardo Grou, ao meu esposo Mauro, e meus filhos Gabriel e Murilo.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação. (PPE) da Universidade Estadual de Maringá;

Ao Professor Carlos Barão e à amiga Neuza Batista pelo apoio constante.

Aos funcionários do Teatro Calil Haddad, dentre eles professor e historiador João Laercio Leal e o Hagá Galvão Araujo, e aos Funcionários do Museu Bacia do Paraná.

Ao corpo docente e funcionários do PPE – Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM, que sempre estiveram dispostos em ajudar e transmitir conhecimentos.

A aos colegas da Pró-Reitoria de Ensino (PEN) UEM, pelo apoio constante durante o afastamento para a realização do Doutorado.

A todos os amigos que, mesmo de longe, torceram por mim.

E fato, como podia um operário em construção
Compreender por que um tijolo valia mais que um
pão?
Tijolos ele empilhava com pá, cimento e esquadria
Quanto ao pão, ele o comia...
Mas se fosse comer tijolo
Mas ele desconhecia esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa e a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia à mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado de uma súbita emoção
Ao constatar assombrado,
Que tudo naquela mesa — Garrafa, prato, facão —
Era ele quem os fazia ele, um humilde operário,
Um operário em construção (MORAES, 1992).

PAULA, Fabrícia de Cassia Grou de. **A formação político-educativa na imprensa de Maringá (1961-1969):** a Folha do Norte do Paraná e a atuação da Frente Agrária Paranaense (FAP). 182 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Marco Antônio de Oliveira Gomes. Maringá, 2023.

RESUMO

A pesquisa investiga a formação do trabalhador rural do Norte do Paraná, entre 1961 e 1969 sob a influência católica, expressa no conteúdo de A Folha do Norte do Paraná. A relação da Frente Agrária Paranaense com a imprensa, que buscava reforçar a pseudo ideia de igualdade entre os sujeitos. A relação sintetiza o surgimento da imprensa, no Paraná, bem como a fundação do município de Maringá e a vinda de Dom Jaime Luz Coelho, bispo católico e intelectual orgânico influente na formação da sociedade maringaense. Fundador da A Folha do Norte do Paraná, subsidiou a criação da Frente Agrária Paranaense (FAP) em 1962 a fim de desmobilizar o trabalhador rural num momento histórico de embates políticos. O objetivo geral da pesquisa foi analisar o alcance e a inserção das ideias propagadas pela FAP, num contexto de luta contra o “comunismo” e em meio à instalação do governo militar em 1964. Caracterizado como uma pesquisa documental do tipo bibliográfica assumi como fonte primária A Folha do Norte do Paraná. A pesquisadora selecionou excertos significativos à abordagem do tema e fundamentou o trabalho em autores que discutem o papel da imprensa na formação social. Para atingimos o objetivo proposto pelo trabalho utilizou-se do Materialismo Histórico dialético que estuda as formas de produção da vida material da sociedade. Os resultados indicam que a Igreja Católica, atuou sistematicamente para manter a hegemonia burguesa na cidade de Maringá, no período de tempo compreendido entre 1961 a 1969. Com o advento do Golpe Militar em 1964, os movimentos sociais perderam força e foram sufocados pelo governo. A Igreja reordenou suas ações e estabeleceu novas relações com o estado. A luta pela terra perdeu espaço e os trabalhadores do campo forma enfraquecidos. A Imprensa ratificou a necessidade de manter os trabalhadores sob controle e, que este processo foi marcado pela resistência coletiva dos trabalhadores locais à exploração econômica, política e social. A Folha do Norte do Paraná foi um periódico importante na tentativa de desmobilizar a classe operária, por meio de uma pedagogia baseada no controle da forma de pensar do trabalhador, pela doutrinação sustentada na fé a favor da classe dominante. Em Maringá, assim como no restante do país, os trabalhadores organizaram-se em sindicatos e organizações para defender melhorias na vida no campo e encontraram na religião católica e a FAP um obstáculo a reivindicação dos seus direitos como trabalhadores, fortalecendo a implementação do Capitalismo industrial no Paraná à revelia das necessidades dos trabalhadores camponeses.

Palavras-chave: História da Educação; Frente Agrária Paranaense (FAP); Imprensa; Trabalhador rural; Formação Social.

DE PAULA, Fabrícia de Cassia Grou. **Political-educational formation in the Maringá press (1961-1969)**: Folha do Norte do Paraná and the performance of the Frente Agrária Paranaense (FAP). 182 p. Thesis (Doctorate in Education) – Universidade Estadual de Maringá. Advisor: Marco Antônio de Oliveira Gomes. Maringá, 2023.

ABSTRACT

The research investigates the formation of the rural worker in the North of Paraná, between 1961 and 1969 under the Catholic influence, expressed in the content of "A Folha do Norte do Paraná". The relationship between the Frente Agraria Paranaense and the press referred to the pseudo-idea of equality between subjects. This relationship summarizes the appearing of the press in Paraná, as well as the founding of the city of Maringá and the arrival of Dom Jaime Luz Coelho, a Catholic bishop and influential organic intellectual in the formation of Maringa society. Founder of A Folha do Norte do Paraná, he supported the creation of the Frente Agrária Paranaense (FAP) in 1962 to demobilize rural workers in a historic moment of political clashes. The general objective of the research was to analyze the scope and insertion of the ideas propagated by the FAP, in the context of a struggle against "communism" and during the installation of the military government in 1964. Characterized documentary and research of the bibliographic type, the Folha do Norte do Paraná was assumed as the primary source. The researcher selected significant excerpts to approach the theme and based the work on authors who discuss the role of the press in social formation. To reach the objective proposed by the work, Dialectical Historical Materialism was used, which studies the forms of production of material life in society. The results indicate that the Catholic Church acted systematically to maintain the bourgeois hegemony in the city of Maringá, in the period between 1961 and 1969. With the advent of the Military Coup in 1964, the social movements lost strength and were suffocated by the government. The Church reordered its actions and established new relationships with the state. The struggle for the land, lost space and the field workers were weakened. The Press ratified the need to keep workers under control and this process was marked by the collective resistance of local workers to economic, political and social exploitation. Folha do Norte do Paraná was an important newspaper to demobilize the working class, through a pedagogy based on controlling the way of thinking of the worker, through indoctrination based on faith in favor of the ruling class. In Maringá, as in the rest of the country, workers organized themselves into unions and organizations to defend improvements in life in the countryside and found in the Catholic religion and the FAP an obstacle to claiming their rights as workers, strengthening the implementation of Industrial Capitalism in Paraná without regard to the needs of peasant workers.

Keywords: History of Education. Frente Agrária Paranaense (FAP). Press. Rural worker. Social Training.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Jornal dezenove de dezembro.....	22
Figura 2 –	Diocese promove justiça social e fé em Cristo.....	67
Figura 3 –	Oração no espaço pela paz.....	68
Figura 4 –	Fogões é com a PLENOLAR.....	69
Figura 5 –	Propaganda de produtos no “A Folha do Norte do Paraná”.....	70
Figura 6 –	Destaque à recepção ao Papa.....	71
Figura 7 –	Comunistas lançam bomba no Vietnã.....	86
Figura 8 –	Noticias.....	87
Figura 9 –	II Congresso dos trabalhadores rurais de Maringá.....	96
Figura 10 –	Comissão vai ver quem é subversivo.....	99
Figura 11 –	Paulo cumprimenta os trabalhadores.....	100
Figura 12 –	Queriam roubar-nos mas a fé em Cristo venceu.....	112
Figura 13 –	FAP: símbolo.....	114
Figura 14 –	Padre Arupe chega depois de amanhã.....	124
Figura 15 –	A FAP em ação.....	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Políticos e partidos.....	48
Quadro 2 –	Relação das primeiras escolas criadas em Maringá na gestão do Prefeito Inocente Villanova.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACR	Ação Católica Rural
ANSA	<i>Agenzia Nazionale Stampa Associata</i>
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BRATAC	Brasil TokushokuKaisha
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDV	Centro Dom Vital
CIA	Companhia de Melhoramentos
CMNP	Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná
CODEMAR	Companhia de Desenvolvimento de Maringá
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
FAP	Frente Agrária Paranaense
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista brasileiro
PPE	Programa de pós Graduação em Educação
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SED	Partido Socialista Unitário da Alemanha
SUPRA	Super Intendência da Política Agrária
UDN	União Democrática Nacional
UEM	Universidade Estadual de Maringá
ULTAB	União dos Lavadores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PERCURSO METODOLÓGICOS: CAMINHOS PERCORRIDOS PELA PESQUISA	19
2 APONTAMENTOS SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO DA IMPRENSA NO PARANÁ	22
2.1 A IMPRENSA NO PARANÁ DO SÉCULO XIX E XX	22
2.2 A IMPRENSA E MARINGÁ	28
2.3 O JORNAL E IVENS LAGOANO PACHECO	32
3 A PRESENÇA DA IMPRENSA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DE MARINGÁ	42
3.1 A CONJUNTURA, POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA DA CIDADE DE MARINGÁ NA ÉPOCA DE SEU SURGIMENTO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DO JORNAL A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ.....	42
3.1.1 APONTAMENTOS SOBRE A FUNDAÇÃO DA CIDADE DE MARINGÁ.....	54
3.2 O JORNAL A FOLHA DO NORTE E SUA TRAJETÓRIA JUNTO À DIOCESE DE MARINGÁ.....	66
3.3 O DEBATE DA IMPRENSA LOCAL COMO INSTRUMENTO NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO POLITICO HEGEMONICO EM MARINGÁ-PR.....	73
4 A IMPRENSA CATÓLICA E O CONTROLE RELIGIOSO DA CONSCIÊNCIA INDIVIDUAL	91
4.1 O MOVIMENTO ULTRAMONTANO NO BRASIL	92
4.2 A IMPRENSA CATÓLICA COMO ESPAÇO NA DIVULGAÇÃO DA DOCTRINA CRISTÃ	104
4.3 O JORNAL E A IGREJA CATÓLICA NA DISSEMINAÇÃO E AFIRMAÇÃO DO IDEÁRIO POLÍTICO CONSERVADOR.....	108
4.4 COMUNISMO, O INIMIGO A SER COMBATIDO	110
5 A PEDAGOGIA DA FOLHA DO NORTE NA VEICULAÇÃO DO DISCURSO E AÇÕES PRÁTICAS DA FAP	116
5.1 A FUNÇÃO EDUCATIVA NO CONTEXTO DOS TRABALHADORES.....	116
5.2 A FOLHA DO NORTE E O POSICIONAMENTO POLÍTICO DA IGREJA CATÓLICA EM RELAÇÃO AOS TRABALHADORES DA REGIÃO DE MARINGÁ	128
5.3 OS MOVIMENTOS POLÍTICO-SOCIAIS EM MARINGÁ: 1961-1969	131
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	146

REFERÊNCIAS	149
ANEXOS	160
1 INTRODUÇÃO	

Esta pesquisa é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, na linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação. O estudo tem como ponto de partida a investigação realizada na dissertação de mestrado sob o título “Imprensa em Maringá e a educação feminina no modelo comportamental da Igreja Católica (1950-1979)”, defendida em (2020), que analisou a influência da imprensa no modelo de comportamento da mulher maringaense, nos anos de 1950 a 1979. As análises documentais, resultantes da pesquisa, indicaram posições defendidas pela Igreja tendo a imprensa como meio de veiculação ao público, as quais contribuíram para a consolidação de uma dinâmica social e política de manutenção da ordem na cidade de Maringá, situada na região noroeste do Paraná.

A pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPE/UEM, resultou na publicação do livro: A Imprensa em Maringá e a educação feminina no modelo comportamental da Igreja Católica (1950-1979), (PAULA,2021). Essa produção no campo científico, constituiu-se como uma ação inicial na pesquisa realizada pela pesquisadora, a partir das inquietações que foram suscitadas no processo de formação inicial da graduação em pedagogia, inserção e participação no grupo de pesquisa “Economia, Educação e Segurança Nacional na Ditadura Civil Militar No Brasil”. As discussões e estudos realizados, nesse momento, ampliaram as inquietações em relação a temática da pesquisa com foco na questão educativa e a influência da Igreja na formação e pensamento da sociedade maringaense.

Ao analisar a presença da Igreja Católica nos anos de 1960 a 1969 na cidade de Maringá, evidenciou como a imprensa difundiu entre os leitores os valores religiosos convergentes com os interesses da burguesia na conservação da ordem. Nesse contexto, coube ao jornal “A Folha do Norte do Paraná” o papel de destaque. O periódico, fundado pelo bispo diocesano Dom Jaime Luiz Coelho, em 1962, se constituiu como um órgão de imprensa significativo para a formação do pensamento político e social do período. Entre as ações empreendidas pelo jornal, destaca-se a criação da Frente Agrária Paranaense (FAP), fundada com o objetivo de contribuir ao

lado da burguesia local, no processo de formação político-educacional dos trabalhadores do campo.

O intuito da pesquisa é a analisar o alcance, a influência e a inserção das ideias propagadas pela FAP em um contexto de luta contra o “comunismo” e em meio à instalação do governo militar em 1964 no Brasil. A tese que move o estudo busca demonstrar que a ação político-educativa praticada pela “A Folha do Norte do Paraná” tinha o objetivo de, ao consolidar a influência da Igreja católica na nova cidade e região, realizar também a construção de um pensamento propício a esse objetivo, vinculando os conteúdos pedagógicos e teóricos às necessidades da nascente burguesia local.

Caracterizando-se como um estudo histórico, documental e bibliográfico, tem como fonte primária as publicações do referido jornal do período de 1962 a 1969. A imprensa, com seus periódicos e folhas, se apresenta como uma importante fonte de pesquisa para os estudos sobre a história e a educação, considerando o movimento histórico e social, suas contradições e acontecimentos que marcaram a sociedade, a cultura, os costumes e a política da época nos termos das relações sociais concretamente estabelecidas.

As transformações ocorridas na sociedade decorrem da sua forma de organização e da produção advindas do mundo trabalho. Essas mudanças impuseram à Igreja Católica a condição de instituição que se opôs tenazmente à possibilidade de perda da condição de grupo dominante, produzindo ações que buscaram reafirmar seu poder e obstaculizar o processo transformador do velho mundo feudal, na Europa. Nesse confronto entre o velho e a instauração de um novo modelo de sociedade, a Igreja passou a assumir contornos conservadores, aliando-se ao poder dominante, principalmente quando a classe trabalhadora, criada historicamente pela burguesia, tornava-se uma ameaça à dominação.

No início da colonização brasileira a Igreja Católica, juntamente com outros clérigos católicos, representara por meio da missão principal de evangelizar os indígenas, com ordens dos franciscanos e carmelitas, a instituição e a divulgação das doutrinas do catolicismo. A exploração realizada pelos colonizadores portugueses foi acompanhada pelos evangelizadores das missões jesuíticas. No império, o catolicismo era a religião oficial, cabia aos reis atribuições eclesiais e ao Estado a responsabilidade de gerir a Igreja. E, a relação com o Estado começa a estreitar-se, pois, a Igreja executava funções administrativas que não era de sua responsabilidade.

No dia 7 de janeiro de 1890 ocorre a separação entre a Igreja e o Estado pelo Decreto nº119-A, de 7 de janeiro de 1890 (BRASIL, 1890). Com a destituição a Igreja estava livre para promover suas obras evangelizadoras. O período de instalação da República no Brasil foi marcado pelo movimento de laicização decorrente do histórico de conflitos entre a hierarquia da Igreja e o governo, e da participação dos positivistas na Proclamação da República em 1889, fatos que levaram à separação da Igreja e do Estado pelo Decreto supra citado. A instituição perdeu parte dos seus privilégios, obrigando-se a reorganizar suas estratégias de atuação na sociedade, passando a apropriar-se dos veículos de comunicação trazidos pela sociedade moderna.

De modo específico, a Igreja fez o uso da imprensa como uma fonte de disseminação dos ideais católicos. Essa imprensa passou, então, a desempenhar um papel fundamental na luta pela manutenção da hegemonia católica frente ao crescimento de outras denominações religiosas, o avanço das ideias liberais e positivistas e dos movimentos operários marcados pelas correntes socialistas, anarquistas e comunistas nas primeiras décadas do século XX.

Essa influência deu-se, também, no Paraná e, especificamente em Maringá, reocupada somente em meados do século XX. As descrições contidas nos documentos da época do início do povoamento da região reiteram o fato de que a Igreja Católica atuou como uma ferramenta de coesão social, ampliando seu campo de atuação e seus espaços de interlocução com a sociedade civil, na busca de meios para ter maior acesso à população e a oportunidade de influenciar na elaboração de um modo de pensar e fortalecer a estrutura de dominação social, com vistas à garantia da manutenção dos seus interesses associados aos dos grupos dominantes.

A radiofonia, com programas matutinos e vespertinos na voz da autoridade eclesial da cidade, bem como a criação de um jornal próprio, foram utilizados em nome da consolidação de um ideário católico junto à sociedade local, com o intuito de formá-la de acordo com as ideias defendidas pela Igreja e que interessava, aos setores economicamente dominantes. As ações basilares difundidas sustentavam-se na consolidação da influência sobre a consciência da classe trabalhadora, no sentido de mantê-la nos limites das expectativas em relação aos seus direitos legítimos e em prol da acumulação da riqueza pela elite local.

Nesse processo, a inauguração de um órgão próprio de imprensa e a difusão diária nos meios radiofônicos de ideias garantidoras da ordem social vigente teve um

papel decisivo na consolidação de uma consciência político-social definidora do espaço de cada segmento de classe e impositiva dos limites da atuação individual.

Nos anos de 1920 durante o período de laicização que vinha ocorrendo no Brasil desde a implantação da República em 1889, novas estratégias da Igreja passam a ser adotadas seguindo as normas e valores do catolicismo, o cardeal Leme surge como figura religiosa e política, sendo o principal articulador de movimentos católicos conservadores, propôs ações de reaproximação entre Igreja e Estado. No ano de 1922 é fundado o Centro Dom Vital, uma associação de leigos católicos fundada no Rio de Janeiro pelo advogado e jornalista Jackson de Figueiredo, por iniciativa do então cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, com o objetivo de congregar a intelectualidade católica brasileira. Ao longo de sua história, o CDV teve entre seus membros intelectuais como Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Sobral Pinto, Tarcísio Padilha, Luiz Paulo Horta, Carlos Frederico Calvet e Ricardo Cravo Albin.

Na busca pela valorização da Igreja e de seus preceitos, em 1932 originaram-se movimentos em todo território nacional, dentre os quais destacam-se os Círculos Operários nos estados do Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Rio de Janeiro. Em São Paulo, nos anos de 1950, surgiu a Ação Católica, marcada por movimentos distintos, como o primeiro deles, denominado de Ação Católica Geral (de 1932 a 1950) e, em um segundo momento, a Ação Católica Especializada, entre os anos 1950 a 1960 (SOUZA, 2006). A Ação Católica Especializada e os seus grupos Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Operária Católica (JOC) deram início a um novo modelo de pastoral com os jovens nesses mesmos estados brasileiros, dividindo a Ação Católica Rural (ACR) e a Juventude Operária Católica, ambas com o objetivo “renovar” a sociedade e difundir a fé cristã.

Esses movimentos se articulavam a outras manifestações ligadas à Igreja, tais como Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), cujo foco era educar os trabalhadores na fé cristã, mantendo a ordem, valorizando o trabalho e a família, além de incentivar a obediência às autoridades, evitando que os trabalhadores com ideias consideradas pelo poder local como extravagantes e contrárias ao pensamento tradicional brasileiro se expandissem e arregimentasse apoio entre os trabalhadores espalhados pelo país.

A década de 1960 no Norte do Paraná delineou-se a partir de acontecimentos decorrentes na estrutura social local, associadas às influências das manifestações político-sociais e de suas rupturas, que consolidavam a nova conjuntura econômica e social desenhada no cenário nacional e internacional naquele período. Diante dessas modificações, a Igreja Católica passou a defender a preservação do *status quo*, sendo necessário reunir as forças conservadoras para conter o avanço da organização dos trabalhadores.

O resultado dessa união de forças tradicionais, foi a ampliação do poder do Estado, com a decretação de severas leis que retiravam os direitos dos cidadãos, e encaminhava os dissidentes aos tribunais para serem julgados por supostas dissonâncias em relação à ordem social vigente. A imprensa religiosa passou, então, a atuar com a finalidade de educar o povo, em específico, os trabalhadores, a partir da adoção de um discurso centrado na manutenção da ordem e reiterando a rejeição aos movimentos sociais mais progressistas.

Ainda na década de 1960, quatro anos após a chegada do bispo Dom Jaime Luiz Coelho à Maringá, juntamente com os bispos de Jacarezinho, Londrina e Campo Mourão, respectivamente Dom Geraldo de Proença Sigaud (1909-1999), Dom Geraldo Fernandes (1913-1982) e Dom Eliseu Mendes (1915-2001), criou-se no decorrer dos anos de 1960 a Frente Agrária Paranaense (FAP) (ROBLES, 2017). O objetivo era combater os movimentos sociais mais progressistas, dificultando sua atuação no meio rural, para que as ideias comunistas por eles defendidas não fossem disseminadas no campo.

A partir dessa constatação, estabeleceu-se a problemática que envolve esta investigação: qual foi o papel desempenhado pela imprensa, aqui representada pela “A Folha do Norte do Paraná”, na formação político-educativa dos trabalhadores urbanos e rurais vinculados à FAP entre 1961 a 1969?

Frente ao exposto, estabeleceu-se como objetivo geral analisar os conteúdos publicizados pela imprensa maringaense, coordenada pela Igreja com vistas em influenciar na formação político-educativa dos trabalhadores rurais e urbanos em Maringá no período de 1961 a 1969. Para atender ao proposto foram delineados os seguintes objetivos específicos: a) apresentar o contexto histórico da Imprensa no Paraná; b) identificar a influência da imprensa na formação educativa da sociedade maringaense; c) compreender o controle da Imprensa Católica na consciência

individual; d) analisar a pedagogia da “Folha do Norte” na veiculação do discurso e ações práticas da FAP.

Diante dos objetivos elencados, sustentamos a tese que a Igreja, como instituição político-social, ocupava-se não apenas da evangelização e defesa do catolicismo, mas, sobretudo, pela veiculação e afirmação de um pensamento conservador que era convergente com os interesses do capital, não somente em escala regional e que contribuiria para naturalizar as relações marcadas pelas profundas desigualdades.

Para concretizar os objetivos propostos, a atuação da Frente Agrária Paranaense e os discursos proferidos em seu nome no jornal “A Folha do Norte do Paraná” foram submetidos a uma análise documental que privilegia o contexto histórico e as manifestações político-sociais ocorridas no período, bem como o significado que teve na formação político-intelectual dos trabalhadores.

Nesse ponto fulcral, destacam-se, também, as fontes secundárias, necessárias para discutir e entender os embates religiosos ligados aos movimentos sociais e às causas comunistas, compreendendo o período histórico estudado na pesquisa. O conteúdo dos periódicos permite uma aprofundada investigação histórica sobre os meios e o alcance do processo de construção de uma consciência afeita à observância à ordem social em benefício dos extratos sociais dominantes. Pretende-se, com a pesquisa contribuir para o desenvolvimento da conscientização histórica ações formativas, ao mesmo tempo em que se afirma terem expressado ações político-educativas com vistas à formação de trabalhadores acríticos e opositores às práticas contrárias à ordem social, especialmente às de natureza política e contestadora do regime militar instalado no Brasil a partir de 1964.

Para tanto, a tese é sustentada na compreensão de que a imprensa católica ratificou a necessidade de manter os trabalhadores controlados pelos poderes estabelecidos e pela ordem social vigente, e que esse processo se delineou pela resistência coletiva dos trabalhadores locais à exploração econômica, política e social, tendo o jornal “A Folha do Norte do Paraná” uma atuação significativa na tentativa de desmobilizar os trabalhadores rurais e urbanos.

A pesquisa está organizada em cinco seções, sendo a primeira este texto introdutório que apresenta o objeto da investigação, qual seja, a formação pedagógica dos trabalhadores do campo, no período de 1961 a 1969, em Maringá, sob a influência do jornal “A Folha do Norte do Paraná” e da “Frente Agrária Paranaense”.

A segunda seção aborda a história da imprensa no Brasil, sua trajetória, características e natureza com o propósito de analisar os aspectos políticos, sociais e econômicos do período, partindo das matrizes ideológicas veiculados na “A Folha do Norte do Paraná” no período de 1961 a 1969 e de sua participação no desenvolvimento da cidade de Maringá.

A terceira seção destina-se à fundação de Maringá, seus aspectos políticos, econômicos e sociais, a trajetória da imprensa e a atuação junto à arquidiocese. Analisa-se a formação político-educativa realizada a fim de destacar a presença da Igreja Católica nesse processo e enfatizar seu posicionamento político religioso na constituição do pensamento hegemônico na cidade.

A quarta seção trata do Movimento Ultramontano e da disseminação das ideias cristãs na formação dos trabalhadores, além das ações empreendidas com intuito de compreender o processo histórico que representou o combate ao comunismo pela Igreja Católica. As discussões apresentadas sustentam-se nos temas abordados na “A Folha do Norte do Paraná”, isto é, os editoriais e seus conteúdos, as colunas e colaboradores e o tipo de abordagem realizada.

A quinta seção refere-se à análise da “A Folha do Norte do Paraná” e a formação pedagógica por ela realizada e ofertada aos trabalhadores no período de 1961 a 1969, a fim de destacar a possível influência da Frente Agrária Paranaense na doutrinação dos trabalhadores. Analisar-se-á o caráter educativo de “A Folha do Norte do Paraná”, como um instrumento da Igreja que pretendia ratificar os ideários sociais que mantivessem o ordenamento social estabelecido por meio da doutrinação da sociedade, tendo como pretensão desestabilizar e desorganizar os movimentos político-sociais existentes em Maringá naquela época.

As seções apresentadas foram assim configuradas para esclarecer como a educação esteve representada na imprensa, e como esta foi utilizada como um elo mediador na reprodução de ideias, valores e na busca pela conservação das relações sociais em vigência, com o propósito de desnudar como a ordem social e econômica foi sustentada pelos os princípios defendidos pela hierarquia da Igreja Católica.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICOS: CAMINHOS PERCORRIDOS PELA PESQUISA

A pesquisa Histórica preocupa-se em investigar as origens de um fenômeno e seus aspectos históricos, constitui um conjunto de possibilidades investigativas sobre o movimento no qual os homens estão inseridos. Paula (2021) aponta que o estudo histórico proporciona o resgate da história, visa dar compreensibilidade a todo processo de histórico do objeto em estudo, no caso a formação política educativa educação dos trabalhadores de Maringá nas páginas do jornal “A Folha do Norte”.

A presente pesquisa está amparada nos pressupostos metodológicos da pesquisa qualitativa documental descritiva, dessa forma a pesquisa qualitativa com enfoque descritivo, possui como objetivo principal descrever as características de uma população ou fenômeno. Conforme Gil (2002), isso pode ser realizado a partir do levantamento das opiniões, atitudes e crenças de uma população, procurando relações entre variáveis, além da natureza dessa relação.

O enfoque qualitativo, refere-se a uma abordagem de pesquisa que estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. Os objetos de uma pesquisa qualitativa são fenômenos que ocorrem em determinado tempo, local e cultura. Para a Minayo *et al.* (1994, p. 21-22), se preocupam com um nível de realidade que não pode ser quantificado, com “[...] o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzido a operacionalização de variáveis”.

Com base no exposto, amplia-se a necessidade de compreender como a imprensa maringaense divulgava os artigos escritos pelos colaboradores religiosos e quais ações deveriam ser estabelecidas no combate aos movimentos sociais pró-interesses dos trabalhadores.

As fontes pesquisadas e selecionadas para a elaboração da tese foram reunidas mediante levantamentos realizados na Biblioteca Central Estudantil da Universidade Estadual de Maringá, na Biblioteca Municipal de Maringá, e no Catálogo e Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, com vistas na seleção de trabalhos acadêmicos cujo objetivo tenha se centrado na discussão do papel da imprensa na formação social. Foram, ainda, localizados documentos úteis à pesquisa no Museu da Bacia do

Paraná, situado na Universidade Estadual de Maringá, no setor de patrimônio histórico do Teatro Calil Haddad¹, e na Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Maringá.

Como fonte primária de pesquisa figuram os artigos publicados no jornal “A Folha do Norte do Paraná”, na década de 1960, os quais apresentam conteúdos que contribuem para a compreensão de como ocorreu o processo de formação político-intelectual da sociedade maringaense.

Para a discussão das fontes primárias adotadas as matérias publicadas no jornal “A Folha do Norte do Paraná” do período de 1962² a 1969. Para as análise e categorização dos documentos consideraram-se as categorias trabalho e hegemonia, a partir da concepção do materialismo Histórico Dialético. De acordo com o método adotado para as análises adotou-se as categorias trabalho e hegemonia, partir da concepção do materialismo Histórico Dialético.

A hegemonia na concepção marxista é empregada de modo mais recorrente na análise das relações entre as classes sociais, no intuito de desvelar a dominação que uma classe social (a classe dominante) exerce sobre as demais, valendo-se de recursos políticos baseados no emprego da coação (ou seja, uso da força) e/ou ideológicos, baseados em recursos culturais, morais e intelectuais.

¹ Considerando a necessidade de localização espacial, ressalta-se que o do Teatro Calil Haddad, localiza-se na Avenida Doutor Luiz Teixeira Mendes, Zona 4, na cidade de Maringá.

² As fontes primárias selecionadas correspondem ao período de 1962 a 1969, em razão do contexto histórico da Frente Agrária lançada em 1961. Como consequência dos movimentos da sociedade esse assunto torna-se pauta a partir de 1962, justificando a escolha do recorte temporal das fontes primárias.

2 APONTAMENTOS SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO DA IMPRENSA NO PARANÁ

A seção tem como objetivo apresentar a imprensa no Paraná, que não pode ser desvinculada da totalidade das relações sociais de um país marcado profundamente pelo latifúndio e pelo passado escravocrata.

Antes de prosseguirmos, cabe enfatizar que em suas origens a história da imprensa no Brasil remonta a fuga da Família Real para o Brasil, com a criação da Imprensa Régia em 13 de maio de 1808³, pelo Príncipe Regente Dom João. Nos anos posteriores, foram criados outros periódicos que expressavam o caráter classista de uma sociedade profundamente dividida.

Com o processo de transformações geradas pelo capitalismo e as mudanças ocorridas na economia com a expansão da produção cafeeira, novos interesses emergiram e criaram contradições dentro dos extratos dominantes. Esse processo também se materializou na circulação de diferentes periódicos na segunda metade do século XIX.

2.1 A IMPRENSA NO PARANÁ DO SÉCULO XIX E XX

As discussões acerca da imprensa no Paraná, serão guiadas pelo recorte temporal de 1961 a 1969. Para retratar esse período delineado pelo recorte temporal, observa-se que historicamente que em meados do século XIX, os periódicos passaram a se constituir como instrumentos provedores do debate político que ocorria no Império, por exemplo, “em Curitiba instalou-se com o nome de ‘Tipografia Paranaense’ na Rua das Flores, nº 13 a 1 de abril de 1854, saía a primeira a luz o primeiro número de ‘O Dezenove de Dezembro’” (PILOTTO, 1976, p. 7).

³ Primeiro periódico a circular em terras Brasileiras foi o Correio Brasiliense fundado por Hipólito da Costa em 1808 (SODRÉ, 1979).

Figura 1 – Jornal dezoito de dezembro



Fonte: Disponível em: https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=h9zMwip%2B&id=F5E60D3F3A9DBED6D7DD498A64BF40DD24F5B7FE&thid=OIP.h9zMwip-u8pfsNi1A6UqsgHaEY&mediurl=https%3A%2F%2F1.bp.blogspot.com%2F-Su59xbp_sHY%2FUyvpIByzFNI%2FAAAAAAAAHQ%2Fc6RubNQdFzE%2Fs1600%2FDSCF0305.JPG&cdnurl=https%3A%2F%2Fth.bing.com%2Fth%2Fid%2FR.87dccc22a7ebbca5fb0d8b503a52ab2%3Frik%3D%252frf1JN1Av2SKSQ%26pid%3DImgRaw%26r%3D0&exph=947&expw=1600&q=figura+do+jornal+o+dezenove+de+dezembro&simid=608014597641348332&form=IRP. Acesso em: 1 set. 2022.

No campo das relações políticas e partidárias, a província do Paraná assemelhava-se ao restante do país, estando dividido entre o partido Conservador e o Liberal, os quais eram compostos basicamente pelas elites ervateiras. “Os conservadores, por seu crescente capital econômico, buscaram constituir o seu poder para além de interesses imediatos, e investiram na criação de um meio editorial mais complexo, com jornais, tipografias” (PILOTTO, 1976, p. 8).

Os partidos monárquicos na província do Paraná mantiveram distanciamento nos debates republicanos e de seus principais jornais. A “Gazeta Paranaense (conservador) e ‘O Dezenove de Dezembro’ (liberal), limitavam-se ao embate intra-elites; e, eventualmente publicavam alguma nota sobre o Clube Republicano” (PILOTTO, 1976, p. 20), em que figurava certo menosprezo pelo movimento local, com suas propostas sendo consideradas sem propósito e desnecessárias. O Clube

Republicando tomava as decisões, dessa forma ocorriam desavenças ideológicas entre os grupos, que não concordavam com a retórica utilizadas para orientar o enfrentamento da burguesia local.

Com a nomeação de Zacarias de Góes e Vasconcelos, designado como o primeiro presidente da Província do Paraná (PILOTTO, 1976), começou a aparecer indícios de uma mudança em relação à disseminação das notícias na província.

A história da Província do Paraná foi desencadeada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 1853, que desmembrou da Província de São Paulo a 5ª Comarca de Curitiba e a transformou em província. Porém, sua instalação foi efetivada em 19 de dezembro de 1853 com a posse do seu primeiro presidente, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos. Este tinha por missão criar toda a infraestrutura necessária para o funcionamento da nova província e permaneceu à frente do governo provincial durante 16 meses (MIZUTA, 2013, p. 1).

Ao assumir, tomou medidas para enfraquecer os liberais paranaenses, nomeou em números desproporcionais para a primeira Assembleia Provincial 20 deputados – 12 conservadores e 8 liberais –, um senador e um deputado para a Assembleia Geral. Concomitantemente, Zacarias de Góis e Vasconcelos recebeu autorização para a criação da imprensa a fim de atender as necessidades da administração da corte, “uma folha” que desse publicidade aos atos do governo provincial e da Assembleia Legislativa isentando-os de recorrer à Corte ou às províncias vizinhas para obter qualquer impresso” (MARTINS, 1999, p. 60).

O periódico “O Dezenove de Dezembro” contava com 300 assinantes, utilizava-se de uma tipografia melhorada e sofisticada para os padrões da época (PILOTTO, 1976). No final do ano de 1857, surgiram três periódicos de pequeno formato: “O Jasmim, Literário e Recreativo”; em 1860, “O Constitucional e O Clarim”; o ano de 1867 foi marcado pelo surgimento da imprensa identificada com o ideário liberal, que fazia a defesa do progresso e do desenvolvimento econômico. O conteúdo desses jornais legitimava a forma de organização da sociedade da época. Abaixo, apresentamos um anúncio de jornal local, no “O Dezenove de Dezembro” de 1866, no qual se destacava a fuga de um escravo, com ênfase nas características do “escravo fujão”:

100\$000 – Fugiu no dia 17 de novembro do ano pp., da cidade de Ponta Grossa, o escravo de nome Marcelino, natural de Minas, idade de 14 anos, mais ou menos, cor fula, cara cheia, nariz chato, e tem um

pé mais grosso que o outro, como destroncado; quem o levar a dita cidade acima e entregar ao seu senhor [...] recebera a quantia acima de 100\$000, de alvissaras. Protesta-se como rigor da lei de quem estiver acoitado (WACHOWICZ, 2010, p. 169).

A notícia do Dezenove de dezembro tratando-se ao escravo fujão nas suas páginas caracterizava como o negro era visto na sociedade a qual pertencia, mercadoria. A luta pela liberdade, no sistema em que a base escravista interagiu aos sistemas políticos e sociais. O Periódico prevalecia sobre interesses econômicos sendo por muito tempo o único jornal do Paraná.

Com a Proclamação da República outras folhas foram surgindo com características republicanas, cuja centralidade se atrelavam a uma imprensa escrita considerada liberal.

Dentre elas, destaca-se o Diário do Paraná, órgão da União Republicana que disputou o controle do novo regime com o grupo ligado ao A República. O jornal do Clube Republicano de Curitiba defendia, baseado na “moderna ciência política”, a República federativa. A instituição monárquica, examinada com as lentes do positivismo, era vista como uma forma de governo primitiva, na qual prevalecia a soberania de um em detrimento da de todos. A República seria a única solução possível, “natural”, resultado da evolução da sociedade; único sistema de governo humano, civilizado e científico, para o qual a sociedade deveria evoluir (CORREIA, 2009, p. 6).

A monarquia brasileira era vista como uma anomalia na América já que os demais países se tornaram republicanos muito antes do Brasil, como consequência, os jornais do período, que trataram da questão republicana, passaram a desempenhar suas funções e envolvimento direta ou indiretamente com os jornais ditos “mais críticos”. Em 17 de novembro de 1889, o Paraná deixou de ser província e passou à condição de estado. João Borba de Camargo analisa o início do período republicano e afirma ter sido um dos mais difíceis para o povo brasileiro, dividido em 5 fases: a 1ª, fase do Governo provisório, de 1889 a 1891; a 2ª, da Junta Governativa, de 1891 a 1892; a 3ª, do Governo Constitucional, de 1892 a 1894; a 4ª, do Governo Revolucionário, de 1894 a 1896 e a 5ª, do governo legal, 1896 a 1930 (CAMARGO, 2006).

A segunda República, iniciada em 1930, compreendeu as seguintes fases: A República Nova (de 1930 a 1937); o Estado Novo (de 1937 a 1964); o Ditadura Militar (de 1964 a 1984) e a Redemocratização (década de 1980 até os dias atuais). E em

cada um desses marcos históricos a imprensa esteve presente em maior ou menor grau.

[...] A evolução da Imprensa Periódica, igualmente a implantação da tipografia, ocorre de forma gradual. Os jornais podem ser divididos, em duas épocas: Antes e depois da República, antes pregavam a independência e depois o progresso, os Jornais que surgiram na República disseminavam a neutralidade (FARIAS *et al.*, 2015, p. 9).

No início do século XX, a onda migratória aumentou no Estado do Paraná, contribuindo para o surgimento de outros vários Jornais, destinados à nova parcela da população que chegava. Além dos tradicionais impressos paranaenses, destacaram-se os periódicos publicados em alemão, italiano e polonês. De acordo com Hanne Leopoldine Piskiski, a imprensa paranaense republicana, como a nacional, ratificou ideologias que justificavam a ordem já estabelecida. Na pauta, informações da política, da vida social, da economia, de modo que interessasse aos grupos hegemônicos. A autora destaca:

[...] pode notar a importância que esses jornais tinham como uma ferramenta disseminadora de ideias e informação, sendo vários os jornais pela província de Curitiba e também as demais “afastadas” de Curitiba. Ou seja, esses jornais não são apenas fontes para estudos da época, mas fazem parte da cultura do Paraná e da cultura jornalística, não apenas do Paraná, mas do Brasil. E é de suma importância ao estudar a história imprensa do Paraná, associar essa pesquisa ao nome desse autor tão renomado, com mais de 70 obras publicadas, Romário Martins. Com essas informações, pode-se perceber a importância da palavra escrita como um construtor de ideologias da época, os jornais não eram apenas a forma mais eficaz de trazer informações dos acontecimentos que ocorriam e claro, um grande formador de opinião, mas também faz parte da cultura tanto da escrita, quanto do próprio povo e esses jornais citados no catálogo são fontes imprescindíveis para o entendimento e estudo do que se passava em tal época (PISNISKI, 2014, p. 13).

No início do século XX, na economia, a produção do mate fez a sociedade se desenvolver, formando uma elite responsável pelo investimento em infraestrutura no estado. A urbanização paranaense e a valorização do território esboçavam a necessidade de se criar uma identidade para a gente que aqui habitava e trabalhava. Os jornais expressaram essa construção. No estado, o Barão de Serro Azul (Ildefonso Pereira Correia, 1849-1894) foi considerado um representante da burguesia ervateira. Investiu na imprensa como meio de fazer crescer os negócios e dar visibilidade ao

estado, criou a Tipografia Lopes, importante na divulgação de sua marca e na divulgação do que acontecia na província (CORRÊA, 2009). Ele representava os interesses da elite conservadora.

Em meados do século XX, a cafeicultura passou a representar a principal fonte geradora da renda interna do estado, no início dos anos de 1940, de acordo com Rosalina Lima Izepão. A ocupação territorial da região norte do estado passou a ser o principal foco das políticas governamentais. O governo do estado ampliou as políticas em torno da cafeicultura, importante no desenvolvimento regional até 1970. O governo federal, na figura de Getúlio Vargas, enfrentou o desafio de industrializar a nação e dar autonomia aos estados (IZEPÃO, 2013).

O ano de 1945, momento marcado pela instabilidade política em várias partes do mundo, gerada pela II Guerra Mundial, houve no Brasil uma mudança estrutural significativa, atrelada à deposição de Getúlio Vargas do cargo de presidente. No Paraná, em 1932, Vargas nomeou Manoel Ribas para governar o estado, posição que ocupou até sua deposição em 1945 (IZEPÃO, 2013). Em 12 de março de 1947, o novo governador eleito foi Moisés Wille Lupion de Troya, para o período de 1947-1950, do Partido Social Democrático, que era o mesmo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Durante sua campanha eleitoral pregou a necessidade de integração entre as regiões paranaenses a partir do *slogan*: “Construindo um Paraná Maior”.

A comunicação entre o Norte e o Sul do Paraná atingiu níveis aceitáveis somente após a concretização da Rodovia do Café em 1961, com a extensão da ferrovia de Ponta Grossa a Apucarana. Conforme Wachowicz (2010), pesquisador da História do Paraná, nos anos posteriores alguns novos fatores surgiram e contribuíram com a decadência do café no Paraná.

1- As geadas de 1963, 64 e 66;. 2- Política de erradicação de cafeeiros a fim de diminuir a produção nacional; 3- O desenvolvimento de um novo produto agrícola de grande aceitação o soja; 4- Receio de novas geadas que prejudicassem a produção Cafeeira (WACHOWICZ, 2010, p. 320).

Com o passar do tempo, a economia do Paraná foi se diversificando e o café perdeu espaço, principalmente após a grande geada que atingiu as lavouras cafeeiras em 1975. A mão de obra empregada na cultura migrou para as grandes cidades, especialmente de São Paulo e outros produtos como milho, soja, arroz passaram a ser mais amplamente cultivados, mantendo a perspectiva da monocultura, quer dizer,

de grandes extensões de terra plantadas com uma só cultura. Isso ocorreu concomitantemente à ampliação dos latifúndios no estado.

2.2 A IMPRENSA E MARINGÁ

A história da imprensa em Maringá não deve ser dissociada do processo de reocupação do norte do Paraná e da expansão das atividades econômicas. Nesse contexto, a imprensa constituiu-se em um espaço de divulgação de notícias, negócios e de defesa de um projeto social convergente com os interesses dominantes.

A imprensa escrita, fundamental nesse processo, contribuiu para a seleção e difusão de valores que expressavam os interesses dos grupos dominantes da cidade. A questão era inserir ideologias educacionais que estavam ligadas diretamente na formação individual dos habitantes local, via imprensa, por meio do fortalecimento da FAP. Após quatro dias da inauguração da rádio, no dia 19 de junho de 1950, circulou o primeiro periódico “O Jornal de Maringá”, fundado por Avelino Ferreira e esposa Leonor do Lago Ferreira, conscientes do potencial da cidade e da necessidade de divulgar as empresas nascentes e, o comércio local.

A iniciativa foi de Avelino Ferreira, que chegou à cidade no dia 19 de março de 1948, com a vontade de criar um veículo de informação importante. Para realizar seu sonho, alugou máquinas impressoras de João de Oliveira dono da Tipografia Maringá e, sozinho, montava os “tipos” como não havia energia elétrica, ele trabalhava com uma impressora de motor e gasolina com luz de Lampião (BONI, 2009, p. 196).

Diante das dificuldades enfrentadas o periódico ganhou notoriedade, divulgou os principais acontecimentos políticos nacionais e da região, as propagandas e os eventos sociais. Os primeiros exemplares do jornal não possuíam fotos, apenas materiais tipográficos. A matéria prima para impressão do jornal vinha de São Paulo. Algum tempo depois, assumiu o periódico o empresário Samuel Silveira e o jornalista Ivens Lagoano Pacheco. E, em 28 de setembro de 1957, foi alterado o nome do periódico para “O Jornal de Maringá”.

Na “Coluna Diária”, os artigos apresentavam um debate de caráter conservador que reforçava as características imperialistas norte americanas, num momento em que o Brasil era penetrado por capitais estrangeiros. O periódico destacava os

acontecimentos internacionais, mostrava-se adepto do pensamento conservador com ênfase na religião católica, declarando o posicionamento contra as ideias que consideravam contrárias à ordem social, como destaca o artigo a seguir.

Hoje mais do que nunca somos de um brasileirismo fanático, queremos ao Brasil com ardor e daí com esse mesmo vigor combatemos a tudo que nos representa intromissão dentro da terra querida, daí achamos que combater no terreno das ideias, difundimos aquilo que hoje comentamos nos bastidores do mundo. Estamos ajudando o Brasil a ser mais brasileiro (O JORNAL DE MARINGÁ, 1957b, p. 3).

Esse primeiro jornal buscava, como tantos outros a circular no território brasileiro, fortalecer o processo de reprodução do pensamento burguês na sociedade brasileira e a comportar-se como um serviço de “reprodução do sistema”, veiculando “imagens conciliadoras de diferenças, atenuando contradições, destilando padrões de comportamentos” (MARTINS; LUCA, 2006, p. 61). Uma imprensa elitizada, em que se preconizava o reconhecimento e materialização da propaganda como fonte de consumo para a sociedade.

A imprensa passava a adotar estratégias de propaganda e divulgação de mercadorias e comportamentos atrativas para que o consumidor sentisse, ao ser colocado frente às propagandas comerciais, a necessidade de aquisição de bens materiais, tais como equipamentos para modernizar a casa, como máquinas de lavar, liquidificadores ou mesmo, consumir valores, como o caso do modelo de mulher, dona de casa, devota a família e a igreja.

Essa necessidade de consolidar uma sociedade nos padrões do catolicismo sustentava-se no discurso de que somente pela ordem e estruturação da família seria possível a manutenção da economia, do progresso da cidade bem como da inexistência de conflitos e desordens sociais. Porém, era comum nas páginas da imprensa burguesa a classificação dos militantes comunistas como adeptos da desordem e contrários as tradições cristãs e ordeiras do povo brasileiro.

Nesse sentido, segundo Sodré (1991, p. 1), “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”. A imprensa burguesa, como expressão dos interesses do capital, tem a liberdade empresarial de controlar, por meio do poder econômico, o que deve ou não ser noticiado. Os escritos da imprensa traziam debate profícuo em suas páginas sobre a articulação com os projetos

societários em disputa e pendia sua atuação para efetivar os meios necessários à consolidação dos interesses capitais.

A coluna “Por um mundo melhor” era o espaço mais significativo do Jornal. Segundo a Salvaterra (2019, p. 24) “ocupava a segunda página, esquerda, tinha como articulista o bispo dom Jaime Luiz Coelho”. Era um espaço para a divulgação dos artigos que diariamente eram publicados aos fiéis católicos.

No ano de 1962, o bispo diocesano, criou seu próprio jornal “A Folha do Norte do Paraná”, atingindo um amplo alcance junto a sociedade maringaense, teve em 1979 o encerramento de suas atividades. O “Jornal do Bispo” assim conhecido, marcou na história de Maringá, pois representou a passagem do jornalismo artesanal e romântico para o profissional e quase impessoal. A “Folha” cresceu com a cidade, mas sucumbiu diante da modernidade.

[...] Foi também o fundador da Folha do Norte do Paraná. Dom Jaime pensava longe. Queria fazer da Folha o maior jornal do interior do Brasil para combater o esquerdista (como era chamado pelos militares e pela Igreja, e não sem razão) Última Hora, de Samuel Wainer. Se não chegou a tanto, o jornal do bispo pelo menos passou a ser uma referência no Estado para os leitores de mais de cem cidades e até onde alcançava seu poder junto às dioceses. A sua ojeriza ao comunismo fez com que criasse a FAP (Frente Agrícola Paranaense) para se tornar uma barreira contra os vermelhos. Apoiou entusiasticamente a Revolução (termo utilizado pela ditadura militar) de 31 de março de 1964. A Folha, desde o primeiro exemplar, serviu aos interesses dos militares (PAULA, 2010, p. 1).

Entre os objetivos do periódico encontra-se a defesa do catolicismo e o combate a tudo o que se colocasse contra a cosmovisão católica. Na coluna “Reconstruir o mundo” (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1962e), escrito por Agenor Catoni, o artigo “Fogem do Paraíso” apresenta o que considera o engano do comunismo.

Paraíso é o lugar de felicidade, bem-estar, alegre perene, confiança mútua, liberdade, etc. Lugar onde não a lutas, porque todos seus habitantes se sentem perfeitamente felizes. Onde reina o amor se desconhece a morte. Onde a face de Deus é festa perene para os olhos e o coração. O comunismo tem por meta única dar aos proletários e a todos os socialistas o paraíso terrestre. E a propaganda que vem da Rússia afirma que atrás da cortina de ferro já existe o paraíso. [...] **O comunismo falhou na sua finalidade primordial, que é dar aos homens o paraíso terrestre.** Se a Rússia, em 46 anos de

regime comunista, não conseguiu implantar o Paraíso, em sua própria casa, não me venha dizer que implantarão nas nossas democracias. Porque um paraíso terrestre é a maior utopia que se inventou no mundo. Cristo afirmou que a só um paraíso o Celeste (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964d, p. 2 – grifos nossos).

Segundo o autor, o paraíso de Cristo, vence o paraíso dos comunistas, uma perspectiva comum em suas páginas na defesa dos valores morais condizentes com a doutrina católica. “Para um cristão consciente de sua responsabilidade, não existe uma tranquilidade indolente” (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964, d. p. 2). Tratava-se da pedagogia do anticomunismo. A precária instrução da maioria da população, fazia com que aceitassem as informações, acabava por ser manipulado pelo instrumento chamado imprensa”. Sobre esse assunto, Saviani destaca, porque se um povo é soberano ele pode, por falta de conhecimento, se tornar seu próprio tirano, aquele que ignora os fatos fica alienado (SAVIANI, 2008).

A população brasileira trabalhou no campo como pequeno proprietário, posseiro, meeiro, agregado, cambão, quilombola, dentre outras formas de ocupação do campo brasileiro e tiveram o acesso à terra bastante dificultada, essa dificuldade contribuiu para que muitos trabalhadores se rebelassem, formando os movimentos no campo. Com o avanço desses movimentos a sociedade e a igreja passaram a se sentir ameaçados, declararam guerra ao comunismo e aos possíveis militantes questionando a influência comunista no meio rural. A Igreja Católica, por meio da imprensa, entre elas a de Maringá, estabeleceu meios para combater a “influência vermelha” e os sindicatos fundados como apoio do governo.

Dois anos após a sua fundação, a FAP fazia o primeiro balanço, publicando que já havia organizado, em todo o Norte do Paraná, 30 sindicatos, embora nenhum dos sindicatos organizados tivesse sido reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Em 11 de agosto de 1963, publicando matéria no jornal da FAP, o bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, protestava e conclamava o povo a protestar contra o Ministério do Trabalho, pois este, “com criminosa parcialidade ideológica” reconhecia os sindicatos comunistas e se negava a reconhecer os “sindicatos rurais organizados pela FAP” (PRIORI *et al.*, 2012, p. 7).

Desta forma, “A Folha configurou-se como um paladino da moral e dos bons costumes. Se a moral e os bons costumes são termos subjetivos, que variam de lugar e de época, Dom Jaime foi, em Maringá, a objetividade para definir estes conceitos”

(PAULA, 2010, p. 6). A história de Dom Jaime é associada à história da própria cidade, conforme afirma o professor Ângelo Priori (PRIORI *et al.*, 2012). Após a fundação do jornal, no mesmo ano de 1962, foi criada a FAP (Frente Agrária Paranaense). O objetivo era combater a “infiltração comunista” e modelar os trabalhadores por meio de um pensamento que rechaçasse os conflitos sociais, naturalizando assim as diferenças econômicas e sociais.

A formação da Frente Agrária Paranaense foi uma estratégia de organização social, de cunho sindical, pensada pela Igreja Católica com o objetivo de combater o ideário comunista e de competir com o Partido, na estruturação de sindicatos e associações de trabalhadores rurais (PAULA, 2010).

A “A Folha do Norte” disseminava diariamente notícias negativas relacionadas ao comunismo, associando-o ao perigo e à amoralidade: era comum nas principais colunas a tematização da religião, da política e do cotidiano como imbricações na formação dos moradores da cidade.

Com as mudanças ocorrendo tanto na sociedade local maringaense, como na brasileira, a Igreja Católica obrigou-se a se reconfigurar-se para atender as demandas postas e conseguir manter o público adepto ao catolicismo. Frente ao exposto alguns nomes influentes passaram a se destacar na cidade, no campo da imprensa pode-se citar como exemplo de Ivens Lagoano Pacheco.

2.3 O JORNAL E IVENS LAGOANO PACHECO

Mesmo tendo o recorte temporal definido pelas fontes primárias da pesquisa entre os anos de 1961 a 1969, há que se trazer a discussão as influências trazidas pelo jornalista Ivens Lagoano Pacheco, uma vez que esse período teve fatos antecedentes que marcaram a história do jornal e da imprensa em Maringá.

A história da fundação dos primeiros jornais de Maringá conta com fatos interessantes. No ano de 1949, Maringá teve o jornal “Voz do Norte”, que não chegou a representar o início da imprensa maringaense, “com dois anos após a sua fundação, em 1949, existiu um semanário conhecido como a Voz do Norte” (PAULA, 2021, p. 1). Este teve curta duração, sendo o marco inicial da imprensa maringaense.

A existência de uma imprensa oficial só foi possível como importante nome, o de Ivens Lagoano Pacheco, um jovem empreendedor que chegou à Maringá na

década de 1950. Pacheco nasceu na cidade de Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul (MARTINS, 1985; PRIORI *et al.*, 2012; SALVATERRA, 2019).

Ao chegar a Maringá em 1953, o jornalista soube da origem do “Jornal”, periódico fundado por Avelino Ferreira e sua esposa Leonor Lago Ferreira em 1950. Haviam gerido o jornal por seis meses e o haviam deixado sob a responsabilidade de José Saldanha. O jornal passou a ser chamado de “Maringá Jornal”. Depois de um ano, José Saldanha transferiu a direção do jornal ao empresário Almiro Prompt. Ivens Lagoano Pacheco conheceu Samuel Silveira, que tinha um serviço de alto falante (futura Rádio Cultura), entrou em negociação com Almiro Prompt e comprou o jornal, implantando uma nova gestão ao periódico, no qual atuou como repórter, diagramador, dono, vendedor de anúncios e revisor. A parceria com Samuel Silveira possibilitou a divulgação do jornal. O periódico passou a chamar-se “O Jornal de Maringá”⁴.

O “O Jornal de Maringá” passou por um período de inconstância nas publicações em seus primeiros anos, somente com Pacheco ganhou feição mais profissional. Ele investiu na diversidade editorial a fim de atender os interesses das elites locais. Nos anos de 1954 e 1955, surgiram em Maringá os jornais “A Hora” e “Tribuna da Manhã”. Ao longo de décadas, o periódico teve vários editores e mudou de nome. Atualmente é chamado “O Jornal do Povo”.

Em 1953 o “O Jornal de Maringá” representava um projeto de homem e sociedade, compartilhado pelos segmentos dominantes da sociedade maringaense. Era elitizado e trazia à sociedade maringaense curiosidades sobre o progresso da cidade, cuja existência sempre acompanhou as demandas humanas.

Em 1957 Ivens Lagoano Pacheco criou a “Revista Maringá Ilustrada”. A sociedade ficava informada sobre as notícias locais, regionais, e os acontecimentos nacionais e internacionais (SALVATERRA, 2019). As informações internacionais eram buscadas nas agências de notícias mediante um instrumento, o teletipo, que enviava as notícias em tiras de papel, de difícil leitura. O “O Jornal de Maringá” circulou na cidade sob a direção de Ivens Lagoano Pacheco, considerado atualmente um dos principais propagadores da imprensa paranaense. Ele tinha no jornal uma coluna chamada “Artigo do dia” e nela trazia informações diárias ao leitor (O JORNAL DE MARINGÁ, 1957a).

⁴ Vide Anexo A.

No geral, o “O Jornal de Maringá” representava o pensamento da burguesia local: os comportamentos, a construção de modelos e as ideias que circulavam no Brasil. O conteúdo dos artigos formava o modo de pensar hegemônico e, segundo Marx e Engels (2011), esses modelos, por si só não conseguem explicar uma época, mas, expressam as contradições vividas por ela. Assim, podemos ver que a condição material do homem maringaense do período explicitava o embate de forças entre a população mais rica da cidade e os trabalhadores do campo. Sobre a formação da consciência, compreendemos que:

[...]a produção das ideias, as representações da consciência, está vinculada a atividade material e no intercâmbio material dos homens, linguagem da vida efetiva. O representar, o pensar, o intercâmbio intelectual dos homens aparece como afluência do seu comportamento material. O mesmo vale para a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica de um povo (MARX; ENGELS, 2011, p. 192).

O modo de produção possibilitava a formação da consciência e das representações sociais, a sociedade maringaense foi se formando elitizada, desenvolvendo o pioneirismo como consciência da importância social dos grupos político-sociais mais abastados, que divulgava tipos ideais de colonizadores, mostrados como empreendedores. A imprensa contribuiu na formação dessa ideologia, nas interpretações que as pessoas faziam a respeito do lugar que deveriam ocupar no quadro social e aceitando o seu pertencimento na estrutura de classe da cidade como natural à sua situação econômica. O “O Jornal de Maringá”, efetivou-se como fundamental na formação da opinião pública, pois expressava o projeto político ideológico conservador de sociedade. Deste modo, educava o povo (PRIORI *et al.*, 2012).

A “Manobra comunista”, texto escrito por Ivens Lagoano Pacheco, expressava claramente a sua visão anticomunista, chamava a população maringaense a valorizar as letras e considerava o voto do homem analfabeto como um problema que o Brasil não deveria enfrentar porque, para ele, o Brasil já vivia uma situação de atraso em relação ao restante do mundo. E, dar ao homem iletrado a possibilidade de voto, seria incorrer em novo erro (O JORNAL DE MARINGÁ, 1957c).

Reinaldo Porto redator de uma agência noticiosa do Rio de Janeiro, que conosco trabalha, num artigo, publicado assinado por nós, vem tirando premissas as mais curiosas em face da lei que transmite na câmara, permitindo o voto aos analfabetos, revelando que o programa básico do partido comunista brasileiro no seu IV Congresso se deu efetivamente pelo voto ao analfabeto⁵. A revelação é das mais graves que se pode fazer na atual conjuntura política do país. Pois em verdade tudo que exala comunismo é perigoso porque não representa lealdade. Exprime pelo contrário tudo o que se pode imaginar de ruim, em política em sentimentos humanos em vida. Como tal representa para nós sempre um perigo dos mais graves. Aliás para quem nos lê não é novidade saber que pensamos assim, somos fundamentalmente contra qualquer doutrina política que tire o homem o direito de pensar em voz alta. Combatemos nazismo, fascismo, comunismo ou todos os “ismos” que resolveram aparecer por aí, por uma questão de formação de lar e moral não entendemos viver de boca arrolhada ou sofrendo as censuras daqueles que detêm o poder. Daí porque mesmo possa parecer paradoxal somos contra o voto dos analfabetos. Será nada mais nada a menos do que a perpetuação em forma esquisita de uma democracia de ignorantes ou de homens de má fé. Aumenta o poderio daqueles que incapazes de poderem alcançar qualquer posição através da simplicidade de um curso primário estarão impondo sua opinião em face do que há de esmagador no que tange a maioria. E tal como o Brasil que já é um país de analfabetos diante das estatísticas passará então a ser governado de uma forma indireta pelos ditos cujos tão falados [...] Nessa oportunidade, então fazendo sentido com que seja o partido comunista do Brasil, por certos nossos homens de governo devem estar profundamente satisfeitos. O urso velho de Moscou, aquele que mata quando não é obedecido, que liquida quando seus atos não são cumpridos por certo deve estar sorrindo altamente satisfeito. “O Brasil é o gigante deitado eternamente em berço esplêndido” país que tanta margem dá para demagogias criminosas, perdoem, vai marchando de encontro com seus desejos. Quando os analfabetos votarem nada mais fácil do que colocar um mel nos eleitores que não sabem ler e dentro em pouco a foice e o martelo estão fazendo parte integrante dos nossos hábitos e nossos costumes. O Brasil indiscutivelmente guiado por homens que sabe ler anda errado com vários de seus passos. A Manobra Comunista o trará ao bom caminho? Com a palavra os senhores dono da opinião pública e não um simples rabiscador de província [...] (O JORNAL DE MARINGÁ, 1957c, p. 2).

O jornalista se posicionava contra o Comunismo e o voto dos analfabetos. Segundo Ivens Lagoano Pacheco, a falta de leitura impossibilitava o ser humano, o homem maringaense, de ter uma consciência política, de construir uma perspectiva crítica sobre em quem ele estaria votando. Paradoxalmente, na condição de jornalista

⁵ Realizou-se do dia 7 ao dia 11 de novembro o IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. Com o IV Congresso, o Partido do proletariado brasileiro, o Partido de Luiz Carlos Prestes, assinala uma das maiores vitórias de seus 32 anos de existência. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=IV+Congresso+do+Partido+Comunista>. Acesso em: 12 out. 2022.

e formador de opinião, posicionava-se se contrário ao voto dos analfabetos e considerava que essa era uma estratégia que o Brasil deveria adotar: não dar ao analfabeto a possibilidade de voto. Esses argumentos de Pacheco, de certa forma refletiam os debates que ocorriam em âmbito nacional e expressavam os interesses dominantes no período. Em diferentes colunas do periódico, o jornalista mantinha sua posição contrária ao voto do analfabeto.

As análises dos artigos dos Jornais evidenciavam, que ao mesmo tempo em que o jornalista defendia em seus escritos uma formação democrática, seus artigos enfatizavam sua contrariedade e resistência ao ideário comunista. Prova deste fato, é demonstrada em sua “Coluna Diária”, na qual elegia temas cuja perspectiva ideológica conservadora estava sempre presente, atendendo aos interesses do sistema estabelecido e da classe detentora de poder.

O que adianta ao eleitor consciente, procurar dar o seu voto visando o bem comum da nação, quando é certo que num distrito ou cidade a eleição pode ser decidida por quem não aprendeu a ler? (O JORNAL DE MARINGÁ, 1957b, p. 3).

Em outra matéria, no “O Jornal de Maringá”, Ivens Lagoano Pacheco destacava a importância da formação democrática, negava tudo que enfatizava ideias comunistas, incitava o uso da força para lidar com o que chamava de “Manobra Comunista”, “tudo que leva ao comunismo perde o direito de pensar” (O JORNAL DE MARINGÁ, 1957c, p. 3).

De caráter conservador, a “Coluna Diária” atendia interesses e expectativas do sistema favorecendo a elitização, era constante e comum no jornal notícias que influenciavam a população a defender a ordem estabelecida. Os artigos serviam como instrumento educativo, instruindo na ordem e na contenção de quaisquer conflitos, tanto no meio urbano quanto no rural. A propagação de uma ideologia em favor da igreja, para combater a “infiltração dos vermelhos” nos meios do campesinato, era uma preocupação diária, principalmente das elites religiosas e políticas (O JORNAL DE MARINGÁ, 1957b).

O “O Jornal de Maringá” desinformava o trabalhador ao dar legitimidade à classe dominante. Sobre isso Salvaterra (2019) aponta que o serviço prestado pelo periódico “O Jornal de Maringá” foi aquele de ordenar as relações sociais, políticas e

religiosas da sociedade maringaense, isto é, manter as classes média, baixa e alta distantes uma das outras e sem conflitos (SALVATERRA, 2019).

Ivens Lagoano Pacheco utilizou seu papel intelectual para reforçar a situação social posta, ele não agiu para formar uma opinião crítica de todo o povo; mas, a favor de uma classe (GRAMSCI, 1999). A função do intelectual orgânico deveria ser colaborar para a coesão no interior dos grupos sociais (GRAMSCI, 1999). No caso, Ivens Lagoano Pacheco mostrou-se conectado à classe dominante, porque se preocupava em expressar os valores da classe desvinculando-a do contexto de exploração que protagonizava.

No artigo, “A tranquilidade”, tem-se a ênfase descrita na afirmativa de que:

[...] Senti no contato com certos indivíduos uma nova aventura da qual estou procurando sair lavando minha mente como se o banho ela precisasse para tirar nódia.⁶ Fiz novos amigos, cultivei os antigos, devo ter feito algum inimigo. Continuou cultivando os antigos. E que poços desejar a todos? Usar o velho slogan de desejar em dobro o que a mim desejarem? Não seria inclusive, transmitir a semente do ódio como réplica. Invejar como consolo, xingar como solução, não entendendo a palavra odiar. Não vejo razão para se invejar. [...] Equacionar suas dificuldades, vencer seus obstáculos, achar em fim a tranquilidade que se busca (O JORNAL DE MARINGÁ, 1957d, p. 2).

O jornalista publicou a poesia “A tranquilidade” enfatizando que seria sua última produção naquele ano. Nela, a forma pela qual seria possível vencer todos os desafios, adversidades e problemas e, finalmente, alcançar a tranquilidade. Pacheco faz uma releitura do ano: das amizades, inimidades, feitos, metas não cumpridas, analisa o desenvolvimento da cidade e sua atuação nele. Coloca-se como alguém livre de rancores e em busca da tranquilidade, como um estado de espírito.

A utilização da escrita jornalística pode ser a tradução de um discurso, ou um ideário, que marca determinadas convicções, maneiras de agir, provocar ou transformar determinados modos de vida de uma sociedade (DÉGUY, 2006). A construção das ideias não ocorre de forma artificial ou sobrepostas mecanicamente a realidade, não são aparências e ilusão, a ideia se constitui a partir de uma intencionalidade ou um ideário, como consequência a possibilidade para o romper com o paradigma estabelecido, depende sobremaneira da educação. Uma vez que,

⁶ Seguindo a gramática do período da publicação do Jornal “A Folha do Norte do Paraná”.

por meio dela, pode-se romper com determinados movimentos ou ideários, criando e transformando realidades, possibilitando a construção de um novo homem que atuará em novos contextos sociais (GRAMSCI, 1999, 2000).

Compreende-se o poder da palavra, o papel das letras, das ideias na formação educativa do homem:

[...] não são apenas os usuários e os difusores das ideologias, mas – pelo menos no que concerne à faixa superior, à qual alguns observadores reservam o termo *intelligentsia* – os produtores e os criadores desses sistemas de pensamento coletivo. O intelectual não apenas está sob a dependência do ideólogo: ele próprio é potencialmente um ideólogo (LECLERC, 2004, p. 32).

As ideias, imagens, poesias, noticiários, fotos, dentre outros recursos, produzidos pelos intelectuais e difundidos pela imprensa por meio de outros suportes materiais, eram portadoras de sentido, veiculavam modelos de identificação e organizavam modos de compreensão do real. Os intelectuais, a exemplo de Ivens Lagoano Pacheco, que se pôs responsável pela mediação de fatos reais, muitas vezes pensando em uma sociedade paralela, escrevendo, publicando ideias não sobre o que realmente era a sociedade, mas como a concebia de fato.

Os intelectuais agem mobilizando o consenso social a fim de transformar as condições materiais (LÖWY, 1979). Historicamente, a função intelectual ocorre a partir conexão com todos os grupos sociais existentes, mais especialmente, em conexão com aqueles que dominam; sendo elaborada pelo grupo dominante de maneira mais complexa e ampla:

Em um primeiro momento, a preocupação da história dos intelectuais era analisar o pensamento de indivíduos que tinham certa expressão social, porém, os trabalhos limitavam-se à análises isoladas, e nem sempre focavam no alcance social das ideias que partiam dos chamados intelectuais. Até então, o papel do intelectual era o de reproduzir os interesses da(s) corrente(s) em que se filiava, desconsiderando a diversidade de ideologias que não pertenciam ao seu convívio (ROCHA, 2015, p. 35).

A percepção de homem instruído associa-se na sociedade como o intelectual que assumia para si a qualidade de ser chamado de sujeito pensante, descrito como aquele cuja atuação na sociedade desvinculava-se da necessidade de ter uma profissão estabelecida, sendo desnecessário qualifica-se como um especialista em um determinado labor (DÉGUY, 2006).

Esse sujeito, o intelectual com autonomia de pensamento, subtendido com autonomia de classe, não deveria se ligar ao poder local, fazendo uso de sua mobilidade de pensamento para fazer com que os homens refletissem sobre a sua condição e se posicionem socialmente. Os intelectuais “gozam de certa autonomia em

relação às classes; autonomia que se manifesta por certas instabilidades, pelas flutuações e movimentos diversos” (LÖWY, 1979, p. 2).

A relação entre os intelectuais e o mundo circundante não decorre de forma imediata, sendo mediatizada por diferentes ferramentas: o homem vive numa estrutura e os intelectuais participam dessa estrutura. Para Déguy (2006), eles têm a clara percepção do que é a sociedade, de como funciona, o papel do estado e da hegemonia proposta.

Por enquanto, pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil”, isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados” e o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas, os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político. Esta colocação do problema traz, como resultado, uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas somente assim torna-se possível alcançar uma aproximação concreta à realidade (DÉGUY, 2006, p. 18).

Ivens Lagoano Pacheco, a partir do ano de 1953, realizou um trabalho sistemático na cidade de Maringá, essencialmente pautado pela transmissão de uma perspectiva conservadora de sociedade, uma fala hegemônica replicada pelos interesses dos grupos dominantes. Ele se destacou como um “nome” importante na sociedade maringaense por possibilitar o desenvolvimento da imprensa na cidade, elaborando na sua coluna “Artigo do dia” debates, incutindo ideologia e suscitando a possibilidade de reprodução das relações sociais na forma da distinção capitalista em que estavam inseridas, ação essa que resultou no surgimento e ampliação do público leitor na cidade (O JORNAL DE MARINGÁ, 1957a).

Em 1963, mudou-se para Curitiba, passando a direção do jornal para novos organizadores da informação. Estes faziam parte da Companhia Telefônica do Paraná, na pessoa de Ardinal Ribas. O meio comunicativo, a divulgação da informação sustentada em ações educativas ou difundidas informalmente por meio dos folhetins, pasquins e jornais, efetivaram-se como instrumentos essenciais para a proliferação, expansão e manutenção de uma sociedade reprodutivista, delineada pelos contornos do capitalismo, sendo ao mesmo tempo espaço de emancipação e contraditoriamente, de reprodução do capital.

A imprensa ideologicamente gera coesão entre as contradições sociais, sendo influenciadora e influenciada pelos movimentos sociais, sendo contraditória, situando-se como uma imprensa emancipadora e, ao mesmo tempo, alienante. A função exercida pela imprensa corroborava o sistema político estabelecido, no caso de Maringá. Desse modo, Ivens Lagoano Pacheco deixou um legado na construção da cidade: sendo um dos principais disseminadores da imprensa escrita em Maringá e região. Seus artigos seguiram uma linha editorial que contribuíram para formar uma perspectiva igualmente conservadora na política maringaense, influenciando o pensamento do posicionamento e os direcionamentos da sociedade que marcariam o período de 1961 a 1969 na cidade de Maringá.

3 A PRESENÇA DA IMPRENSA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DE MARINGÁ

Esta seção tem como objetivo analisar a presença da imprensa no processo de formação político-educativa dos trabalhadores de Maringá. Para tanto estabelecemos uma discussão com campo da história da educação na qual a imprensa atuou como ferramenta ideológica e hegemônica consolidando um novo modelo de homem e um determinado tipo de sociedade. Na história da sociedade, uma das ferramentas utilizadas pela imprensa refere-se à busca pela criação de um consenso sob a égide de ampliação e expansão da mídia impressa. Veículo de grande alcance entre os grupos sociais, apresentou-se, estrategicamente, manipulado como instrumento para manutenção dos valores conservadores da sociedade paranaense da década de 1960, em destaque a cidade de Maringá que teve a importante ajuda da Companhia de Terras do Norte do Paraná que acelerou o desenvolvimento da cidade, nesse contexto o periódico exerceu a função de construir uma ligação entre os trabalhadores e a burguesia da cidade, com a finalidade de educar os trabalhadores urbano e rural e minimizar conflitos de classes, por meio das ideologias liberais do capitalismo.

3.1 A CONJUNTURA, POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA DA CIDADE DE MARINGÁ NA ÉPOCA DE SEU SURGIMENTO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DO JORNAL A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ

O objetivo dessa seção é apresentar um panorama dos principais fatos, políticos, sociais e econômicos buscando aproximações com contribuições do Jornal “A Folha do Norte do Paraná”. A cidade de Maringá desde a sua criação acompanhou o ritmo acelerado de desenvolvimento na região onde a mídia impressa, ao longo dos anos fez parte desse processo não apenas na cidade como no estado do Paraná, por meio de publicações e propagandas que acentuaram a defesa da ordem burguesa.

O Estado do Paraná, apresentou-se como uma das regiões brasileiras que se desenvolveu a partir do século XIX, principalmente, em virtude de estar numa posição privilegiada, o que facilitava o trânsito de pessoas. A população de imigrantes chegava, era oferecido a promessa de ascensão social. De acordo com Souza (2014), essa ascensão era promovida principalmente, por meios das atividades agrícolas, que

no período se constituíram como sendo uma das grandes ofertas de trabalho para o imigrante.

O Paraná⁷, nome de origem tupi-guarani, desde a sua formação constituiu-se como um ambiente predominantemente agrário.

Em território atualmente paranaense, os primeiros caminhos terrestres tiveram sua origem com os indígenas. Depois de utilizados largamente pelos bandeirantes em suas caminhadas, transformaram-se com o correr do tempo em caminhos de tropas pelo menos em largos trechos (WACHOWICZ, 2010, p. 121).

Plantava-se erva-mate, as araucárias e a terra roxa, característica do território, o que ampliava a expansão e proliferação das atividades agrícolas. Desse modo, o estado paranaense dividiu-se em planaltos e litoral, região na qual iniciou-se a colonização do Estado Cardoso e Westphalen (1981), formados em História, construíram um Atlas sobre o Paraná, juntamente com os pesquisadores como Dias e Gonçalves (1999), Trintin (1989), mencionam que o Paraná é considerado um estado rico em bacias hidrográficas, característica que possibilitou a sua tendência agrícola e a convivência dos índios tupis-guaranis contribuíram para o desmatamento do estado. Estes primeiros habitantes foram catequizados pelas missões jesuíticas e ao longo do tempo foram sendo dizimados; atualmente existem poucos descendentes dos povos originários no Paraná.

Sobre o surgimento do estado e a sua característica agrária observa-se que o café se efetivou como sendo uma das culturas agrícolas relevantes para o desenvolvimento do estado do Paraná em razão da terra roxa, que só existia na região norte do Paraná as condições climáticas favoráveis às pessoas que aqui chegavam. Investiu-se na agricultura como uma cultura de subsistência e para exportação o capital estrangeiro beneficiou a produção do café, “parte dos fundos necessários ao estabelecimento das plantações e custeio da produção provém de bancos ingleses e franceses, ou então de casas exportadoras do produto ou outros intermediários, muitos deles firmas estrangeiras ou financiadas com capitais estrangeiros” (PRADO JÚNIOR, 1993, p. 210).

⁷ O Paraná-do Tupi Guarani: pará + nã = semelhante ao mar (WACHOWICZ, 2010).

A sociedade tradicional ocupará apenas as zonas de campos, de ervais, e de araucárias. Restavam vazias e grandes florestas dos vales do Paranapanema, Paraná, Ivai e Iguaçu. Dois movimentos populacionais extraordinários ocorreram paralelamente, resultando na formação de um Paraná moderno. Um mais ruidoso e visível, impulsionado pela Lavoura tradicional do café, ocupando o Norte do Paraná; outro, ainda que a princípio menos espetacular, mas tão conseqüente quanto o primeiro. [...] A existência de fertilíssimas terras roxas disponíveis, o clima favorável e o não agravamento do café paranaense pelo regime de cotas foram condicionantes da intensificação da cafeicultura paranaense [...] (CARDOSO; WESTPHALEN, 1981, p. 10).

Muitas regiões do Paraná tiveram como sua atividade agrícola principal à cultura cafeeira e assim foi com Maringá, sobre tudo na fase inicial do seu povoamento. Uma vez que se evidencia que a conjuntura favorável a seu desbravamento e a incorporação as suas terras à economia, paranaense e nacional. Nesse contexto, a procura de terras por fazendeiros paulistas, que já não encontravam espaço em seu estado de origem para aplicarem seu capital e expandirem suas lavouras.

É nesse momento histórico que devemos compreender o surgimento da cidade de Maringá, fundada oficialmente em 1947. A busca de novas oportunidades por diferentes segmentos da classe trabalhadora propiciou o rápido crescimento da cidade.

[...] O avanço da atividade cafeeira não significou apenas a introdução de uma nova atividade econômica nos limites territoriais do estado, em um contexto de poucas perspectivas para suas tradicionais economias do mate e da madeira. Mais que isto, representou o início de uma nova fase no processo de desenvolvimento de sua economia [...] (TRINTIN, 1989, p. 3).

O Paraná conhecido como Eldorado, Paraíso das terras roxas se tornou o maior produtor de café, chegando a produzir 60% do total nacional como destaca (WACHOWICZ, 2010). A sociedade agrária, como, no restante do país, sustentou-se no latifúndio e no fortalecimento da burguesia e, do café fez surgir em seu entorno cidades e atividades urbanas (TRINTIN, 2019).

O Paraná muito deve ao café, econômica, social e politicamente. Por longo período foi ele o principal gerador de riquezas, propiciando a fixação da população rural através de um projeto privado envolvendo

empresas de colonização e proprietários de grandes áreas de terras (POZZOBON, 2006, p. 16).

Considerando a histórica concentração de terras no Brasil e as condições de vida de milhões de camponeses contribuíram para o processo de ocupação de terras no norte do Paraná. Não por acaso, ao longo dos anos de 1950, a tensão no campo tornou-se mais aguada com o surgimento das Ligas Camponesas.

As ligas camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964. Formação as ligas assim conhecidas foram precedidas de alguns movimentos de natureza idêntica que, em virtude de seu isolamento, não tiveram a mesma repercussão social e política. Este seria o caso, por exemplo, do conflito de Porecatu, no norte do Paraná (1950-1951), e do movimento de Formoso (1953-1954), que, no entanto, influíram de maneira durável nas respectivas áreas de origem. O movimento que se tornou nacionalmente conhecido como “ligas camponesas” iniciou-se, de fato, no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco. A propriedade congregava 140 famílias de foreiros nos quinhentos hectares de terra do engenho que estava de “fogo morto”. O movimento foi criado no dia 1º de janeiro de 1955 e autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Coube a setores conservadores, na imprensa e na Assembleia, batizar a sociedade de “liga”, temerosos de que ela fosse a reedição de outras ligas que, em período recente (1945-1947), haviam proliferado abertamente na periferia do Recife e nas cidades-satélites, sob a influência do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB).⁸

Os trabalhadores rurais enfrentavam conflitos no campo, sendo encabeçados por movimentos sociais e por sindicatos. Dessa forma, davam ênfase ao Partido Comunista que exerciam uma ação política no meio de conflitos agrários à época. A atuação do PC no período de 1922 a 1992 e sua expansão ocorreu por todo Brasil, e em terras paranaenses. A massa da sociedade formada por trabalhadores, almejam por justiça social. Segundo Gomes (2018), os de trabalhadores do campo que disputavam com a burguesia melhores condições de vida e trabalho, eram vistos como subversivos e perversos.

⁸ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>. Acesso em: 27 set. 2022.

A exploração dos trabalhadores no campo se traduzia nas péssimas condições de moradia, com escassos recursos para sobrevivência, longas jornadas de trabalho e sem assistência social. Assim, diante do avanço das relações capitalistas no campo, verifica-se o crescimento das tensões e conflitos sociais. Tal processo também esteve presente em terras paranaenses, o que preocupava as elites agrárias na região.

Não por acaso, no processo de constituição da cidade, coube à Igreja Católica um papel importante na defesa da ordem social. Influenciou por meio da força ideológica, dos atrativos de trabalho junto aos colonos, somado a promessa de ascensão social, juntamente com a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná – CMNP, o surgimento de Maringá foi impulsionado pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, que desde a década de 1920 estava no estado atuando, investindo na colonização e vendendo lote de terras a todos aqueles que buscavam novas condições de vida.

A Igreja Católica em conciliação com o empreendimento da Companhia Colonizadora Melhoramentos Norte do Paraná, que foi responsável pela fundação da cidade, esteve presente desde a fundação de Maringá, principalmente ao confortar espiritualmente os colonos recém-chegados e ao auxiliar na reconstrução grupal. Tanto a Companhia como a Igreja estavam empenhadas em atrair colonos católicos, disciplinados e ordeiros. O desafio era fazer-se presente, superar as heterogeneidades e a escassez de recursos e de clero, combater seus inimigos e as religiões concorrentes, ocupar e organizar todos os espaços e impor seus princípios e valores à sociedade (MARIN; PEREIRA, 2020, p. 210).

A CMNP incentivou o surgimento e crescimento da cidade impulsionada pela cultura do café e pela localização privilegiada da cidade, no Paraná. Destinaram-se 300 mil alqueires de terras consideradas aptas ao plantio do café e a partir de maio de 1947 a cidade foi se urbanizando rapidamente; primeiro na condição de vila, de distrito de Mandaguari, depois, a partir de 1951, tornou-se município e teve sua área territorial ampliada para 486.527 km², contemplando as áreas de Iguatemi, Floriano, Ivatuba. Segundo Recco (2008) este desenvolvimento está registrado no histórico da cidade. A empresa Companhia Melhoramentos de Terras Norte do Paraná acelerou o desenvolvimento da cidade.

A posição geográfica contribuiu como ponto de apoio para a penetração no oeste e noroeste do estado. Segundo Luz (1997), Maringá logo tornou-se um relevante centro de comercialização de produtos agrícolas, entre eles, o café e os

cereais, atraindo os habitantes da zona rural, para ali venderem também sua produção.

Em relação à década de 1940, sobre o desenvolvimento de Maringá, um dos ambientes criados neste período foi o Hotel Campestre, conhecido depois como Hotel Maringá. Ele fazia parte das propriedades da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná e serviu como ponto de chegada e alojamento para viajantes, empreiteiros, corretores e compradores de terra. Conforme Dias e Gonçalves, um dos primeiros indivíduos a chegar a Maringá foi o pernambucano conhecido como “Zé Maringá” e em seguida houve a figura de Vitório Balani, que fundou a primeira serralheria da cidade (DIAS; GONÇALVES, 1999).

A mata virgem foi desbravada e o progresso se instalou na cidade com os primeiros pontos comerciais, a primeira farmácia, a padaria e isso foram impulsionadas pelos primeiros imigrantes (RECCO, 2005). A CMNP realizava os trabalhos de demarcação e o loteamento das glebas, com a construção da estrada principal que permitia os sítiantes a deslocar e escoar as produções.

Nestes primeiros tempos de Maringá os estudos relativos à formação da cidade indicam que a demarcação e o loteamento de Maringá em glebas ocorreram de forma organizada e planejada, sendo que havia uma busca pelo melhor local e o Maringá Velho, região conhecida de Maringá, uma das primeiras regiões utilizadas para o loteamento urbano. Registros históricos, arquivos como jornais, cartas, que pertencentes a Igreja Católica, teses e dissertações, indicavam que a cidade tenha começado em 1938. Contudo, a cidade de Maringá foi fundada somente em 1947, impulsionada pela economia cafeeira.

A época, o café puxava o progresso e o desenvolvimento para os municípios e os povoados que iam surgindo, além de atrair um grande número de famílias de trabalhadores que se instalavam nas colônias, nas próprias fazendas. A lavoura proporcionava serviço o ano inteiro, com capina e arruação, além de arrumações nos terreiros onde os grãos eram levados, para secar, sem falar das tulhas e das sacarias. Mas era nos tempos de colheita que tudo transformava em um grande formigueiro humano. Homens, mulheres, jovens, todos se envolviam intensamente, do amanhecer ao final da tarde, na derriça dos grãos, na tarefa de varrição, limpeza, abanação, ensacamento e transporte, sem falar da lavagem e da secagem. O pagamento de toda mão-de-obra dinamizava e fortalecia o comércio da região (RECCO, 2008, p. 83-84).

Observa-se no excerto o enriquecimento de donos de lotes a partir da exploração dos trabalhadores. Na pequena vila de Maringá, um dos pontos de ampliação do domínio e expansão do projeto colonizador, os grãos de café indicavam a riqueza da cidade. No início da sua colonização a cidade se transformou num verdadeiro “formigueiro humano” (RECCO, 2008), principalmente no período da colheita, momento em que chegavam mulheres e jovens para trabalhar na derriça dos grãos, na limpeza, no ensacamento e transporte do café. Essa mão de obra não era bem paga, mas fortalecia o comércio da região.

A cultura do café se estabeleceu-se como fator imprescindível ao desenvolvimento de Maringá, entretanto, esse cenário foi alterado a partir de 1953, com a crise cafeeira, a região passou por uma geada provocando perdas significativas, que levaram o governo federal a confiscar propriedades por falta de pagamento, levando proprietários à falência, provocando entre os trabalhadores grandes perdas.

Com a dizimação das lavouras cafeeiras em virtude da geada no período da década de 1970, especialmente depois da grande geada de 1975, outras culturas passaram a ser plantadas, como trigo e soja; a amora, para a criação do bicho da seda, bem como as pastagens para o gado vacum, além, é claro, do processo de industrialização, intensificado na cidade. Contudo, os trabalhadores não tiveram a sua condição de trabalho melhorada (RECCO, 2008). Como resultante desse processo, observou-se a expansão da industrialização, o que, por sua vez, acentuou o êxodo rural, e a cidade de Maringá, passou a absorver uma grande quantidade de trabalhadores, pessoas que estavam acostumadas a lidar com o campo e que não conheciam a maquinaria, ficando à margem da sociedade, na periferia da cidade.

Naquele momento histórico, os governos não se mostraram disponíveis para ajudar essa população e houve aumento da criminalidade na região de Maringá (DIAS; GONÇALVES, 1999). Eram relatados assaltos e sequestro que a polícia tinha dificuldade para conter. “Os casos de desordens, desrespeito às leis eram considerados exceções, contudo não podiam ser evitados, pois ali conviviam pessoas de diversas procedências e classes sociais” (DIAS, GONÇALVES, 1999, p. 133). Segundo os pesquisadores, a Igreja Católica passou a desempenhar um papel significativo atuando com projetos sociais, tanto para tentar melhorar a vida dos trabalhadores que haviam chegado à cidade, como para atender àqueles que permaneciam no campo, em situações de trabalho não adequadas.

Como instituição identificada com os valores das classes dominantes, a Igreja agiu como “mãe e mestra” na missão de educar os trabalhadores, de ensinar os hábitos de higiene, de alimentação, de formação de uma sociedade (ROBLES, 2017). Não se tratou em nenhum momento de questionar as razões da desigualdade social, mas formar homens e mulheres que respeitassem os mandamentos “divinos” como requisito para o progresso social. Dessa forma, Maringá se tornou o reduto católico no qual prevaleciam os valores difundidos pela hierarquia da Igreja Católica, sendo representada pela figura de Dom Jaime (PEREIRA, 2007).

As observações apresentadas em relação ao surgimento de Maringá, nos mostra que nas décadas seguintes foram surgindo lideranças políticas e religiosas que impactaram a vida dos moradores, além da chegada de novos habitantes à cidade. Esses primeiros líderes, como por exemplo, Ângelo Planas uma das primeiras lideranças do Maringá velho, nasceu em 7 de março de 1903 e faleceu em 30 de maio de 1999, concorreu duas vezes a prefeitura de Maringá em 1952 e 1956.

Napoleão Moreira da Silva chegou na década de 1940, venceu as eleições para vereador, eleito pelo município de Mandaguari pois não havia acontecido o desmembramento e Maringá continuava distrito de Mandaguari, 1947 é eleito pelo PSD, com 304 votos um dos vereadores mais votados por Maringá, o mandato de 1952-1956.

Ângelo Plana e Napoleão Moreira da Silva Ambos tinham uma grande influência na comunidade e se destacavam por favores prestados à comunidade, pelas suas ações junto aos empreiteiros, aos caboclos, e ganhavam o prestígio na comunidade de Maringá (DIAS; GONÇALVES, 1999). Eles tinham grande mobilidade.

O prestígio resulta da soma de pequenos favores prestados a massa indiscriminada de eleitores, em geral composta de sitiantes, colonos, empreiteiros e caboclos, chegados de todos os rumos. Bem diferentes das zonas velhas, onde a política se firma na tradição. O prestígio, nas zonas novas, cresce ou diminui em função de mobilidade dos habitantes e da difusão de benefícios dispensados (DIAS; GONÇALVES, 1999, p. 133).

A chegada de um líder religioso a cidade, contribuiu para que os primeiros colonizadores aderissem à religião católica, pois muitos chegaram na cidade trazendo os princípios cristãos do catolicismo, a fé era uma forma de aliviar os problemas encontrados na vida nova, dessa forma contou com o apoio da Companhia de

melhoramento que ajudou nesse quesito. Os pesquisadores Benedito Dias como Dias e Gonçalves (1999) e Robles (2007) destacam que lideranças ajudaram para que se consolidasse um município de características católicas, situação que amplamente representada na figura de Dom Jaime.

No campo político, surgiu na cidade a União Democrática Nacional (UDN) fundada por Ângelo Planas e o Partido Social Democrático (PSD) fundado por Mário Jardim e Napoleão Moreira da Silva. Esses partidos elegeram vereadores com propostas que refletiam os embates que ocorriam no âmbito nacional. Segundo Hilário (1985) a União Democrática Nacional fundada por Ângelo Planas, elegeu seu irmão Arlindo Planas com 127 votos, e o Partido Social Democrático presidido por Mario Jardim elegeu Napoleão Moreira da Silva com 96 votos.

Quando Maringá não era sequer um distrito, fazendo parte de Mandaguari, como simples patrimônio aqui já existia dois partidos, seus respectivos diretórios. O primeiro da União democrática Nacional, fundada e dirigida por Ângelo Planas, que elegeu para vereador seu irmão Arlindo Planas, com 127votos; o segundo partido, do Partido Social Democrático, presidido por Mario Jardim, e que elegeu Napoleão Moreira da Silva, também com 96 votos (HILÁRIO, 1985, p. 325).

Nos trabalhos encontrados durante a pesquisa sobre o desenvolvimento de Maringá, destaca-se, Hilário (1985), que estudou o desenvolvimento político da cidade e aponta que o primeiro prefeito da cidade foi Inocêncio Vila Nova Júnior, prefeito eleito de 1953 a 1956 e que a figura de Waldemar Gomes da Cunha no pleito eleitoral indicou o conflito de forças políticas naquele momento histórico da cidade e o papel de partidos políticos, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O prefeito eleito Villa Nova, filiado ao partido do PTB, partido ao qual fazia parte o presidente Getúlio Vargas, governo populista que tinha apoio da massa da população, acabou elegendo Villa Nova a prefeito, com a maioria dos votos da periferia de Maringá.

Quadro 1 – Políticos e partidos

Prefeitos	Período de atuação	Partidos
Inocente Vila Nova Junior	1952-1956	PTB (Partido trabalhista Brasileiro)
Américo Dias Ferraz	1956-1961	PSP (Partido Social Progressista)
João Paulino Vieira Filho	1961-1964	PSD (Partido Social Democrático)
Luís Moreira de Carvalho	1964-1968	PDC (Partido Democrata cristão)
Adriano José Valente	1968-1972	MDC (Movimento Democrático Cristão)

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base em Hilário (1995).

Maringá constituiu-se na econômica, social e politicamente a partir da influência desses primeiros líderes, sendo as eleições de 1960, a efetivação da polarização política. No referido ano, João Paulino Vieira Filho e Jorge Ferreira Duque Estrada, figuras importantes – o primeiro como promotor de justiça e pecuarista nasceu em 1921 e faleceu em 20 de novembro 2001, foi vereador à Câmara Municipal de sua cidade e promotor público em Mandaguari em 1949, e em Maringá em 1954, ambas no Paraná. Foi prefeito de Maringá em 1961-1964. No pleito de novembro de 1966 elegeu-se deputado federal pelo Paraná na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. Exerceu o mandato de fevereiro de 1967 a janeiro de 1971. Jorge Ferreira Duque Estrada nasceu em 1.916, foi advogado pioneiro da advocacia maringaense, atuou como promotor de justiça, no campo político foi vereador na primeira legislatura da Câmara Municipal (1952-1956), candidato a deputado estadual (1958) e a prefeito de Maringá (1960).

Na mesma época, cidades como Floresta, Paiçandu e Ivatuba ainda não haviam sido desmembrados de Maringá e esta era uma questão importante para estas localidades. A cidade estava amadurecendo política e administrativamente e a década de 1960, em especial, foi um período conturbado, em virtude do golpe de estado que atingiu o Brasil (PEREIRA, 2007).

No Paraná, especificamente Maringá, em 1964, foi eleito Luiz Moreira de Carvalho como Prefeito, figura que deu continuidade ao projeto de colonização e expansão territorial de Maringá na vertente da Companhia de Desenvolvimento de Maringá – CODEMAR. Naquele momento a cidade tinha em torno de 84 escolas entre as municipais estaduais e privadas. E “homens importantes” que estavam “pensando o planejamento da cidade”, incluindo o planejamento e implantação da Universidade Estadual de Maringá, como o Dr. Luiz Teixeira Mendes.

O prefeito seguinte, Adriano José Valente, foi eleito como prefeito em 15 de novembro de 1968, ligado aos movimentos de caráter oposicionista, foi um dos mais votados com 19.471 votos de acordo com o site do Maringá Histórica, da ala de oposição deu continuidade ao planejamento da cidade, durante sua gestão enfrentou momentos conturbados em sua vida política, precisou afastar se do Movimento Democrático brasileiro, MDB, para poder adquirir recursos para a cidade mudou de time unindo-se a ARENA. A organização política da cidade de Maringá, bem como os processos eleitorais, assentava-se de forma significativa no apoio do jornal “A Folha

do Norte do Paraná”, que era demarcada, naquele momento, pela instrumentação política; a cooptação e a utilização da influência de lideranças como as religiosas, para buscar o desenvolvimento econômico e social, porém, de forma elitista. Por ser editado na cidade por membros que compunham a sociedade local, sendo aceito de forma irrestrita pela comunidade, resultava em um salto tecnológico para a imprensa local.

Para a manutenção do Jornal, buscava-se a venda de “ações” para a sociedade, como consequência, “boa parte dos recursos procedia de ações que eram compradas, em sua maioria, por fazendeiros, comerciantes e cerealistas da região” (BRITO, 2015, p. 22). O discurso sustentado pelo periódico, de combate ao comunismo e aos conflitos no campo, vistos pelo governo e pela Igreja como “desordens” que prejudicavam a sociedade, fortaleciam o apoio da elite dirigente da cidade.

Os movimentos sociais do campo tiveram como adversária a Igreja Católica, que os barravam, mantinha-se omissa em relação às situações de conflito, prisões arbitrárias ou perseguições que ocorriam no campo. Para Angélica de Brito, com a fundação do jornal católico “A Folha do Norte do Paraná”, foram veiculadas informações sobre os valores cristãos e a ameaça dos “vermelhos”, assim chamados os comunistas, pela imprensa. Este movimento foi intensificado em agosto de 1961, quando ocorreu no II Congresso dos trabalhadores rurais na cidade. Um fato que culminou na estruturação e apoio à fundação do jornal católico, cujas ações passaram a ser noticiadas informações sobre a FAP, feita a divulgação dos valores cristãos e a ameaça dos “vermelhos”, assim chamados os comunistas, pela imprensa. A igreja colocou-se em ação, de acordo com Brito (2011, p. 761).

A negatividade atribuída aos comunistas aparece na grande maioria dos casos associada à crueldade, ao ateísmo e à amoralidade. “Agitador vermelho”, “blasfemos vermelhos”, “soldados de Moscou”, “elementos subversivos”, “empreiteiros da desordem” ameaça vermelha”, “credos sanguinários da Rússia vermelha”, “infecção comunista”, “jugo vermelho” são algumas das denominações dadas pelo discurso jornalístico aos comunistas e ao comunismo e que contribuíram para cristalizar uma determinada imagem no imaginário popular.

O estigma sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) corroborou para o fortalecimento do discurso Anticomunista propagado pela Igreja nas páginas do jornal

“A Folha do Norte do Paraná” (BRITO, 2011). A década de 1960 teve na ação dos bispos, a legitimização do governo. Anos mais tarde, a pesquisadora aprofunda o estudo em “A cruz vencerá o Comunismo: o discurso anticomunista do jornal Folha do Norte do Paraná (1962-1965)”, dissertação realizada em 2015, em Maringá.

Analisando os discursos do jornal “A Folha do Norte do Paraná” constatou-se a preocupação da Igreja, em divulgar assuntos sobre o comunismo e os países comunistas, ocorrendo a super valorização, pelos noticiários e pela imprensa, do que ocorria nos países que seguiam o Comunismo, como sendo este um sistema que preconizava a desordem social, o desmantelamento familiar e a desconstrução da fé e valores cristãos na sociedade. Essa afirmativa, comprova-se a partir das análises apresentadas no Anexo D, na qual tem-se em destaque a notícia sob a manchete “Brasil vai condenar Cuba”, evidenciando a posição contrária e opositora do governo brasileiro sobre as atividades de Che Guevara, evidenciando a o leitor a necessidade em acompanhar as ações do governo no combate ao comunismo e seus representantes, a guerrilha e outros (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1967a).

Com o crescimento dos movimentos populares em âmbito nacional e o acirramento da luta de classes, o golpe militar foi o artifício utilizado pela burguesia associada ao capital estrangeiro. Para o sucesso do empreendimento golpista foi necessário a construção de sua “legitimidade” por meio de uma série de artifícios. Nesse sentido, o apoio dos segmentos mais conservadores do catolicismo antes mesmo da derrubada de Goulart foi fundamental.

[...] Estendemos esta solicitação da “Caixa de Ressonância”, a todos quantos queiram cumprir com o dever de protestar contra o Congresso de Solidariedade a Cuba, por atentar contra a Constituição Brasileira. Assim, todos os maringaenses cristãos que não são solidários com um governo que usurpa o poder dos pais, tomando-lhes os filhos e criando-os para o Estado, poderão colaborar neste movimento cívico, subscrevendo telegramas de protesto – endereçados aos órgãos de imprensa supra, extensivos ao governo da Guanabara, aos ministros militares e aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1963a, p. 2).

A Folha apresentou-se como um empreendimento para a jovem cidade, sendo destaque para o jornalismo maringaense. De acordo com Brito (2015, p. 18), em 1961, “com a obtenção dos recursos captados para tal fim, o jornal adquiriu a primeira impressora rotativa da cidade. O equipamento tornava possível a tiragem de até dois mil exemplares por hora e em duas cores”.

Na coluna “Reconstruir o mundo”, o título a “Pobreza”, discutia o tema de um viés religioso, passando ao leitor a importância do Catolicismo e da espiritualidade:

O evangelho consagra a pobreza como virtude a igreja leva as honras aos altares de Francisco de Assis, por ter abraçado a pobreza como sua irmã predileta, mas a mesma igreja condena o pauperismo como um dos mais graves males do mundo moderno. Pio XI apontava o flagrante contraste entre uma minoria de risco e uma multidão de indígenas e lamentava o fato de, principalmente, nos países abastados os operários viviam na mais dura miséria e na mais extrema indigência. E o saudoso Pontífice afirmava “O proletariado e o psuperismo são coisas absolutamente distintas”. Enquanto para citar dois grandes papas Pio XI indicava a imensa multidão de operários cuja a miséria clama e brada aos céus. Paulo VI ergue sua voz autorizadíssima na defesa das nações subdesenvolvidas em um mundo tão rico, a ponto de tentar conquistas nos espaços interplanetários. Diante dessa realidade, é grato observar que o presidente Costa e Silva, auscultando o sentimento do povo brasileiro, a todos conclame para a união em torno da luta contra a pobreza. É chegada a hora – disse o chefe do governo – de convocarmos todas as lideranças políticas, sem distinção de tendências ou posições, para a luta contra a pobreza e pelo desenvolvimento, porque esta luta é de todos não apenas do governo.” O presidente Costa e Silva volta a manifestar sua convicção de que o desenvolvimento e o combate à pobreza se tornaram problemas de âmbito nacional, exige o esforço de todos e está a pedir “o concurso de todos os setores” muito acertado anda o chefe do governo brasileiro ao propor como filosofia de sua administração, a valorização do homem, pela retomada do desenvolvimento e pela luta sem tréguas, a clamorosa situação de doloroso pauperismo em que se encontra grande parcela da nação. E acertado ainda quando se propõe a defender a soberania nacional, na liberdade das pesquisas e aplicação da energia nuclear, em fins pacíficos o desenvolvimento (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1967g, p. 1).

O decorrer da história da cidade de Maringá-PR denota para o fato de que a Igreja foi remodelando o seu papel social conforme a conjuntura política da cidade: nos momentos de crise ela esteve presente para fazer apaziguar, para distribuir o pão, para ajudar o trabalhador de forma que ele, de certo modo não buscasse outras formas de conhecimento e de questionamento da sua realidade, muitas vezes naturalizava as questões de desigualdades, vistas como virtudes e não, como um problema político e estrutural da sociedade.

3.1.1 Apontamentos sobre a fundação da cidade de Maringá

O norte do Paraná no período de 1950 a 1969, foi considerado uma área fértil para a agricultura. Era disseminado por meio da imprensa como um local próspero para que o homem pudesse se fortalecer e colaborar para o crescimento da sociedade e do próprio estado. Para tanto, os jornais impressos de outros estados, a exemplo do estado de São Paulo, dedicavam-se em alguns exemplares a propagar a ideia de que o estado paranaense era um local de prosperidade. A exemplo, do Diário de São Paulo, publicava nos anos de 1950, constantes notícias sobre as vantagens de se estabelecer no norte do Paraná. Como matéria para seduzir novos moradores, afirmava que:

Nas terras férteis do Norte do Paraná, tudo cresce e progride. Em torno da Florescente cidade de Maringá ondulam cafezais vergados ao peso dos frutos, vicejam campos de arroz, livres de saúvas, produzem todos os legumes, e nos pomares, laranjas, pêsegos, bananas, uvas e morangos se multiplicam doces e saborosos (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1950)⁹.

A CMNP, empresa responsável pela colonização, criada em 1924, por ingleses e paulistas¹⁰, com a ambição de explorar territórios, descortinaram fronteiras, desbravando novos caminhos, divulgando e enaltecendo na sociedade a necessidade do “espírito empreendedor”, estimulando que embrenhar-se na região estaria destinado àqueles que vislumbraram um futuro de riqueza e prosperidade das regiões descobertas.

Como acontece em todas as grandes conquistas feitas pelo homem no decorrer da exploração econômica racional das terras roxas do Norte do Paraná os desbravadores que se dedicavam à empreitada acabaram por verificar que estavam realizando, na verdade, missão de elevado interesse público. Eles agiam como empresários, é verdade, mas nessa condição desempenhavam o papel de parcela propulsora da sociedade liberal que ajudaram a construir. Cada decisão era maduramente pesada porque os altos interesses da empresa e de seus clientes estavam em jogo (COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ, 1974, p. 10).

A imprensa reiterava o papel relevante do migrante trabalhador nos campos paranaenses. A expansão das fronteiras agrícolas levou ao desenvolvimento do

⁹ Disponível em: <https://udoirma.wixsite.com/irmgardsiemens/maring-pr>. Acesso em: 27 nov. 2022.

¹⁰ Naquele momento os jornais e as matérias divulgadas não davam lugar ou valorizavam o negro na sociedade. Invisibilizando-o, aparecendo mais nas páginas policiais. (Tese em andamento da Monica Vasconceio analisa essa questão) Aluna de doutorado da Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação do professor Marco Antônio de Oliveira Gomes (2013).

território, todavia, uma ocupação aquém do esperado, limitada pelo acesso, a colonização das terras ocorria ainda de forma lenta. Naquele momento, a imprensa passou ocupar um importante papel, ao divulgar informes contrários ao que se observava, com argumentos favoráveis às companhias colonizadoras e na qual se fortalecia discurso hegemônico enfatizando que aqueles que se embrenhassem no estado estariam tornando-se “o pioneiro/desbravador a preencher e do mar heroicamente tão bravo espaço”, fixando o mito de um homem destemido e comprometido com o desenvolvimento do país (SCHALLENBERGER; SCHINIDER, 2010; CORREIA; STEINKE, 2008, p. 5).

A ocupação do norte do Paraná deu-se de modo sistematizado por meio de várias companhias, destacando-se a Brasil Tokushoku Kaisha (BRATAC); a Nambei Tochikushiri; a Colonizadora Vale do Ivai Ltda: A empresa colonizadora britânica *Paraná Plantations Company*, nasceu como Companhia de Terras Norte do Paraná.

O processo de colonização do Norte do Paraná insere-se num cenário de expansão da economia capitalista e de realinhamento do papel da agricultura de acordo com um novo modelo de acumulação de capital, implantado a partir de 1930. Esses autores destacam que: Se a expansão da economia capitalista no Brasil, a partir de 1930, de base industrial, exigia a expansão da fronteira agrícola e sua incorporação subordinada ao mercado capitalista, a ação resultante requerida era o desflorestamento de imensas áreas. Nesse aspecto, foi utilizada uma nova tática de ataque às florestas, certamente mais rápida e mais completa: a divisão das terras em pequenas propriedades, o que explica o fato de remanescentes florestais estarem em grandes propriedades (CORREIA; STEINKE, 2008, p. 7).

A Companhia de Melhoramentos – CIA, adquiriu 515.000 alqueires de terra fertilíssima e em junho de 1929 “assumiu o controle acionário da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná, ponto de partida para o reconhecimento e repartição de todo o acervo de terras da empresa e sua integração à economia do Estado” (CORREIA; STEINKE, 2008, p. 8).

O processo de colonização paranaense trouxe conflitos pela terra, afirmando-se que a ocupação nem sempre ocorreu de forma pacífica. A colonização fez com que ocorresse a implantação de colônias e agricultores nas regiões escolhidas pelo estado, considerando a necessidade de produção dos gêneros alimentícios para abastecer as cidades (SERRA, 1991).

No estado do Paraná, as empresas colonizadoras trouxeram para o norte do estado a cafeicultura, acoplando um fluxo intenso de migrantes para trabalhar nas lavouras, dos quais uma maioria significativa passou a fixar residência no norte do Paraná.

[...] Nos Alvares do século XX, no prolongamento da colonização do norte Pioneiro, nossa região teria começado a ocupação, atraindo gente de todos os cantos do Brasil e de outros países [...] antes desse tempo nada mais teria sido senão uma selva desabitada (ROBLES, 2007, p. 49).

Entre as figuras estrangeiras representantes da Companhia Melhoramentos, que participaram do projeto de colonização da região, destacamos Arthur High Miller Thomas, pioneiro e colonizador, nasceu em Edimburgo, capital escocesa no ano de 1889, morreu aos 71 anos, vítima de um câncer em 1960. Em 1919, Arthur Thomas foi selecionado para administrar uma grande fazenda de algodão no Sudão. Eram mais de mil alqueires destinados para essa e outras culturas. A *Sudan Plantations Syndicate* era um empreendimento de propriedade de Simon Joseph Fraser, o famoso *Lord Lovat*, tornando-se a pessoa de confiança de *Lord Lovat* e foi escolhido para o cargo de diretor-gerente.

No final de 1923, junto de um grande grupo de investidores, *Lord Lovat* chegou ao Brasil com o objetivo de encontrar grandes áreas para o cultivo de algodão e também para investimento imobiliário. Com isso, Arthur Thomas coordena a criação da Companhia de Terras Norte Paraná (CTNP), que tinha como subsidiária a Paraná Plantations Limited, em setembro de 1925. Ficou conhecido como gerente da Companhia de Terras Norte do Paraná e elaborou o diagnóstico, colheu dados locais sobre a existência de estradas, verificou riachos e os melhores locais para construir as moradias para os trabalhadores (ROBLES, 2017). Elaborou um relatório financeiro sobre os custos do empreendimento, seus dados resultaram em um movimento que resultou na criação da cidade de Londrina.

A Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, considerada a maior empresa colonizadora do País, é responsável pelo desbravamento e ocupação de uma área correspondente a 546.078 alqueires de terras ou cerca de 13.200 km², área maior que a de muitos países. Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu mais de 50.000 lotes agrícolas, garantindo o acesso a estas propriedades com abertura de 5.000 quilômetros de estradas vicinais, mantidas e conservadas pela empresa, com tráfego

intenso, até a transferência ao poder público. Isso permitiu que mais de 1.000.000 de pessoas se estabelecessem nas regiões norte e nordeste do Estado, contribuindo de forma significativa para seu desenvolvimento econômico. No Paraná entre as cidades fundadas pela Companhia temos como destaque: Londrina, Arapongas, Apucarana, Maringá, Cianorte e Umuarama e ainda entre estas e outras, a cidade de Jussara, onde deu início a uma nova atividade (COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ, 1974, p. 12).

Em meados dos anos de 1930, a Companhia de Terras Norte do Paraná fixou seu escritório em Londrina, passando a “fechar” neste local a negociação de terras. O período, foi marcado por intensa comercialização de lotes de terras que, no geral, eram brevemente ocupados por homens que almejavam plantar café. A floresta nativa, sucumbiu, tendo como cenário sucedâneo as grandes áreas cultivadas, cujas ações demandadas eram centradas no desenvolvimento local de latifúndios, com foco na produção de café, expansão da pecuária e outros produtos necessários à incrementação da economia local.

A CMNP possibilitou a ampliação e o acesso às terras do norte do Paraná. Desta forma muitas personalidades tiveram participação, como aponta o site do Maringá histórica, destaque: Nivaldo Ferreira Gandra, criou o departamento técnico da CMNP, Hermann Moraes Barros diretor gerente da CMNP, Vladimir Babkov Engenheiro da CMNP, Alfredo Werner Nyffeler diretor Geral da CMNP.

O padre Orivaldo Robles, em seu livro “A Igreja que brotou da mata” e o historiador Miguel Fernando Perez da Silva do site Maringá Histórica¹¹, entre os colonizadores, apontam que, Gordon Fox Rule, foi o mais antigo funcionário em atividade, por ocasião do centenário da companhia, deu seu depoimento em relação aos outros grupos que já habitaram as terras maringaenses – apontou milhares de silvícolas. Reiterando que a ocupação das terras do norte do estado encontrava-se já existentes, sendo que os fundadores de Maringá não foram os primeiros habitantes a ocupar a região.

Quando os colonizadores chegaram no Paraná encontraram a presença de alguns povos indígenas, os guaranis, Xokleng e os Kaingan foram os grupos que habitavam primeiramente o Paraná e, que foram, expulsos e/ou destruídos, e

¹¹ Disponível em: <http://www.maringahistorica.com.br>. Acesso em: 27 jan. 2023.

substituídos por imigrantes – nada de diferente do que acontecia em outras regiões brasileiras.

O jornalista e escritor Rogério Recco, registrou parte da história de Maringá, curiosidades sobre a terra e a vida dos primeiros moradores, a luta no desbravamento da cidade dentre outras. Em 1942, a Companhia Melhoramentos de Terras Norte do Paraná assenta a pedra fundamental na cidade nascente, formando um pequeno núcleo, no povoamento do espigão, hoje conhecido como “Maringá Velho”, área de três quadras e uma rua principal, com uma clareira. As jardineiras chegavam cheias de colonizadores, pessoas em busca de esperança e sonhos, atraídos pela propaganda de uma vida melhor (RECCO, 2008). Boni (2009, p. 189) investigou este aspecto:

A companhia de Terras do Norte do Paraná já praticava a venda de lotes quando o Maringá velho foi aberto no meio da mata virgem, no ano de 1942 em seus escritórios de Londrina, e depois Apucarana. Os terrenos eram em média de 10 a 20 alqueires. Devido a inexistência de inflação naquela época, a venda era feita com prazo e quatro anos para pagar e juros baixos.

Quando se iniciou o povoamento do “espigão, as famílias, que fixaram moradia na zona rural” e “foram esses pioneiros que construíram seus primeiros ranchos, formando as primeiras lavouras de café” (DIAS; GONÇALVES, 1999, p. 126). Dirigiam-se para a região, nos primeiros anos muitos peões (derrubadores de mato), empreiteiros encarregados pelos proprietários de comandar a derrubada e a formação lavoura em troca de toda a produção de cereais e da colheita. Antenor Sanches relata que os compradores vinham em verdadeiras caravanas para fazer a derrubada da mata e plantar café, chamado de “ouro verde do Brasil” (SANCHES, 2006).

Os trabalhadores, na maioria, ofereciam serviços braçais, no trabalho de desmatamento contribuindo para o enriquecimento do comércio do café. A rápida mudança no perfil agrícola despertou o interesse de muitos que viam com bons olhos a região desbravada, a vinda de fazendeiros de café para a região principalmente paulistas, mais tarde mineiros e nordestinos. De acordo com Sanches (2006), os primeiros habitantes foram se instalando, apalpando o terreno e buscando o repouso de suas audácias e esperanças. A Companhia apresentou-se como significativa para a construção da nova cidade. Vieira (1999, p. 195) afirma que:

A CMNP abriu novos horizontes para o Norte do Paraná. A cidade canção, em particular, crua e sem autonomia política, foi polarizando as atenções dos jacus (homens e mulheres, heróis anônimos, enfocados na história com absoluta fidelidade) das imediações que começaram a perceber que o sonho de ficarem ricos como o ouro verde estava cada dia mais perto das mãos [...].

Concomitante à ação da CMNP, a Igreja apoiava o movimento de ocupação territorial. A ação da Igreja foi reiteradamente registrada. Salvaterra (2019) investigou a ação política e educativa do catolicismo nos conteúdos veiculados pela imprensa local. A cidade era representada como um “oásis”, no qual a sociedade burguesa poderia realizar-se. Maringá, fundada em 10 de maio de 1947, quando elevada à categoria de distrito de Mandaguari, tornou-se município pela lei nº 790, de 14 de fevereiro de 1951, dessa forma conquistou sua autonomia política, o dia 9 de novembro de 1952, data da primeira eleição para a Prefeitura e Câmara de vereadores de Maringá que nesta ocasião elegeu seu primeiro prefeito: Inocente Vilanova Júnior, do PTB, (1953-1956). De acordo com Dias e Tonella (1998), entre discursos, saudações e comemorações, não faltaram, por parte dos parlamentares eleitos, reiteradas considerações acerca dos desafios a serem vencidos pela administração maringaense, dentre eles, a instalação de rede de esgoto, água, luz e melhorias na rede de ensino público e com essa administração construindo de 18 escolas.

Em 1946, começou a funcionar a primeira escola em Maringá, localizada no Maringá Velho, com o nome de “Casa Escolar” de Maringá, estruturada por alguns líderes locais, após algumas reivindicações junto ao prefeito de Mandaguari, que enviou a Maringá a professora Dirce de Aguiar, que morava na cidade de Cambé, para estruturar o ensino formal (SALVATERRA, 2019).

Em agosto de 1947 a casa escolar passou a denominar-se “Escola Isolada do Maringá Velho”. “A Escola funcionou numa construção rústica de madeira, construída pelos próprios moradores, que também se encarregaram da confecção dos bancos escolares” (SCHAFFRATH, 2006, p. 11). A pesquisadora aponta que havia o número suficiente de aluno, mas foi necessário um trabalho de convencimento das famílias para enviarem os filhos à escola pois muitos ajudavam os pais no trabalho do campo. Em 1948, passou a ser denominada a escola isolada, passou a ser denominada de Grupo Escolar Visconde de Nácar (LUZ, 1997).

A propaganda em torno das oportunidades oferecidas no norte do Paraná e a busca de trabalho para sobrevivência por parte de inúmeros trabalhadores

contribuíram para o crescimento demográfico de Maringá. Como expressão de uma sociedade dividida em classes, as demandas por escola que atendesse os segmentos mais abastados da população se materializaram na criação de instituições de ensino ao longo dos primeiros anos após a fundação da cidade.

Quadro 2 – Relação das primeiras escolas criadas em Maringá na gestão do Prefeito Inocente Villanova

Escolas	ANO
Escola Rural Municipal “Quintino Bocaiúva”	1952
Escola Rural Municipal “Afonso Pena”	1952
Escola Rural Municipal “Barão do Cerro Azul”	1952
Escola Rural Municipal “José Bonifácio”	1952
Escola Rural Municipal “Anita Garibaldi”	1953
Escola Rural Municipal “Benjamin Constant”	1953
Escola Rural Municipal “César Lattes”	1953
Escola Rural Municipal “João Teixeira Soares” (antiga “David Carneiro”)	1953
Escola Rural Municipal “José de Alencar”	1953
Escola Rural Municipal “Marcílio Dias	1953
Escola Rural Municipal “Nilo Pençanha”	1953
Escola Rural Municipal “Conselheiro Jesuíno Marcondes”	1954
Escola Rural Municipal “Frei Timóteo”	1954
Escola Rural Municipal “Júlia da Costa”	1954
Escola Rural Municipal “Cristovão Colombo”	1955
Escola Rural Municipal “Epitácio Pessoa”	1955
Escola Rural Municipal “Olavo Bilac	1955
Escola Rural Municipal “Teixeira de Freitas”	1955

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A primeira escola privada criada foi o Colégio Santa Cruz, dirigida pelas Irmãs Carmelitas da Caridade de Vedruna, vindas da Espanha. A CMNP contribuiu para a construção de grupos escolares, em sua maioria instalados na região central no período de 1948 e 1950, tendo destaque a criação da Escola Normal Secundária Amaral Fontoura; A Escola Normal Regional Eduardo Claparède e o Ginásio de Maringá, que de acordo com Luz (1997), passou a ser assumido pelos Irmãos Maristas, no ano de 1957.

A cidade fica a 104 Km da cidade de Londrina, é localizada no centro geométrico da Zona Colonizada pela Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, de acordo com Luz (1999) em seu artigo publicado no livro Maringá e o Norte do Paraná: estudos da história regional. Por possuir uma boa localização geográfica, topografia e clima favorável, a região foi escolhida para manter um dos maiores centros urbanos do norte do Paraná, e dividir com Londrina a liderança regional, servindo como centro propulsor de uma grande área agrícola (BONI, 2009, p. 186).

Maringá passou a ter como distritos “Iguatemi, Floriano e Ivatuba. Em 1954 foi instalada a comarca de Maringá. Hoje, sede de uma grande região que abrange cem municípios” (BONI, 2009, p. 186). A urbanização de Maringá surgiu com o arquiteto e urbanista Jorge de Macedo Vieira paulista, “responsável por projetos como o Jardim América, de São Paulo e Águas de São Pedro, na região de Piracicaba. Contratado pela Cia. Melhoramentos Norte do Paraná” (DIAS; GONÇALVES, 1999, p. 127). Jorge de Macedo Vieira não chegou a conhecer Maringá. Contudo, idealizou um projeto moderno para época. Em atendimento ao solicitado pela CMNP projetou avenidas largas, praças arborizadas buscando respeitar a topografia do lugar.

Contratado pela CMNP, o urbanista Jorge Macedo Vieira idealizou o traçado de Maringá sem nunca ter visitado a região, o projeto realizado foi para ser o grande polo regional tudo de acordo com as características encontradas, paisagens, clima, fundos de vale e vegetação que foram conservados em reservas transformando-se em bosques e parques. Salvaterra (2019) destaca que a vegetação da região se fez presente no projeto inicial, que previa a conservação de matas nativas em reservas que foram transformadas em bosques e parques, com destaque o Parque do Ingá com 47,3 hectares, o Bosque II com 54,9 hectares e o Horto Florestal, 368.300 hectares localizados na região central da cidade, o que indica a elitização do espaço verde. Reis (1996) constatou que a colonização da cidade de Maringá foi norteada a partir de três princípios básicos: a construção de um eixo rodoferroviário para favorecer a entrada e a saída dos grãos produzidos; assentamento de núcleos básicos de colonização.

Nos primeiros anos da colonização passaram pela cidade, todos os tipos de pessoas: corretores de imóveis, sitiante, peões, colonos, e famílias que vinham com interesse de abrir seu primeiro comércio. Dessa forma, houve a necessidade de construir a primeira estação rodoviária, como caracteriza Sanches (2006, p. 18):

A estação rodoviária localizava-se na atual Rua Dr. Lafayette da Costa Tourinho, esquina com a Av. Brasil, ao lado do hotel Maringá. O meio de transporte mais comum eram os cavalos, mais já existiam alguns veículos, tais como Jeeps, caminhões e carros Ford 29,30,31. A iluminação era de lampiões e querosene, água de poço com mais de 20 metros de fundura, e puxada com sarrichos, banheiros e instalações sanitárias eram pequenas casinhas sobre fossas comuns fora de casa. Não havia conforto, porém o seu povo era muito alegre e festeiro, participando de festas de igrejas e bailes animado por

sanfona, violão, cavaquinho e pandeiro. Existia um serviço de alto falante, que funcionava o dia todo e a noite com muita música e avisos de utilidade pública (SANCHES, 2006, p. 18).

Um estudo realizado por Luz (1997) sobre a cidade de Maringá, da década de 1940 a 1960, sistematizou como surgiram os primeiros espaços urbanos, as peculiaridades e a liderança da cidade em relação aos municípios do entorno, no período de 1950 e 1951, 16.157 habitantes viviam na zona urbana, representavam 21,7%, da população total, esse percentual era mais elevado no distrito de Mandaguari que era sede do município, alcançava 39,5%, em 1960 a população urbana atingia 71.884 habitantes, o que significava 28,9% da população, a autora destaca que no período a população urbana foi de 335% enquanto a população rural teve um acréscimo de 196%. “Circundada por terras férteis e própria para o cultivo do café, com uma área agrícola de influência de mais de 300.000 alqueires” (LUZ, 1997, p. 123).

A cidade de Maringá foi responsável por 66,8% do aumento da população, urbana e por 21,5% daquele constatado com relação à população total da microrregião. Esse município apresentou o maior índice de crescimento demográfico (169,8%) uma vez que passou de 38.588 habitantes em 1950, quando ainda era distrito de Mandaguari, para 104.131 habitantes em 1960 (LUZ, 1997, p. 188).

Maringá nos anos de 1960, destacava-se como um dos municípios de maior influência em todo o estado do Paraná, com um núcleo urbano consolidado. A propaganda realizada pela CMNP e a base da exploração da agricultura contribuíram para a intensa migração de pessoas vinda de todos os lados das regiões do Brasil, e de outros lugares do mundo (BONI, 2009). A base de sustentação da formação da sociedade configurou-se atrelada aos princípios e influências da Igreja, sendo o Catolicismo a base religiosa prevalente entre os primeiros colonizadores, colocando a religião como o marco significativo do pioneirismo local.

Muitos acreditam que a Capela Santa Cruz foi a primeira igreja de Maringá, entretanto Sanches 2006, discorda dessa afirmação. Em 1938, o Padre Emilio Clemente Sherer – primeiro vigário da primeira paróquia do município (Maringá Velho criada em 2 de abril de 1950) – veio da Alemanha, fugindo do nazismo. Em Maringá, adquiriu da CTNP o lote nº1 – A, com 200 alqueire, localizados nas imediações da cidade alta, denominada Fazenda São Bonifácio conhecida como “fazenda dos padres”. Em 25 de janeiro de 1940 o reverendíssimo

Vigário Capitular deu licença para a construção de uma Capela na referida fazenda, a Capela de São Bonifácio que assim sendo, seria a primeira igreja de Maringá. Lá foram rezadas as primeiras missas, casamentos, batizados desta cidade (BONI, 2009, p. 199).

A influência da igreja na consolidação da sociedade maringaense pode ser observada nos estudos apresentados pela cidade na ampliação de sua representatividade, após a criação da diocese pelo papa Pio XII (Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli, 1876-1958, papa desde 1939 até sua morte em 1958). Em 1º de fevereiro de 1956, exarou a bula *Latissimas Partire Ecclesias*, que pregava como papel primordial da Santa Igreja, desmembrar as dioceses de grande extensão territorial a fim de atender e oferecer aos cristãos “os confortos e utilidades da religião católica (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1982)” (SILVA, 2010, p. 179). Bula do Papa Pio XII elegendo Dom Jaime Luiz Coelho primeiro Bispo de Maringá.

Ao dileto Filho JAIME LUIZ COELHO, Cura da Catedral de Ribeirão Preto, primeiro bispo eleito da Diocese de Maringá... Devendo prover às necessidades da Diocese de Maringá, criada no mês de fevereiro do corrente ano [...] elegemos-te, filho dileto, para Bispo e Pastor da mesma Sede de Maringá [...] Damos-te o governo e a administração desta Diocese quer no que se refere às coisas religiosas quer aos bens temporais [...] Queremos que, antes da consagração e da tomada de posse da Diocese, perante algum Bispo, em comunhão com a Sede de Roma, faças a profissão de fé católica e o juramento quer de fidelidade a Nós e aos Pontífices Romanos quer contra os erros dos Modernistas [...] (PENCO, 2018)¹².

O primeiro bispo da cidade, ao chegar em 1957 a Maringá, terras “recém-abertas pela Companhia de Terras” Melhoramento Norte do Paraná trouxe

[...] não somente sua juventude e disposição de implantar a Igreja e a fé. Mas, sobretudo, trouxe seu jeito paulista de enxergar as coisas. A visão de Dom Jaime convergia com a visão paulista dos colonizadores e retirantes que aqui se mudaram com a pretensão de derrubar a floresta e iniciar o progresso e o desenvolvimento de uma região coberta pelo mato (ROBLES, 2007, p. 138).

O Bispo, com seu “jeito paulista de enxergar as coisas”, ocupou o espaço de um intelectual comprometido com a defesa da ordem hierarquizada e desigual. A festa

¹² Disponível em: <http://arquidiocesedemaringa.org.br/noticias/1095/artigo-do-padre-joao-paulo-penco>. Acesso em: 21 abr. 2022.

realizada em sua representa não somente a acolhida dos fiéis a nova liderança, mas a convergência dos interesses entre os proprietários locais e a Igreja.

Destinaram ao bispo uma casa situada na rua Lopes Trovão. De acordo com Robles, a Cúria diocesana estava abrigada na garagem dividindo espaço com uma Willys Overland, um dos primeiros veículos do tipo rural, que ficou conhecido como a perua do bispo.

No dia 24 de março de 1957, no aeroporto de Maringá envolto num turbilhão de pó, por volta da 15h00, o novo bispo pisou pela primeira vez o solo de Maringá. Chovera no dia anterior, mas, depois de poucas horas de sol, a terra encontrava-se inteiramente seca. Uma multidão de quase 30.000 pessoas reuniu-se no campo de pouso, ao longo da Avenida Brasil, na Avenida Getúlio Vargas e na praça da Catedral. Para que D. Jaime foi formado à sua volta uma corrente de braços, a fim de que o povo na ânsia de cumprimentá-lo, não colocasse em risco sua segurança. Em veículo aberto, foi 24 acompanhado por ruidoso foguetório, por um cortejo de aproximadamente 500 veículos (ROBLES, 2007, p. 139).

Passada a festa da posse, o primeiro bispo, tinha pela frente a diocese de Maringá composta por 24 municípios. “Maringá, Alto Paraná, Jandaia do Sul, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Nova Esperança, Paranavaí”, Terra Rica, São Pedro do Ivaí, Paranacity, Bom sucesso, Cruzeiro do Sul, Florai, Loanda, Nova Londrina, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, São Pedro do Ivaí, São Carlos do Ivaí, Tamboara e São João do Caiuá. As paróquias começaram a ser instaladas, mas iniciavam como simples capelas.

Dom Jaime exerceu forte influência no desenvolvimento da cidade de Maringá, também recém-fundada pela CMNP. Numa sociedade católica, a palavra do bispo torna-se mais importante que a do próprio prefeito e, para ele não existia verdadeiro progresso se não estivesse fundado nos valores da fé e da religião. Dom Jaime tinha consciência de sua importância nos rumos políticos da cidade e, sabia fazer uso daquilo que lhe cabia por direito (ROBLES, 2007, p. 140).

A Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná construiu uma imagem empresarial forte. A vinda de migrantes de todo o país, entre eles, gente de São Paulo, mineiros e nordestinos, acostumados ao trato das terras “e animais, chegavam também imigrantes japoneses, alemães, italianos, espanhóis, portugueses” e árabes (ROBLES, 2007, p. 140). Márcia Maria Pereira, destaca que os japoneses entram no

Brasil para trabalhar nas lavouras, “muitos colonos mantinham suas religiões, aspecto que favoreceu a reconstrução grupal. Os alemães por exemplo procuravam unir-se a regiões cuja religião, a Luterana, estivesse presente, os ucranianos também” enfrentavam dificuldades iniciais no ‘novo país em torno da religião’ (PEREIRA, 2007, p. 27).

A diversidade cultural entre os imigrantes local promoveu o interesse por outras religiões, tornando-se uma preocupação do bispo, uma vez que a cidade passou a agregar uma diversidade de religiões. A partir da prerrogativa da aceitação da diversidade de crenças, fazia-se necessário buscar meios para a divulgação e manutenção dos valores católicos, em prol de uma seguridade ideológica na região colonizada.

3.2 O JORNAL A FOLHA DO NORTE E SUA TRAJETÓRIA JUNTO À DIOCESE DE MARINGÁ

Esta seção tem como objetivo contextualizar o periódico “A Folha do Norte do Paraná” e sua trajetória junto a diocese, tendo como foco apresentar as aproximações da Igreja com a sociedade por meio da utilização da imprensa escrita. Isto porque naquele momento, a Igreja Católica, na figura do bispo Dom Jaime Luiz Coelho, considerado o representante da ordem católica na cidade, incumbiu-se da criação do jornal “A Folha do Norte do Paraná” simplesmente, “Folha do Norte”, enquanto fonte, representa a contextualização histórica da cidade, submetendo-a análises que visam dar compreensibilidade ao processo de ocupação territorial iniciado nos anos de 1950.

Dom Jaime chegou à cidade em 1957. Nessa época, Maringá dispunha de um veículo de comunicação o “O Jornal de Maringá” e o bispo escrevia artigos para o Jornal. Em 1962, fundou seu próprio Jornal: “A Folha do Norte do Paraná” cuja, circulação passou a abranger mais de cem cidades, apresentava uma linha editorial orientada pelas convicções teológicas e políticas de Dom Jaime.

A sede seria no prédio de madeira, na Avenida Duque de Caxias, nº 284, com saída para a Rua Néo Alves Martins, local em que funcionou a agência do Banespa, que passou a ser Santander. Uma extensa área, formando um “L”, que abrigava o setor administrativo, redação e oficinas, nesta ordem. Há controvérsias quanto ao proprietário do imóvel. Dom Jaime, afirmava não se lembrar quem era o proprietário. Joaquim Dutra, que arrendou o jornal em 1964 afirmava mensalmente pagar, além do arrendamento, o aluguel para a Diocese de Maringá. Por muito tempo a Folha do Norte do Paraná não trouxe informações

sobre o valor dos exemplares, abrindo margem para questionamentos sobre o ajuste de preço e o seu papel na sustentação da estrutura envolvida (BLOGSPOT.COM, 2010).

A “Folha do Norte” era distribuída nas bancas das cidades. Os correspondentes eram responsáveis em fazer a distribuição dos exemplares nas cidades. Dos assuntos discutidos no jornal, Brito pesquisou o discurso do anticomunismo d’ “A Folha do Norte do Paraná” em artigos que circularam de 1962 a 1965 (BRITO, 2015). Suas análises indicam que, entre os objetivos do periódico, encontram-se a defesa do catolicismo e o combate acirrado às demais religiões ou crenças que se apresentassem contrários aos ideais católicos.

A “Folha do Norte” nasceu como um empreendimento ousado para a jovem cidade canção. “O grande articulador desse ambicioso projeto foi o então bispo diocesano Dom Jaime Luiz Coelho, figura extremamente influente em toda a região, cuja trajetória se confunde com a própria história de Maringá” (BRITO, 2015, p. 12).

A Folha do Norte nasceu como um empreendimento ousado para a jovem cidade canção. O grande articulador desse ambicioso projeto foi o então bispo diocesano dom Jaime Luiz Coelho, figura extremamente influente em toda a região, cuja trajetória se confunde com a própria história de Maringá (BRITO, 2015, p. 12).

A “A Folha do Norte do Paraná”, o folhetim cuja existência e circulação, por 17 anos, de 1962 a 1979, teve como características, publicações com em suas colunas, distribuídas em oito páginas de publicação, com foco em assuntos concernentes à política, economia e cultura. Da estrutura que compunha o *design* do folhetim, destacava-se no canto superior da primeira página, um pequeno quadro que trazia informações sobre o expediente do Jornal. Nele, constavam os nomes do diretor superintendente e do diretor responsável. Abaixo, encontrava se a coluna “Reconstruir o mundo”, espaço destinado às publicações da Igreja Católica, que veiculava artigos com preceitos morais, na intenção, de educar e conduzir a sociedade, de reconstruir o mundo; assim, fazendo justo o nome da coluna (BRITO, 2015).

O artigo retrata a disposição e organização das matérias no folhetim, em destaque observa-se a matéria veiculada na coluna “Reconstruir o mundo”, publicação recorrente na primeira página do jornal “A Folha do Norte do Paraná”.

ARTIGO A IMPRUDÊNCIA DOS CATÓLICOS – COLUNA RECONSTRUIR O MUNDO.

Diz um grande autor da Igreja em Concílio que a prudência possui dois olhos: um olhando para trás, para conservar aquilo que o passado possui de válido, para todos os tempos e o outro olhando para frente considerando o que vem pelo progresso, afim de que a chegada dele, não surpreenda [...] Uniprudência será, querer olhar só o futuro próximo sem conservar os valores imutáveis como também será imprudência amarrar-se a conservação do tradicional, não querendo ver as necessidades novas e fáceis de serem embalsamadas pelas riquezas tradicionais (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1967e, p. 2).

Podemos inferir, a partir do texto acima, o caráter conservador do autor quando afirma que o passado possui elementos válidos para todos os tempos. Porém, há que se questionar quais seriam os valores ou elementos que devem ser permanentes? O que seria prudente ser modificado ou ser preservado.

Em relação à organização do periódico podemos observar a coerência buscada em apresentar destaque aos leitores por ordem de paginação. A página 2, do folhetim destinava-se à coluna “Folhinhas”, espaço administrativo, assinado por Antenor Sanches. Trazia informações sobre os políticos da cidade de Maringá. Das notícias em evidência, observa-se o destaque dado na página 2 para o evento realizado por Dom Jaime Luiz Coelho, referenciando ao leitor uma ação da Igreja para a comunidade.

Figura 2 – Diocese promove justiça social e fé em Cristo



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1967b, p. 2).

A página 3, trazia ao leitor, matérias publicadas nacionalmente, mas intencionalmente escolhidas para serem publicadas. A notícia “Prontidão é para assegurar calma na Festa do trabalhador” (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1963c).¹³

No ano de 1968, o Jornal esteve sob a direção editorial de Dutra, Assis & Cia Ltda, no entanto, conservou a mesma estrutura e operacionalização descritas sob a orientação de Dom Jaime, mantendo o mesmo foco. A matéria apresentada na figura como exemplo de manutenção do ideário vigente, informava sobre a mobilização das autoridades políticas e policiais (e o exército) do Rio de Janeiro a fim de garantir que nas comemorações do Dia do trabalhador não ocorressem episódios violentos, manifestações, desordem. O Ministro do Trabalho falaria aos trabalhadores sobre o reajuste salarial. Considerava-se que o contexto era de repressão a toda manifestação em defesa dos direitos humanos, aspecto estudado por Priori *et al.* (2012). Observa-se que a matéria suscitada pelo folhetim naquele momento, informava a população acerca de um fato nacional, entretanto, elucidava em suas entrelinhas a demarcação da necessidade da manutenção da ordem e segurança como fatores imprescindíveis para a manutenção de uma sociedade cristã.

¹³ O período de 1967 a 1969 o Brasil tinha na presidência o Presidente Costa Silva, Militar político, deu início ao processo de radicalização da ditadura militar. Governador do Paraná Algacyr Guimarães, Governador do Paraná do período de 1966-1971.

Na sequência, a página 4, apresentava a Coluna “Folha de Brasília”, destinada a atualização dos acontecimentos e notícias de Brasília, bem como a atuação do governo.

Figura 3 – Oração no espaço pela paz

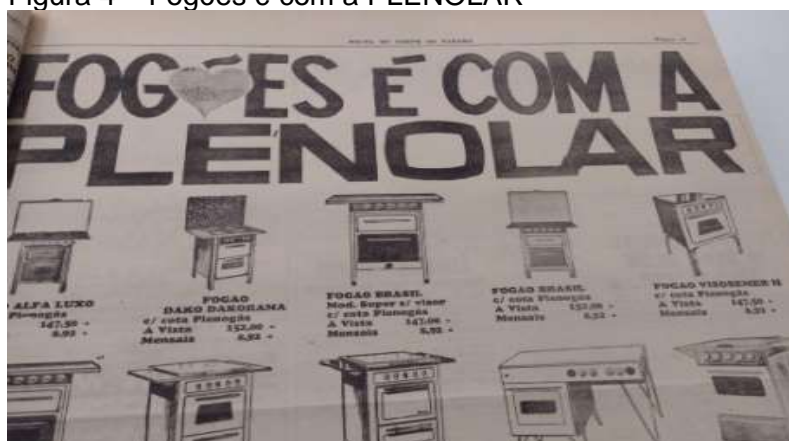


Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1962b, p. 5).

Na página 5 do periódico, mostrava a “Oração no Espaço pela Paz”, neste Dom Jaime, reiterava a comunidade da necessidade de doar-se a igreja, sendo para tanto preciso “confiar nos desígnios divinos” é reconhecendo as fragilidades e fraquezas humanas, sentindo-se instrumento do Criador, na terra. Nesse sentido, qual o papel dos homens? Seriam artífices de sua história ou mero expectadores? Se a ordem social é fruto da ação do criador, caberia questionamentos por parte do trabalhador? (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1962b).

Nas páginas 5, 6, 7 e 8 eram apresentadas informações, como a programação da rádio local, o horóscopo, cruzadinha e, a Folha Feminina, com receitas culinárias, artigos de moda e comportamento. Irene Motta era a responsável pela Folha Feminina. Contudo, não a assinava e naquele período, era a única mulher a escrever no Jornal. A última página de “A Folha do Norte do Paraná” trazia informações sobre o mundo dos esportes conforme pesquisas feitas por Angélica de Brito (BRITO, 2015).

Figura 4 – Fogões é com a PLENOLAR



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1964e, p. 4).

Outras imagens suscitadas pela leitura do jornal podem ser notadas pelo uso da propaganda destinada a uma pequena parcela da sociedade, mas que suscitava indícios de “desejo” e necessidades de consumo a toda a população. São as propagandas de empresas locais, a exemplo da Figura 4. Sutilmente o leitor era convidado a consumir, sendo utilizadas fontes visuais para atrair a atenção para o produto apresentado como sendo uma necessidade a ser adquirida. De forma implícita, o jornal, sob a égide da igreja passou a trazer atrativos para a implementação de um sistema social consumista, sob a alegação de uma sociedade dita “moderna”. Conforme destacado na Figura 8, a propaganda apresentava vários tipos de fogões de forma a indicar a modernização da indústria e o aumento da disponibilidade de bens de consumo. O desenho de um coração no lugar da vogal “o” na palavra “fogões” visa criar uma identidade emocional com a dona de casa, evocando a necessidade do pertencimento social e econômico para uma cidade planejada, elitizada e apresentada como modelo de modernidade, dando a falsa impressão de ascensão à sociedade local.

Na “A Folha do Norte do Paraná”, as propagandas ocupavam uma parte considerável, e versavam sobre os pontos comerciais da cidade. A figura que segue refere-se à de uma loja, a Hermes Macedo, com letras em caixa alta, em negrito, para destacar os produtos disponíveis aos cidadãos.

Figura 5 – Propaganda de produtos no “A Folha do Norte do Paraná”



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1962d, p. 5).

O título “Presentes Panex para lembrar sempre!” visava persuadir o consumidor a adquirir o jogo de panelas no estabelecimento comercial. O apelo linguístico e imagético pode ser observado pelo tamanho das letras no enunciado e, pela foto das panelas. O trabalhador era incentivado a consumir, a frequentar a Hermes Macedo (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1962c).

A formação da sociedade maringaense foi objeto de estudo de Reginaldo Benedito Dias e José Henrique Rollo Gonçalves, que analisaram o surgimento da cidade, seus aspectos políticos, a religiosidade, enfim, o chamado processo civilizatório. Os pesquisadores apontam para o papel da mídia jornalística na formação da sociedade maringaense. Ela representou importantes contribuições para a cidade. Uma coluna social, por exemplo, informava sobre os acontecimentos considerados importantes, referentes à elite maringaense: o espaço era voltado às notícias sobre as damas e seus projetos sociais, que envolviam a ajuda financeira à casa de acolhimento de crianças sem famílias, lares de idosos e auxílio aos mais pobres. Eram registradas fotos de “pessoas elegantes e alegres”, contrapondo-se ao noticiário que informava sobre a marginalidade na cidade e trazia “figuras com aspecto assustador ou comumente banhadas de sangue” (DIAS; GONÇALVES, 1999, p. 339).

Os autores afirmam que a mulher, conforme representada no Jornal era aquela da sociedade burguesa: bem educada, zelosa da família, mulher do lar, afetuosa e virtuosa, e, além disso, que não trabalhava fora de casa, portanto, submissa. O discurso apresentado nos artigos sobre a mulher, destacavam a beleza, a delicadeza

e o comportamento, num modelo idealizado e apareciam como aspectos valorizados socialmente e, necessários à construção da sociedade maringaense. As observações apresentadas pela coluna destinada à mulher traziam ideias sobre o papel da mulher na família na sociedade, ou seja, a coluna social do jornal era destinada a educar a mulher a servir à família, à caridade, e à subserviência, como forma de garantia da manutenção do sistema social que a sociedade maringaense deveria primar.

Figura 6 – Destaque à recepção ao Papa



Fonte: Folha do Norte do Paraná (1964a, p. 1).

Os artigos d’“A Folha do Norte do Paraná” reiteravam fatos impactantes na sociedade, a exemplo o assunto sobre a recepção ao Papa, figura central da Igreja, amplamente divulgado pelo folhetim sob a manchete “Os povos da Terra Santa recebem Sua Santidade o Papa: multidões aclamam-no!”, primando pela garantia de interesse e atenção dos leitores, os editores recorriam a paleta de cores que evidenciassem e acenassem de forma impactante para a notícia, no caso apresentado, utilizaram três cores diferenciadas (azul, preto em tom negrito e um tom mais claro), escrita em caixa alta, que objetivava chamar o leitor, enfatizar a importância da visita do Papa ao país (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964g).

Grande parte das notícias e reportagens publicadas pelo periódico “A Folha do Norte do Paraná” “eram fornecida, por agências de informação nacionais e internacionais, prática comum no meio jornalístico da época”. As empresas

responsáveis eram “a americana (UPI), a italiana *Agenzia Nazionale Stampa Associata* (ANSA) e as nacionais *Asapress* e *Transpress*”, são parte da história do periódico. Elas o alimentavam com notícias” (BRITO, 2015, p. 25).

[...] jornal que contava com as seguintes informações: ano de publicação, cidade, dia da semana e do mês, ano e o número da edição. Além do espaço destinado à propaganda, sempre na parte inferior da lauda, a segunda página contou por muito tempo com um pequeno quadro no canto superior direito que trazia informações sobre o expediente do Jornal. Nele constavam os nomes do diretor superintendente e do diretor responsável. Logo abaixo aparecia o endereço da redação, das oficinas, da administração e do departamento de publicidade. Constava também o endereço dos representantes em São Paulo e no Rio de Janeiro, assim como da sucursal em Curitiba que era administrada por Antônio Buiar [...] (BRITO, 2015, p. 26).

A “A Folha do Norte do Paraná” tornou-se um espaço privilegiado para a expressão dos interesses da igreja católica ali representados por Dom Jaime Luiz Coelho, que defendia as ações sociais como estratégia de evangelização. Para ele, a sociedade seria melhor quando o evangelho pregado pela Igreja fosse ouvido, contemplado e vivido aos moldes de sua pregação conservadora. Dessa forma, os veículos de comunicação, como jornais e rádios atuavam como porta-vozes da Igreja em Maringá e região. Para os organizadores do livro “Queridos Diocesanos”, Genivaldo Ubinger e Marcos Roberto Almeida dos Santos, Dom Jaime Luiz Coelho acreditava que o desenvolvimento e o progresso de Maringá deveriam ser alicerçados em princípios cristãos católicos, segundo sua interpretação (UBINGER; SANTOS, 2007).

A “A Folha do Norte do Paraná” consolidou-se com um papel fundamental na manutenção do modelo de homem e de sociedade que fortaleciam elitização do poder. De acordo com Priori *et al.* (2012) afirmam que o estado do Paraná acompanhou aquilo que acontecia no restante do país. Teve sua vida política, econômica e religiosa influenciada pelo contexto brasileiro da década de 1940. Foi dessa forma que os discursos de fortalecimento da FAP no norte do Paraná, buscava diminuir conflitos dos trabalhadores, principalmente no meio rural, apareciam de forma clara no jornal.

A Igreja evidenciou em seus discursos a questão agrária, trazendo a necessidade de valorização do homem do campo e ressaltando a necessidade de

desenvolver ações para aproximar esse homem do campo da Igreja (PRIORI *et al.*, 2012).

Cumprindo aos seus propósitos, a “A Folha” chegou ao final, apresentando problemas estruturais para a sua manutenção, o que se prorrogou até os anos de 1979, momento em que se deliberou sobre seu cancelamento, pois segundo Brito (2015, p. 24),

Dom Jaime Luiz Coelho decidiu rescindir o contrato de arrendamento que tinha com a Editora 10 de Maio, de Jorge Fregadolli, que havia assumido a empresa com a saída de Joaquim Dutra. Sua intenção era fechar definitivamente o jornal. O periódico havia se tornado obsoleto frente à concorrência e às bandeiras de luta, que outrora deram fôlego e sentido à sua existência, haviam sido, de certa forma, conquistadas. A proposta foi aceita unanimemente pelos acionistas, porém, Fregadolli não acatou a decisão e entrou com uma ação na justiça para manter o jornal em funcionamento. Após alguns meses de batalha judicial, dom Jaime Luiz Coelho venceu a contenda e a redação da Folha do Norte.

A partir desse cenário, “A Folha do Norte do Paraná” encerrou suas atividades no dia 09 de junho de 1979. O fim da participação de Dom Jaime Luiz Coelho no periódico aconteceu quando já não era mais possível lutar contra os ventos da modernização (PAULA, 2021). Esse encerramento decorreu da percepção de que o jornal fugia ao seu controle e que a missão estava praticamente cumprida: Maringá firmara-se como uma cidade católica, conservadora e os trabalhadores, com seus movimentos reivindicatórios e de protesto contra a ordem estabelecida haviam sido desmobilizados pela ditadura e com o auxílio de uma imprensa mantenedora das diferenças sociais.

3.3 O DEBATE DA IMPRENSA LOCAL COMO INSTRUMENTO NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO HEGEMÔNICO EM MARINGÁ-PR

A contextualização histórica da cidade de Maringá-PR e a atuação da imprensa no desenvolvimento da cidade estão entrelaçadas. A participação da imprensa foi fundamental na construção de um ideário identificado com a doutrina católica e os valores burgueses. Dessa forma, a imprensa jornalística maringaense constituiu-se como uma trincheira de legitimação do que deveria ser valorizado do ponto de vista dominante, não diferenciando-se de outros periódicos do país.

No fim dos anos de 1950 e início da década de 1960, no contexto da Guerra Fria, o Brasil vivenciou intensamente o debate de diferentes projetos políticos, econômicos e sociais. O comunismo era apresentado como a antítese da liberdade, da família e da religião. Intelectuais identificados com a ordem burguesa apresentavam como subversivos todos aqueles que ousassem questionar as raízes das desigualdades sociais. Não por acaso, os camponeses que lutavam por terras eram caracterizados como inimigos da ordem.

Os estudiosos da imprensa e da educação brasileira (1930-1950), Carvalho, Araújo e Gonçalves Neto (2002) apontam que a imprensa legitimava o poder das informações no Brasil e dos jornais locais, defendendo os interesses do estado e da classe dominante.

Uma das estratégias da Igreja Católica em Maringá, sob a liderança de Dom Jaime Luiz Coelho, foi a criação da Frente Agrária Paranaense (FAP) em 13 de agosto de 1961 com o propósito de “educar os trabalhadores na fé cristã e na ordem”, além de combater o avanço das ideias comunistas e competir com o Partido Comunista na estruturação de sindical dos trabalhadores rurais. Entendia-se que era melhor o trabalhador filiar-se a FAP, do que ligar-se a sindicatos de ideário comunista, considerado subversivo da ordem.

Na data da fundação da FAP, houve uma celebração campal frente à Catedral Basílica Nossa Senhora da Glória, sendo convidados autoridades, trabalhadores e outros para participarem. No mesmo dia, houve um evento, o II Congresso de Trabalhadores Rurais que havia sido mobilizado pelo Partido Comunista (PRIORI *et al.*, 2012). A Igreja procurou fazer com que o evento de formalização da FAP ganhasse visibilidade estadual, no sentido de combater, segundo ela, “radicalistas”, de fazer a proteção da propriedade de terra, da família e posicionar-se frente aqueles camponeses que defendiam a reforma agrária a qualquer custo.

Conforme Piori *et al.* (2012), a FAP não conseguiu, num primeiro momento, angariar muitos filiados porque ela impôs certas condições para os trabalhadores: eles deveriam comprovar a posse da terra, não podiam ter vínculo com o ideário comunista, deveriam preencher um cadastro personalizado, dentre outros.

De outro lado, os trabalhadores ligados ou influenciados pelo Partido Comunista Brasileiro mostravam-se preocupados em conquistar direitos salariais e uma legislação trabalhista que contemplasse os problemas no campo, muito mais do que uma proposta de reforma agrária. A FAP, frente percebendo esse movimento dos

trabalhadores, vislumbrou então criar um jornal onde pudesse disseminar suas ideias. Neste contexto que, em 27 de setembro de 1962 funda-se “A Folha do Norte do Paraná”, jornal regional, sob a responsabilidade de Dom Jaime (PRIORI *et al.*, 2012). O número 1 do jornal teve o objetivo de condenar a “ameaça comunista” e os sindicatos fundados com apoio do governo.

Igreja criou uma representatividade cristã em meio aos trabalhadores, dizia-se a favor de uma legislação trabalhista moderna e defensora das questões do campo, agiu de forma estratégica criando o negacionismo em relação ao sindicato comunista, considerando “ameaçador, perigoso”, contrário à família, à pátria e a ordem estabelecida. Para os historiadores, a Igreja pretendeu promover a união da classe trabalhadora com a classe burguesa e a defesa dos direitos de todos.

O jornal “A Folha do Norte do Paraná” configurou-se como um mecanismo de defesa dessa mobilização da Igreja sobre os trabalhadores. Nas emissoras de rádio também havia essa divulgação e os jornais locais, em Londrina e o “A Folha do Norte do Paraná” em Maringá, tinham o papel de publicar notícias ressaltando o papel da FAP, cujas as ações eram: o combate aos militantes comunistas, alertando para os perigos de uma “infiltração comunista” no Paraná e criando uma imagem simbólica negativa sobre o Partido Comunista (PRIORI *et al.*, 2012).

A Igreja Católica, como religião utilizou a diocese e “A Folha do Norte do Paraná” para divulgar a FAP e fortalecer o *status quo*; principalmente, combater o comunismo, fato que aconteceu em todo o Brasil. Uma das ações da FAP de grande alcance foi a entrega de folhetos aos finais das celebrações religiosas. Eram distribuídos panfletos sobre o Comunismo reiterando a necessidade de extirpar esse “mal” da sociedade maringense (PRIORI *et al.*, 2012).

A análise dos textos veiculados, o lugar da política na “A Folha do Norte do Paraná” de 1963, página 4, retomava-se o discurso que buscava reforçar a luta contra a implementação do comunismo no país. Trazia a informação sobre o título “A Hora é de luta aberta” (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1963b). Buscava conduzir o leitor a buscar nas entrelinhas informações que lhes desse, subsídios para agir contra o Comunismo e, os trabalhadores do campo.

[...] Entendemos que a imprensa ligada a educação se constitui em um corpus documental de inúmeras dimensões, pois se consolida como testemunho de métodos e concepções pedagógicas de um determinado período. Como também da própria ideologia, moral,

política e social, possibilitando os historiadores da educação, análises, mais ricas a respeito dos discursos educacionais, revelando nos ainda que medidas eram recebidos e debatidos na esfera pública, ou seja, qual era sua ressonância no contexto social [...] (CARVALHO; ARAÚJO; GONÇALVES NETO, 2002, p. 72).

A imprensa contribuiu para novas interpretações sobre o pensamento, dessa forma o bispo de Maringá, através da coluna “Um mundo melhor” formava a consciência não só da cidade, mas também, de toda a região e do Brasil, a luta da igreja pela manutenção da hegemonia pautava-se na coesão da sociedade.

O advento da Ditadura Militar em 1 de abril 1964, apoiado pelo “Imperialismo norte americano, pelos setores conservadores da alta hierarquia da Igreja Católica, pela burguesia internacional e nacional” (CARVALHO; ARAÚJO; GONÇALVES NETO, 2002, p. 73). Os militares assumiram o poder e o controle do Brasil paralisando as reformas e os “avanços sociais. Por meio da violência, os setores reacionários atuaram” com a prisão de lideranças, tortura e assassinatos, a expulsão de líderes esquerdistas e a censura à toda manifestação contrária ao ideário militar. Os militares não apenas conseguiram minar a democracia nascente, eles assumiram o poder e conseguiram ficarem no poder por 21 anos.

Observe-se o texto publicado em 02 de agosto de 1964, sobre a Frente Agrária, elaborado pelo bispo Dom Jaime Luiz Coelho.

Passaram-se três anos. E todos estamos lembrando de que a **FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE** nasceu em **MEIO** a uma luta intensa. Não era necessário ser profeta para prever os caminhos que andaria nosso Brasil. A luz do sol, o comunismo era pregado e vivido abertamente. O governo dava-lhe mão forte. E a demagogia emoldurava todos os seus atos. Lançamos ao campo de luta com mais ardor que antes. Côncios de nossas responsabilidades, não podíamos cruzar os braços. Nem fechar os olhos á tremenda realidade. No ano passado tivemos que; em praça pública denunciar a corrupção no ministério do trabalho. Com sua atuação parcial criminosa, dava cartas sindicais aos comunistas, e não aprovava os sindicatos Rurais de trabalhadores honestos, Democratas e Cristãos. Fomos taxados de agitadores. E sindicatos locais, nas mãos dos comunistas, dirigiam-se aos Ministério da Guerra denunciando a **FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE** como perigosa e subversiva. Não faltou quem batesse palmas ao então ministro do trabalho, hoje refugiado e no exílio, recebendo a paga da sua tradição ao Brasil. Graças a Deus, o panorama é diferente, hoje. O clima é respirável. O futuro tem outro sentido para nós. O Brasil parece caminhar por um roteiro certo. E quando comemoramos o 3º aniversário da **FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE**, desejamos dizer que seu programa continua, mais do que nunca, atualizado. Batendo-se por uma

autêntica **REFORMA AGRÁRIA**, deseja ela uma ascensão do agricultor. Que lhe propicie um padrão humano de vida. E tenha garantido seus direitos na produção e no amanho da terra. Encontre o homem do campo amparo do governo aos seus trabalhos. E não se fale tão só na divisão de terras. Mas que se pense também nos atuais produtores. A Frente Agrária pode no seu 3º aniversário de fundação, apresentar esplêndidas conquistas entre nós. Sendo uma força poderosíssima no Estado, pois congrega milhares de pessoas, pode organizar na diocese de Maringá quarenta e seis Sindicatos Rurais. Neste ano abriu **A COOPERATIVA AGRÍCOLA DE MARINGÁ**, de produção e de consumo, abrangendo uma área de vinte dois municípios. Promoveu diversos cursos de formação de líderes sindicais rurais, visando a politização do homem no campo. E agora Lança-se na construção da ESCOLA RURAL DA ADAR (Associação Diocesana de Assistência Rural), obra que está sendo levantada no bairro da Morangueira com o auxílio generoso dos Católicos alemães por meio da organização "MISEREOR". Para quem lutou, não somente quase sozinho, mas até com forças adversas e contrárias, os resultados da FRENTE AGRÁRIA, são realmente, consoladores. E hoje podemos em um hino de ação de graça, proclamar a visível proteção de Deus, que não os que n'Ele confiam, voltam os nossos cuidados para os queridos trabalhadores do campo, e a eles levam a nossa saudação. A glória da **FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE** (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1967d, p. 2).

Dom Jaime, como podemos notar, transforma o governo reformista de João Goulart (1961-1964) em um governo que abriga a demagogia e o comunismo. Trata-se, na verdade, de um engodo. As proposições de João Goulart buscaram fortalecer o nacional desenvolvimentismo sem romper com o capitalismo. Porém, as contradições de uma economia periférica e o crescimento das desigualdades, fruto da penetração do capital estrangeiro nos últimos anos, contribuíram para o acirramento das lutas populares. O clima da Guerra Fria e os interesses da burguesia brasileira associados com as forças imperialistas impossibilitaram as reformas pretendidas pelos trabalhadores.

Em uma clara demonstração de apoio ao golpe de 1964, o Bispo afirma que "Graças a Deus, o panorama é diferente, hoje. O clima é respirável. O futuro tem outro sentido para nós. O Brasil parece caminhar por um roteiro certo. Será mesmo que clima é respirável quando se sabe que inúmeros indivíduos perderam seus direitos e o Congresso sofreu com cassações para que o projeto burguês se consolidasse?"

Nesse contexto, o bispo enaltece as ações da Frente Agrária Paranaense, reitera o papel dela no combate ao ideário comunista, relembra a ação do governo João Goulart no apoio ao movimento esquerdista e o critica. Enfatizava o papel da diocese no acolhimento ao trabalhador do campo, na capacitação deles por meio de

curso, palestras e que o objetivo maior é dar condições dignas de vida ao trabalhador. Relaciona os ganhos obtidos nos três anos de existência da FAP à fé, à misericórdia divina. Gramsci (1999, p. 111) aponta o modo como ocorre a adesão das massas a ideologia:

[...] A adesão ou não-adesão de massas a uma ideologia é o modo pelo qual se verifica a crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar. As construções arbitrárias são mais ou menos rapidamente eliminadas pela competição histórica, ainda que por vezes, graças a uma combinação de circunstâncias imediatas favoráveis, consigam gozar de certa popularidade; já as construções que correspondem às exigências de um período histórico complexo e orgânico terminam sempre por se impor e prevalecer, ainda que atravessem muitas fases intermediárias nas quais a sua afirmação ocorre apenas em combinações mais ou menos bizarras e heteróclitas. Estes desenvolvimentos.

Observa-se no discurso apresentado que a Igreja buscava educava os trabalhadores mediante “A Folha do Norte do Paraná”. O comunismo era representado como algo perigoso e polêmico (SCHELBAUER, 2007). E, conforme Paula (2021), a “A Folha do Norte do Paraná” foi uma ferramenta de sustentação de um projeto político que vislumbrava tornar a cidade de Maringá um exemplo de espaço civilizador. O periódico era mantido, economicamente, pela classe dominante e, reiterava a distância entre o capitalista e os trabalhadores do campo. O pesquisador Gramsci (1999), aponta que o senso comum forma-se pela fragmentação das religiões, e que dentro do catolicismo, isso significa compreender que há:

[...] há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequenos burgueses e dos operários urbanos, um catolicismo das mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também este variado e desconexo. Sobre o senso comum, entretanto, influem não só as formas mais toscas e menos elaboradas destes vários catolicismos, atualmente existentes, como influíram também e são componentes do atual senso comum as religiões precedentes e as formas precedentes do atual catolicismo, os movimentos heréticos populares, as superstições científicas ligadas às religiões passadas (GRAMSCI, 1999, p. 114).

A estratificação social e a contradição apresentam-se como categorias que ajudam a explicar as relações humanas na sociedade capitalista. A unidade de pensamento almejada pela Igreja resulta do movimento do coletivo de sujeitos sob determinadas condições sociais. Os trabalhadores do campo construíram

representações do que era melhor para eles naquele momento histórico, “sentiram” o que era estar no campo em busca de melhores salários. Talvez, não tenham compreendido a dimensão de sua luta ou não tenham sabido expressá-la. Contudo, viveram os problemas da época, não foram meros expectadores. E, dialeticamente construíram uma luta no campo.

Sobre esse assunto, suscita-se as definições de Gramsci (1999), ao chamar a atenção sobre a necessidade de distinguir as ideologias historicamente orgânicas, das arbitrárias. Segundo ele,

[...] Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são “arbitrárias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas [...] (GRAMSCI, 1999, p. 237).

Em todo o Brasil, o conteúdo veiculado na imprensa, com as exceções de praxe, respondia aos interesses do capital. Os jornais existentes reiteravam temas considerados aceitáveis, socialmente. A imprensa tinha sua atuação modulada, noticiando conteúdos selecionados por editores identificados com a linha editorial dos respectivos jornais. Cada matéria era pensada com a finalidade educativa, haja vista, que, os meios de comunicação circulam àquilo que é consenso num determinado grupo social (BRITO, 2015). Ao ler um artigo, um editorial da época é possível identificar os temas recorrentes, o que deveria receber uma difusão negativa, o que deveria ser privilegiado. Sobre a linguagem e as concepções de mundo.

[...] Se é verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção do mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar a maior ou menor complexidade da sua concepção do mundo. Quem fala somente o dialeto ou compreende a língua nacional em graus diversos participa necessariamente de uma intuição do mundo mais ou menos restrita e provinciana, fossilizada, anacrônica em relação às grandes correntes de pensamento que dominam a história mundial. Seus interesses serão restritos, mais ou menos corporativistas ou economicistas, não universais. Se nem sempre é possível aprender outras línguas estrangeiras a fim de colocar-se em contato com vidas culturais diversas, deve-se pelo menos conhecer bem a língua nacional. Uma grande cultura pode traduzir-se na língua de outra grande cultura, isto é, uma grande língua nacional historicamente rica e complexa pode traduzir qualquer outra grande cultura, ou seja, ser uma expressão mundial. [...] (GRAMSCI, 1999, p. 95).

A questão política e a questão agrária aparecem, nos textos dos jornais locais, revestidos de uma aceitação geral, a exemplo, tem-se o enfoque ao fato e que a miserabilidade do camponês não era veiculada com tanta frequência. Contudo, a representação negativa da sindicalização do trabalhador do campo ligando-o ao Partido Comunista era reiterada. Historiadores como Piori *et al.* (2012) e Brito (2015) mencionam que havia naquele momento histórico uma preocupação daqueles que estava no poder, em conduzir o país à civilidade. E, as ideias que contrariassem esse ideal eram rechaçadas e consideradas subversivas.

A defesa de princípios do comunismo era uma dessas ameaças. Para os pesquisadores, o Brasil, e também o Paraná construiu, sua base econômica, social e política sobre representações negativas desta forma de governo. Como um país de origem colonialista, aqui, enfatizados, os valores burgueses. Foram muitos os fatores responsáveis por esta herança: o patriarcado, o catolicismo, o atraso na industrialização em relação à Europa, e a escravidão.

A leitura atenta de “A Folha do Norte do Paraná”, de 1962 a 1969 possibilita identificar uma quantidade razoável de notícias sobre o Comunismo, principalmente, combatendo-o. Os editoriais e artigos, diariamente traziam questões voltadas aos acontecimentos que marcavam a história da cidade de Maringá-PR, como também, notícias do que acontecia no mundo, como a Guerra Fria, Berlin, os conflitos no Vietnã, os problemas em Cuba, o Oriente Médio e a África, o subdesenvolvimento de algumas nações, dentre outros. Contudo, a naturalização das condições dos indivíduos, ou seja, a divisão de classes, evidencia-se como uma constante no conteúdo veiculado, conforme segue a notícia “Fidel Castro muda calendário cubano”:

Toda população de Cuba será mobilizada para cortar a cana de açúcar, na safra do próximo ano, a safra é de 10 milhões de toneladas prometidas por Fidel Castro, possivelmente no dia 2 de janeiro de 1970. Possivelmente não haverá reunião, para comemorar o 11º aniversário da revolução, porque toda a população estará cortando cana. O próximo Ano novo será celebrado em julho quando tiver terminando a safra de dos 10 milhões. O próximo Natal, assim terá lugar entre primeiro 16 e julho – acrescentou (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968d, p. 8).

O artigo “Fidel Castro muda calendário cubano” aborda o primeiro aniversário da Revolução Cubana. Trata-se de uma estratégia de lembrar a comunidade local de

eventos que podem influenciar a vida no Brasil. Na perspectiva de Saviani (2008), as naturalizações do capitalismo e de suas consequências contem a contradição própria deste modo de produção. O jornal educa para o conformismo à medida em que não apresenta ao leitor vias de escape, possibilidade de romper com a hegemonia de pensamento.

Ao abordar “neutralmente” o que era adequado ou não, a imprensa posiciona-se e impossibilita a ruptura. O leitor (não todos), faz o exercício de não identificação com a realidade representada. Isso poderia explicar, o fato de muitos trabalhadores optarem por filiar-se a sindicatos de perspectiva de ‘esquerda’, mesmo tendo Dom Jaime à frente de “A Folha do Norte do Paraná” e querendo tê-los ligados, à FAP.

Os sindicatos aumentaram em número, na cidade, uns ligados à FAP e, outros ao Partido Comunista. Os historiadores referem que a Igreja, no momento em que articula fundar um Jornal para disseminar sua perspectiva de classe, posiciona-se contraditoriamente à luta do homem do campo. Discursivamente, defendia os direitos do trabalhador. Contudo, na prática, fica ao lado do poder dominante, o grande latifundiário, este fato evidencia-se ao analisar a questão da Reforma Agrária, um assunto raramente ou inexistente no jornal, contrariamente acrítica ao Partido Comunista, representado como a “ameaça vermelha” (BRITO, 2015, p. 12). A influência sobre os trabalhadores do campo foi obstaculizada pelo não reconhecimento da FAP pelo Ministério do Trabalho e pelo governo, percebido pela Igreja, como de “esquerda” e anticristão.

A imprensa paranaense acompanhava o crescimento do estado. Em Maringá, a criação da Catedral, a disseminação de grupos religiosos e a vinda de um líder espiritual serviam para fortalecer a representatividade da religião cristã e de seus preceitos entre a população. Dom Jaime Luiz Coelho, o representante da fé entre os fiéis. A Igreja representava uma poderosa força ideológica, intervindo nos movimentos de massa da sociedade, pautava-se em uma educação de liberdade, ampliando seu espaço de atuação, sendo um instrumento estratégico na hegemonia burguesa e na ratificação de valores como: amor à Pátria e a família, valorização do casamento, castidade e outros a serem seguidos pelos homens em sociedade, conforme explicitado no artigo “Deus vos abençoe” (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964b).

Ao analisar o artigo, em que Dom Jaime envia uma mensagem de fim de ano aos diocesanos, sob o título: Deus vos abençoe! É indicativo da liderança de Dom

Jaime. Destaca-se a inferência de uma citação bíblica sobre a dependência do homem em relação a Deus. Reafirma que os problemas terrenos são decorrentes da negação de Deus. Segundo ele, sem Deus não há paz duradoura e exorta os fiéis educarem-se na fé. No artigo “Deus vos abençoe”, escrito por Dom Jaime Luiz Coelho.

Não achamos palavras mais apropriadas no alvorecer do ANO NOVO, para vos dirigir queridos diocesanos e Filhos bem amados. Sim DEUS VOS ABENÇOE, como dizia o patriarca Isaac: “Deus te de o orvalho do céu, a fertilidade da terra a abundancia do trigo e do vinho [...] O que te abençoar seja acumulado de bençãos” (Gen, 27, 28). A realidade da vida humana é uma constante dependência de Deus. Entre os problemas do mundo moderno sobressal e tremenda negação de Deus, causa terrível de todos os males que assoberbam a humanidade. O ateísmo prático ou teórico invadiu de tal maneira a mentalidade do século XX, que hoje as pessoas tresloucadas que não se pejam em afirmar: “Graças a Deus eu sou ateu” O Vaticano II, no célebre esquema XIII – a igreja no mundo de hoje – examinou o problema do ateísmo e lançou ao mundo todo um convite ao estudo aprofundado de Deus. Ninguém pode negar que a injustiça social seja fruto do homem sem Deus (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964b, p. 2).

Ao fundar “A Folha do Norte do Paraná”, Dom Jaime Luiz Coelho traz aos leitores conteúdos formativos com características conservadoras para aquele contexto, uma vez que a Igreja da época preconizava valores como o amor à pátria, a subserviência da mulher ao homem, dentre outros. De forma simbólica, a Igreja buscava moldar o pensamento do homem comum. Sobre a relação entre ciência, religião e senso comum.

[...] A religião e o senso comum não podem constituir uma ordem intelectual porque não podem reduzir-se à unidade e à coerência nem mesmo na consciência individual, para não falar na consciência coletiva: não podem reduzir-se à unidade e à coerência “livremente”, já que “autoritariamente” isto poderia ocorrer, como de fato ocorreu, dentro de certos limites, no passado. O problema da religião, entendida não no sentido confessional, mas no laico, de unidade de fé entre uma concepção do mundo e uma norma de conduta adequada a ela: mas por que chamar esta unidade de fé de “religião”, e não de “ideologia” ou, mesmo, de “política” Com efeito, não existe filosofia em geral: existem diversas filosofias ou concepções do mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas [...] (GRAMSCI, 1999, p. 96).

Dom Jaime, defensor do assim chamado bom cristão era visto pelo poder local como autoridade importante para a defesa dos interesses dominantes. Os textos publicados diariamente, criavam um rito de leitura. O interlocutor tinha acesso a

informações sobre a religião, reflexões sobre o comportamento social, hábitos. O conteúdo veiculado criava uma coesão social uma vez que a imprensa comunica de um lugar social, representa um grupo. O jornal ratificava a tradição, o amor a Deus e ao próximo, a solidariedade e posicionava-se frente a temas comuns. De forma subliminar, o leitor ia aderindo às ideias disseminadas sobre o modelo de família, de sociedade e igreja.

O Jornal ao mesmo tempo em que informava, educava, buscando direcionar comportamentos da sociedade de modo a aceitar as condições da realidade. As publicações evidenciam Dom Jaime, como um homem culto, articulado, que sabia utilizar as palavras, escolher as que melhor respondiam aos seus objetivos. Se desejava pregar, utilizava determinado recurso, se objetivava a adesão à um ponto de vista político, escolhia categoria de palavras que impactassem o leitor. Seu discurso escrito agregava pessoas buscando enfatizar a formação moral e intelectualmente das pessoas.

Em uma sociedade que estava se constituindo e se fortalecendo no cenário estadual, o comportamento do bispo estava atrelado ao modelo de sociedade vigente. Segundo Ianni (2011) certas épocas implicam vários momentos lógicos da reflexão e historicidade do real. A forma do bispo maringaense observar a realidade de sua época descreve que:

[...] O pensamento e a realidade articulados num todo que é a categoria. Categoria essa que é precisamente histórica, nesse sentido de que ela guarda um compromisso com a realidade sobre a qual refletiu. Ela não é uma explicação universal que transcende as sociedades e as épocas e os períodos. Não, ela é uma explicação que guarda muito a historicidade daquele momento, daquela configuração. Tanto quanto possível, fundamentados em textos dos próprios clássicos do pensamento dialético, todos esses que tem certa articulação, tem um vínculo numa certa sistemática e que de certo modo sintetizam algo que tem a ver com uma epistemologia, ou seja, modo de compreender dialeticamente o social, nesse sentido lato, que é a realidade social compreendida em suas implicações econômicas, sociais culturais, políticas e, portanto, históricas (IANNI, 2011, p. 407).

Essa relação estabelecida entre o homem e a sociedade efetivam-se por meio do trabalho, Mendonça 2013, reitera que as sociedades de classes refletem tanto uma expressão assimétrica das relações sociais quanto de poder. Isto porque o trabalhador da década de 1960 e 1970 apresentava como perfil o modelo de um trabalhador que atendia as demandas econômicas, ou seja, vendia sua força de trabalho, considerando-a apenas como uma atividade vital, de subsistência. O trabalhador

daquele momento era apenas o sujeito que possibilitava que fosse implementado avanços na economia local, no entanto, não se sentia pertence a essa sociedade, pois sua força de trabalho, não era valorizada, sendo que a classe trabalhadora estava apenas a serviço da ideologia dominante (MARX; ENGELS, 2011).

A posição privilegiada de arcebispo, de líder local influente, apresentava-se como sendo um líder que buscava a manutenção do poder por meio da mediação da cultura local e dos valores da sociedade. A essa mediação intencional, Nascimento (1989), nomeia como formar a opinião pública. Isto porque, dom Jaime não trazia sua concepção pessoal, mas a da Igreja, que representava.

[...] A opinião pública é o encontro entre a razão e o povo esclarecido, torna-se lugar da verdade e seu poderio depende de conseguir impor-se aos homens no poder. Com isso, o critério da verdade deixa de ser meramente teórico para tornar-se eminentemente prático (NASCIMENTO, 1989, p. 15).

Como homem público, Dom Jaime Luz Coelho cuidava da recepção das informações veiculadas; dava-lhes crédito mediante um trecho bíblico. A edição de determinado tema aparecia em destaque, em primeira página. Infere-se que a opinião pública, termo cunhado pela primeira vez no século XVIII, significa a racionalidade capaz de influenciar indivíduos pelo esclarecimento dos intelectuais. Abandona o preconceito e julga baseada na civilidade, no consenso coletivo oportunizado pela razão. Segundo o jornalista Leclerc (2004, p. 23), “os intelectuais têm necessidade do grupo para existir”. Eles só conseguem inovar e emancipar o pensamento coletivamente.

[...] Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. Mas este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos; e, neste processo, a “fidelidade” da massa (e a fidelidade e a disciplina são inicialmente a forma que assume a adesão da massa e a sua colaboração no desenvolvimento do fenômeno cultural como um todo) é submetida a duras provas (GRAMSCI, 1999, p. 104).

Segundo Cury (1986) afirma que o caráter ideológico permeia a informação. Tudo o que era escrito tinha um leitor potencial. A opção por uma notícia em detrimento da outra, o tamanho da fonte para determinado artigo, o “olhar” sobre o tema, o recorte do assunto são indicativos de que existe uma lógica, um interesse social a ser preservado. Para o autor, em toda informação há elementos essenciais e, elementos acessórios. Há um conteúdo explícito e, latente. A ideologia perpassa a notícia, por isso, era comum as reportagens de “A Folha do Norte do Paraná” destacarem eventos relativos à defesa do anticomunismo sob os recursos de chamada em caixa alta e negrito, como por exemplo, num excerto do dia 11 de junho de 1968. O jornal enfatizou o ataque a Saigon (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968i):

Figura 7 – Comunistas lançam bomba no Vietnã



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1968b, p. 6).

Ao noticiar “Comunistas lançam bomba no Vietnã”, “A Folha do Norte do Paraná” (1968b) identifica aqueles que combatiam o governo de Saigon, apoiado pelos EUA como terroristas. Porém, em nenhum momento foram criticadas ou classificadas como terroristas as ações norte-americanas no país asiático.

Os jornais apresentavam como verdadeira aquela realidade, participando para tanto ativamente na formação da opinião pública e no desenrolar dos acontecimentos. Como expressão da orientação de Dom Jaime, a “A Folha do Norte do Paraná” seleciona e apresenta os fatos conforme a perspectiva editorial orientada pelo bispo.

O Artigo: SUÉCIA RECONHECE O REGIME COMUNISTA DO VIETNÂM

A Suécia tornou ontem o primeiro País não comunista a conhecer oficialmente o regime de Hanói, proporcionando uma significativa vitória diplomática ao presidente Ho Mohn do Vietnam do Norte. A notícia causou verdadeira sensação em Paris, onde estão concentrados os delegados Norte Vietnamitas, aguardando o início das conversas ampliadas da paz. As delegações do Estados Unidos e do Vietname do Sul e do outro lado receberam a decisão Sueca com reservas. Roma explodiu, uma greve geral, na Itália milhares de trabalhadores cruzam os braços pleiteando melhores salários (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1967j, p. 5).

Observe-se uma manchete da época. A foto da família ao lado da notícia de reconhecimento do regime comunista do Vietnam do Norte apresenta um contraste que não pode ser considerado ingênuo. A ideia de uma família coesa é a expressão idealizada pelo catolicismo e vincula-se a visão familiar burguesa.

Figura 8 – Notícias



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1967i, p. 5).

Esse ideário burguês aproxima-se das interlocuções estabelecidas por Gramsci (1999), que suscita o fato de que a sociedade civil por vezes encontra-se manipulada pelas égides e ideários de um sistema e sucumbem-se aos ditames de intelectuais que direcionam a forma de pensar e agir da sociedade. No contexto estudado observou-se que naquele momento histórico, a Igreja mediante a imprensa procurou educar para a não aceitação do novo, mas para a manutenção do capitalismo, para a divisão do trabalho e a reprodução do capital. Negar o Comunismo, incentivar a religiosidade, defender a família nuclear e a posse da terra forma meios de a Igreja reconquistar o espaço perdido e manter a hegemonia (GRAMSCI, 1999).

A Igreja educou os trabalhadores do campo para a renúncia aos direitos trabalhistas. A imprensa “passou a ser um instrumento difusor de valores de visões de mundo que se desejava consolidar, em meio a um processo de construção da nação brasileira e de um modelo de sociedade erigido pelas elites” (FRANQUI, 2017, p. 26). Enfatizava-se pelo trabalho da imprensa ainda que a formação do trabalhador rural para produzir mais e melhor, para sociabilizar-se em núcleos cristãos, para não pensar na exploração a que eram submetidos é uma estratégia de dominação.

A Imprensa representada no jornal “A Folha do Norte do Paraná” publicou conteúdos controladores dos trabalhadores, fazendo com a classe trabalhadora

desenvolvesse mecanismos de resistência. Os conteúdos visavam minar a coletividade e desmobilizar a base operária. Conforme Luca (2008, p. 139) “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”.

A moralização religiosa, a ênfase nos preceitos divinos, entre 1961 e 1969 foram amplamente divulgados na “A Folha do Norte do Paraná” e nas ações da FAP, por meio de um viés ideológico que, num primeiro momento, passava quase despercebido. Mas, que, ao aprofundar a análise possibilita a explicitação de conteúdos conservadores com a implícita intenção de manter o *status quo*, Conforme o artigo abaixo que enfatiza com o título “Politização”:

O povo de Maringá no recente fim-de-semana, deu uma grande demonstração de amadurecimento para a interpretação dos fatos políticos e para o debate a respeito deles. Estiveram na cidade no sábado e no domingo, os homens da frente Ampla, trazendo como figura de maior evidencia o SR. Carlos Lacerda. Houve reuniões diversas e um comício em praça pública, este prejudicado pela chuva, mas deixou uma ideia do que pensa a oposição brasileira. O povo esteve presente mostrando acentuado interesse em ouvir as manifestações daqueles que são contra o governo. Ninguém se exaltou, ninguém procurou ser hostil aos oradores, nem ninguém se deixou envolver pelas críticas exageradas (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968h, p. 7).

O texto “Politização” refere-se à população de Maringá-PR, trazendo a ênfase sobre a importância de ter recebido Carlos Lacerda¹⁴, cujo texto buscava demonstrar aos maringaenses uma maturidade política, consciência do momento político do Brasil e da necessidade de ouvir alguém que se contrapunha o governo. O discurso enfatiza que Carlos Lacerda, como o líder da Frente Ampla conquistara muitos admiradores em Maringá, por lutar pelo “movimento da democracia”, “pela realização da vontade popular”.

A mensagem reitera a natureza pacífica do paranaense, a aversão a violência, a defesa da liberdade, o otimismo e a esperança em tempos de paz e democracia. E,

¹⁴ Uma das lideranças civis responsáveis pela arquitetura do golpe de 1964. Lacerda foi um político brasileiro, fez parte do partido da UDN, oposição ao governo de Getúlio Vargas, nasceu em 1914 e faleceu em 1977, com interesse em conhecer suas propostas de governo e sem hostilidade. Carlos Lacerda viera à cidade, fizera comícios e reuniões com quase 15 pessoas. Carlos Lacerda era contrário ao Regime Militar e defendia o retorno da democracia. Ele teve nesta vinda a Maringá o apoio dos estudantes e de líderes ligados à Igreja. Neste momento político a Igreja, embora aceitando o Golpe Militar, reconhecia a necessidade de repensar as relações entre o governo e os cidadãos (DIAS; GONÇALVES, 1999).

diz que Deus está prestigiando a “região” de Maringá ao enviar alguém coerente em sua mensagem aos cidadãos, a de que o governo de Costa e Silva não debatia as ideias necessárias aos pais, a de que havia um silenciamento pelos “políticos governistas” sobre o que acontecia no Brasil, isto porque segundo Izepão (2013, p. 84) “esta gestão de Costa e Silva (1967-1969)” ocupava-se apenas com a ampliação dos níveis de emprego para seguir a premissas econômicas do país criou para O Programa o estratégico de desenvolvimento”. Os níveis de emprego no estado do Paraná. O texto aponta que a opinião pública está sendo subestimada ao não debater a necessidade de eleições diretas, a questão econômica e a reforma partidária, evidencia que naquele momento havia o apoio a Carlos Lacerda, que, poderia ser retirado caso não se cumprisse o que havia estabelecido como compromisso.

Entende-se que o texto foi escrito com a finalidade de incentivar o maringaense a se dispor a conhecer propostas políticas referendadas pela Igreja para o governo do país. Em 5 abril de 1968, a Frente Agrária foi censurada e banida pela Portaria nº 177 do Ministério da Justiça por ser considerada uma ameaça ao Regime Militar, sendo que qualquer manifestação favorável ou contrária a ela passou a ser considerado crime. Naquele instante, o Jornal, apresentava um discurso que vislumbrava os interesses que permeavam e ainda permeiam a educação do povo pela classe dominante. Outrossim, destaca-se que “A Folha do Norte do Paraná” contribuiu com o fortalecimento da Frente Agrária Paranaense no enfrentamento das questões sociais e políticas, pacificando os movimentos sociais no campo, formando trabalhadores acrílicos.

Compreende-se que os trabalhadores do campo, paranaenses, no contexto da década de 1960 adquiriram consciência de seu papel, obtiveram certa mobilidade social influenciados pelo ideário comunista, perceberam a exploração a que eram submetidos e lutaram por melhoria, por romper com o latifúndio. Contudo, a persuasão da Igreja, de fora para dentro, porque ela (a Igreja) não esteve realmente lado a lado do trabalhador rural, atuou como uma ideologia arbitraria, criou a FAP, suscitou questionamentos no campo. Mas, não alterou as condições de existência dos trabalhadores.

4 A IMPRENSA CATÓLICA E O CONTROLE RELIGIOSO DA CONSCIÊNCIA INDIVIDUAL

A seção tem como objetivo apresentar a atuação da imprensa católica no controle da consciência individual. A Igreja, como instituição social, constituiu-se como

“educadora” e portadora dos desígnios de Deus. Nesse sentido, ao longo de sua história, contribuiu para preservar a ordem social dominante. No período entre os anos de 1960 a 1969, ainda que atravessada por projetos eclesiais antagônicos, verifica-se que se manteve fiel aos propósitos conservadores, como é o caso de Maringá. Isso pode ser evidenciado por meio das publicações presentes na Folha do Norte do Paraná, periódico que se notabilizou pelos seus vínculos com Dom Jaime e pelo conteúdo que naturalizava a hierarquia social, sem questionar os seus determinantes materiais.

O conteúdo dos periódicos indicava “caminhos” ao leitor, estratégias que eram as mesmas propostas pela classe dominante: os artigos publicados por Dom Jaime e por outros redatores do período conciliavam as relações de produção existentes e a manutenção do *ethos* capitalista, silenciando sobre as condições de trabalho do homem do campo.

Constada esta evidencia por meio das análises nos artigos do jornal “A Folha do Norte do Paraná”, os quais expunham uma visão romântica e idealizada da realidade, verifica-se a identificação do inimigo nas páginas do jornal: o comunismo, apresentado como ideologia exótica e contrário dos desígnios de Deus, dos interesses da Pátria e da manutenção da família. Nesse sentido, a “A Folha do Norte do Paraná” funcionava como um partido, divulgando uma determinada visão de mundo.

4.1 O MOVIMENTO ULTRAMONTANO NO BRASIL

Para tratar do Movimento Ultramontano no Brasil, e sua influência no estado do Paraná, há que retomar os principais argumentos que sustentaram a disseminação deste movimento. A Igreja Católica desenvolvida no Brasil tinha influência das ideias surgidas na Europa como o Ultramontanismo, movimento que defendia a prevalência da tradição em contraposição ao liberalismo francês e ao laicismo decorrentes do século XIX. O período que compreende a perspectiva Ultramontana católica refere-se às orientações do Papa Pio VII (1800-1823), Papa Leão XIII (1891-).

Antes de prosseguirmos, é importante pontuar que ao longo do processo de constituição do Brasil, desde o período colonial, a Igreja comportou-se como instituição de defesa da ordem com fortes vínculos com o Estado. Na prática, o regime de padroado significou a associação entre Estado e Igreja para o atendimento dos

interesses mútuos. Com o processo de laicização do Estado ocorrido com a proclamação da República, a Igreja perdeu prerrogativas que possuía.

Isso quer dizer, pois, que a separação entre Estado e Igreja nada mais é do que uma garantia fundamental (direito-garantia), voltada especificamente à proteção dos direitos integrantes do conceito maior de liberdade religiosa, pois a história das sociedades já evidenciou que a associação entre político e religioso, entre os poderes temporal e espiritual, gera o aniquilamento das liberdades e promove intolerância e perseguições (PINHEIRO, 2008, p. 329).

Esse cenário, no entanto, não significou o fim da associação entre a instituição eclesiástica e os interesses dominantes. Apesar da autonomia conquistada, o que se verificou nas décadas seguintes foi a reorganização da Igreja de modo a reivindicar maior espaço as esferas da sociedade civil e do Estado com vistas a conquistar um papel político de protagonista.

Segundo Santirocchi (2010, p. 24), a Igreja trabalhou:

[...] O fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicanismo, Jansenismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminado na condenação destes por meio da Encíclica *Quanta cura* e do “Sílabo do Erros”, anexo à mesma, publicados em 1864.

Como as relações entre Estado e Igreja estavam bastante estremecidas na 2ª metade do século XIX e a autoridade da igreja passou a ser questionada, o Vaticano estabeleceu rígidas regras aos seus seguidores e rechaçou toda manifestação destoante do catolicismo. O movimento de centralização que percorreu o período foi caracterizado por uma série de atitudes da Igreja, ficou conhecido como movimento Ultramontano. O objetivo desse movimento, segundo Andrade (2018), era preservar a Igreja em face as ameaças do mundo moderno e recristianizar a sociedade. Neste processo, a imprensa teve o papel mediador de divulgar o pensamento eclesiástico central contrarrevolucionário europeu do século XIX para os países recém colonizados.

[...] ferrenhamente antiliberal, sistematizado no Syllabus por Pio IX, referido a De Maistre, de Bonald, Lamennais e Donoso Cortés. Entretanto, dado o projeto católico de ampliação das fileiras de fiéis, como estratégia para enfrentar a crescente laicização empreendida nos países em que o liberalismo expressou a hegemonia burguesa, a

Igreja assumiu, no Brasil recém-saído do Império, a posição de expectativa e de predisposição à conciliação, divulgada na Pastoral Coletiva que marcou o momento (MALATIAN, 1990, p. 17).

O país assistiu à chegada de inúmeras ordens e a criação de outras tantas para que houvesse a recatolização da população (GOMES, 2018). A igreja estava sendo reformada e uma das alternativas era revestir-se de “justiça social” e ampliando sua participação na sociedade. “O projeto católico, de caráter elitista e autoritário, representava uma reação contra o liberalismo e a suposta infiltração comunista, além do desencanto com o mundo dessacralizado” (GOMES, 2001, p. 35).

No período posterior à Proclamação da República percebe-se um movimento da igreja no sentido de minimizar a separação entre Igreja e Estado: a igreja age para tentar recuperar os fiéis que se afastavam da sua doutrina e tentar desmistificar os conflitos e contradições da sociedade capitalista que estava se desenvolvendo. Ela busca reorganizar e repor de seus quadros de pessoal para não perder a influência na sociedade. “O episcopado, a despeito dos conflitos e contradições, empenhou para implantar um projeto que evolvia múltiplos campos e atuação para estourar a Igreja, tomando – a centralizada e hierarquizada (ANDRADE, 2018, p. 82).

As análises apontam para a Igreja, apresentando-se naquele momento, uma instituição que buscava desvincular-se da visão centralizada e hierarquizada que havia construído ao longo da História e procura fazer novas alianças, pensando um caráter assistencial e educacional do povo brasileiro (MARIN, 2001). Porém, isso não significou a adoção de uma perspectiva de ruptura com a ordem. Pelo contrário, verifica-se no contexto do acirramento das lutas de classes na Europa o combate sem tréguas contra as ideias socialistas e marxistas do período, principalmente, àquelas defendidas no Manifesto Comunista de Marx e Engels (1998).

No Brasil, a Igreja manteve-se fiel aos interesses de manutenção da ordem, mas a laicização do Estado trouxe uma série de descontentamentos no clero católico.

Os prelados continuavam defendendo a sacralidade do poder civil e a necessidade de vinculá-lo à legitimação eclesiástica. Na mesma linha agrupavam-se clérigos e leigos de tendência conservadora, a maioria dos quais imbuídos das ideias do ultramontanismo. O sentimento de descontentamento que tomou conta do clero era visível, foi nesse contexto, que ocorreram inúmeros conflitos, surgindo dessa forma o termo romanização, segundo Andrade (2018), destaca que a finalidade do projeto era de romanizar todas as Igrejas. O projeto caracterizou-se sobretudo pela

integração sistemática da Igreja brasileira nos planos Institucional, ideológico, e nas estruturas centralizadas da instituição Católica.

Podemos dizer que frente ao exposto, passou a ter uma postura de resistência à sociedade moderna, atribuindo às forças demoníacas o esforço de superação da tradicional sociedade sacralizada. Daí a crescente necessidade de reforçar nos cristãos e dentro da própria Igreja a defesa dos privilégios eclesiásticos.

A partir da reorganização interna do clero e das pressões de intelectuais católicos, verifica-se a reaproximação da Igreja com o Estado. Não por acaso, a Igreja reconquista o ensino religioso e outras prerrogativas a partir da chamada “Revolução de 1930”. Nesse sentido, a Igreja continuou forjando intelectuais com objetivo de preservar a hegemonia católica e a ordem social. Como em outras regiões do Brasil, a Igreja também reproduziu o discurso conservador em Maringá.

Como trincheira do projeto de recristianização da sociedade, a “A Folha do Norte do Paraná” contribuiu efetivamente para o projeto educativo da Igreja. Os males da sociedade eram apresentados fundamentalmente como fruto do comunismo, do ateísmo e da ausência de Deus nos corações dos homens, jamais como expressão de uma sociedade que produz a miséria, a violência ou fome.

No artigo analisado “Oração no Espaço pela Paz”¹⁵ evidencia:

[...] Queridos diocesanos, nada melhor vos poderia anunciar o vosso Bispo, neste ano novo que se inicia, que o doce nome da Paz: Como desejamos esteja em vossos corações a paz de Deus nos vossos lares. Nos vossos pensamentos. Na nossa vida. Esqueçamos as rugas do passado e empreendemos uma caminhada nova. E empreendemos uma caminhada nova, em qualquer lugar que nos envie a providência divina. Aqui ou acolá, não importa, o que importa é estarmos na presença de Deus. Implorando a proteção para que possamos ver seu amor [...] (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ 1962b, p. 2).

Em um momento histórico marcado pelo endurecimento da ditadura civil-militar, com a imposição do AI-5, com a perseguição, prisão e desaparecimento de indivíduos que se colocavam contra a ditadura, o bispo da cidade incentivava o amor ao próximo e a paz universal, sustentando em seu discurso a ida do homem à lua como uma dádiva divina e uma oportunidade de o homem contemplar a criação do mundo como obra de Deus. Diz à comunidade que o Papa Paulo VI almeja que os “homens de boa

¹⁵ Vide Anexo I.

vontade” se responsabilizem pelo curso da História. Assim, “nas coisas da política, da opinião pública, da orientação social, da cultura e das escolas”. Segundo o bispo, a ânsia renovação mundial é uma atitude de rebeldia contra Deus. O esperado é que o homem seja humilde, que implore a paz e os “DIREITOS DO HOMEM”. O bispo afirma que a Igreja não visa outros fins que não, o de que o os cidadãos tenham paz. Essa afirmativa reitera a análise da relação entre a Igreja e a influência de poder sobre a sociedade, conforme afirma Aquino (2012, p. 156)

Efetivou-se uma territorialidade³⁵ religiosa que, em princípio, tornava todo o mundo passível de intervenções jurisdicionais eclesiásticas. O mundo poderia ser recortado em dioceses, prefeituras, prelaturas, paróquias etc. Desse modo, pode-se considerar que tal estratégia preservou e ampliou, no âmbito espiritual e no plano de controle religioso, os antigos domínios da Igreja, transpondo para essa nova territorialidade o capital simbólico e o poderio institucional adquirido pelo catolicismo romano ao longo de sua história milenar.

Essa busca pelo controle e domínio da sociedade, evidencia-se em outras manifestações de Dom Jaime, que a paz e divulgada nos artigos por ele escritos configuravam-se apenas no formato de uma abstração. Em nenhum momento é questionado as estruturas econômicas que geram a pobreza. Trata-se de um discurso que omite, e não poderia ser diferente, as causas que impedem a emancipação dos homens. Essa perspectiva discursiva do representante da Igreja, que não era exclusividade do clero de Maringá, é analisada por Gramsci (2000) ao mencionar o papel dos intelectuais na formação das massas e a atuação da Igreja no Movimento Ultramontano (PAULA, 2021).

Dom Jaime continua seu texto colocando-se próximo à comunidade, como um “amigo, uma “voz fraca” que não fala por si, mas, pelo mundo. Ele colocava-se claramente como o representante de uma vontade maior: a Igreja dirige-se ao mundo “que trabalha”, que “sofre”, que “espera”. O discurso do pontífice apresentava-se revestido do dever de educar para a paz.

Uma das características da ideologia dominante é o ocultamento dos interesses dominantes. Não se trata de bradar a todos que defende a preservação da ordem em nome dos interesses burgueses, mas de afirmar que “não fala por si”, mas “pelo mundo” e revestido do “dever de educar para a paz”. Porém, que paz é essa quando o Brasil era atormentado por uma ditadura que perseguia, prendia e torturava quem ousasse pensar diferente?

Ao final do texto, conclamava “carinhosamente” seus leitores: “Queridos diocesanos”, o “vosso Bispo deseja que Deus os abençoe”. Há uma persuasão discursiva para que o leitor receba a palavra do religioso e a viva. Ele coloca-se como um enviado de Deus à comunidade maringaense para ajudá-la a construir uma “caminhada nova” sob a proteção do Cristianismo.

Ao folhear edições do periódico “A Folha do Norte do Paraná” da década de 1960 evidenciava-se o propósito de manter os trabalhadores passivos. Para tanto, os escritos publicizados pela igreja, reiteravam a ênfase em ações vislumbrando a manutenção hegemônica da religião, sob a prerrogativa de ser apenas por meio dela que haveria a salvação para o homem e, para tanto este deveria garantir a dignidade humana.

Com vistas a consolidar essa influência o II Congresso dos trabalhadores rurais realizou em Maringá, sendo divulgado na mídia jornalística (BRITO, 2011), conforme destaca o artigo:

Figura 9 – II Congresso dos trabalhadores rurais de Maringá



Fonte: Folha do Norte do Paraná (1968j, p. 7).

O artigo “Encontro de trabalhadores da região hoje em Maringá”, escrito em comemoração ao Dia do Trabalho, 1 de maio de (1968), elucida que a data será comemorada nacionalmente e, que em Maringá-PR, o Sindicato dos Empregadores do Comércio de Maringá comandou o evento (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964c). O ponto culminante apresentado é o II encontro Regional de trabalhadores. Sendo enfático no discurso escrito a potencialidade da cidade em receber toda a região, a qual será devidamente representada por sindicatos locais. Destaca ainda a matéria, que os trabalhadores de outras categorias seriam convidados a participar. A Folha do Norte do Paraná elucidava aos trabalhadores, que os mesmos além de participarem das ações comemorativas, ainda seriam logrados com um show musical na Praça Raposo Tavares. Esse fato posto, segundo Periotto (2013), exemplifica a dominância da imprensa local, no caso do jornal “A Folha do Norte do Paraná”, sustentada pelas ações discursivas da igreja legitimavam em defesa da ordem social. Nesse sentido, as atividades sindicais tornaram-se mais um órgão de assistência e confraternização do que de luta.

A inserção da Igreja no movimento dos trabalhadores não se tratada de uma novidade. Ao longo do século XIX, diante do avanço do movimento operário e das

ideias socialistas, a Igreja organizou-se como mais uma trincheira da ordem. A Encíclica *Rerum Novarum* constituiu-se em uma das manifestações que orientaram o clero católico no combate ao comunismo e na defesa da “justiça social”.

Não por acaso, o Papa Leão XIII, em sua Encíclica *Rerum Novarum* (1891). Sobre as condições dos operários, sublinha a hostilidade do Vaticano em relação ao socialismo.

A SOLUÇÃO SOCIALISTA:

Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para – os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e está igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social (PAPA LEÃO XIII, 1891, p. 2).

A Encíclica defendia a salvação espiritual. O direito a propriedade como natural. Logo, o trabalhador operário deveria aceitar sua condição e compreender que jamais seria deveria ser um cidadão se ousasse buscar alterar este estado de coisas. Era esperado do homem, a transformação do espírito, os “educadores católicos jogavam tudo na necessidade de uma revolução espiritual (‘a única aconselhável’, como diziam) que poria ordem na política, na economia e em tudo o mais” (MORAIS, 1985, p. 94). Moura (2010) investigou o papel dos intelectuais católicos na restauração religiosa e política da sociedade de Recife entre os anos de 1930 a 1937.

A recatolização é a solução que os intelectuais ofereciam a crise social em diferentes meios de comunicação. Em suas edições os textos eram referentes à política, literatura, economia, nacionalismo e religião, baseados nos princípios de uma nação renovada na ética cristã (MOURA, 2010, p. 21).

Os intelectuais defenderam o ideário tradicional católico, a doutrina cristã e cobraram do Estado o atendimento aos princípios da Igreja. A solidariedade, a justiça no trabalho, o amor à família e à Pátria, a obediência às normas do país e aos seus

representantes legais, o incentivo ao comportamento dócil eram estratégias de não permitir que o trabalhador fosse “contaminado” com ideias diferentes, não cristãs.

A égide da Igreja no século XIX, centrava-se na defesa da revolução espiritual: os trabalhadores deveriam ser formados para permanecer em Cristo e manter a ordem social, as condições materiais existentes eram consideradas naturais. Neste sentido, a secularização pregada pela igreja católica mediante a mídia e os conteúdos dos jornais não visavam uma transformação social, mas, uma reorganização do trabalho, mantendo essas mesmas condições.

De forma análoga, a “A Folha do Norte do Paraná”, expressando as ideias hegemônicas da Igreja e dos interesses dominantes locais, defendia a “justiça social”, mas sem questionar os fundamentos materiais que geravam a desigualdade estrutural em uma sociedade capitalista

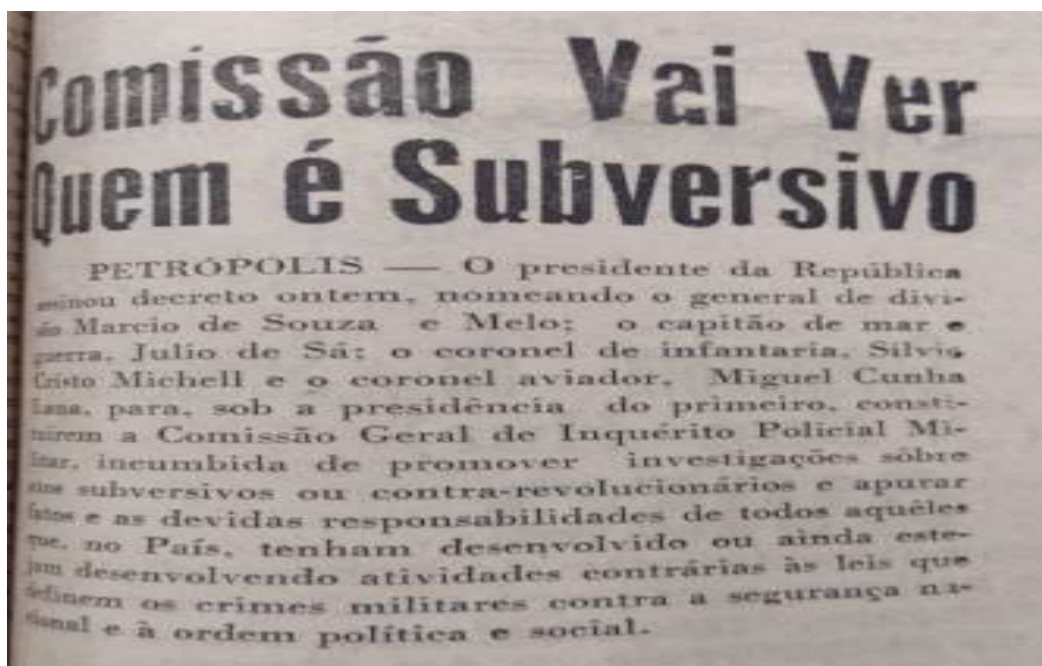
REFORMA AGRÁRIA VAI COMEÇAR COM NOVO ATO:

A primeira etapa da reforma agrária esta deflagrada nos próximos dias, com a implementação de 60 mil novas unidades rurais, no Nordeste, Estado do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Para isso serão editados vários decretos-leis e um ato complementar para reformar o imposto territorial rural. O Instituto brasileiro de reforma agrária – IBRA – será reestruturado (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1967i, p. 4).

O texto “Reforma Agrária vai começar com novo ato” traz explicações sobre a proposta de Reforma Agrária feita pelo governo federal: as sugestões principais, a revisão dos órgãos existentes, a criação de um fundo de modernização da agricultura e de um grupo executivo de Reforma Agrária, dentre outros. No documento, o governo explica a organização da primeira etapa da reforma agrária, propondo por estado e por regiões. Da leitura, depreende-se um documento normativo e burocrático. As análises evidenciam, o descaso ao pequeno agricultor, negligenciando as conquistas sobre a posse da terra.

Sobre o assunto descrito, observa na 4ª página do jornal “A Folha do Norte do Paraná”, o editor explicitava a atuação do governo contra os “subversivos”. No excerto que segue, fica evidente a ideia de defesa da ordem e da “segurança nacional”, ao mesmo tempo que classifica os que a ela se opõem como criminosos.

Figura 10 – Comissão vai ver quem é subversivo



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1968a, p. 3).

Como é possível observar, a ditadura civil-militar combatia toda ação considerada contra segurança nacional. Este tipo de notícia, pelo periódico maringaense, servia para criar um consenso sobre a importância de não subverter a ordem estabelecida e expressava a posição da Igreja na defesa dos valores do grupo de poder político (LUCA, 2008).

A “A Folha do Norte do Paraná”, nos anos de 1962 a 1970, destacou em seus artigos o tema voltado ao trabalho. Como forma de consolidar esse pensamento e vincular o ideário do trabalhador essencial para o desenvolvimento da sociedade, publicava anualmente, no dia do trabalho, uma matéria enaltecendo os trabalhadores no desenvolvimento do país, conforme destaque na Figura 11.

Figura 11 – Paulo cumprimenta os trabalhadores



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1969a, p. 8).

No artigo "Paulo cumprimenta os trabalhadores", o destaque centra-se na mensagem apresentada aos leitores pelo governador do Paraná aos trabalhadores. O discurso destacava a participação do trabalhador no desenvolvimento do estado, apontando para o fato o "equilíbrio social" e a participação de todos. É evidente que esse tipo de manifestação que busca escamotear as profundas contradições de uma economia que concentra riquezas nas mãos de poucos e empobrece o trabalhador.

Ainda segundo o então governador, o governo reconhece a ação dos trabalhadores e compreende que eles devem ter a possibilidade de usufruir os frutos do seu trabalho. As palavras “progresso”, “valores humanos” criam a representação no trabalhador de que ele é indispensável à nação.

Os artigos apresentados não devem ser compreendidos como manifestações isoladas das relações sociais. A “A Folha do Norte do Paraná”, como qualquer outro periódico de orientação burguesa, constitui-se em um órgão de classe que difunde as notícias e valores que lhe convém. Nesse sentido, a imprensa também é um órgão educativo em sentido mais amplo: contribui na construção de consensos, naturalizava a ordem social e define padrões de sociabilidade.

O processo de educação do trabalhador serviu para manter dominantes e dominados em lugares determinados socialmente a partir das relações de trabalho. A imprensa efetiva-se com um papel de formar o trabalhador para permanecer como força de trabalho disponível ao capital.

Nesse sentido, a classe dominante necessita forjar seus próprios intelectuais que contribuem para dar sustentação ideológica. Dom Jaime, não era propriamente um burguês, mas sua atuação eclesiástica contribuiu para constituição dos valores conservadores em Maringá. Não se tratou simplesmente de um intelectual que se fazia ouvir em suas pregações ou aparições em eventos, o que de fato ocorreu, mas também divulgou sua mensagem na Folha do Norte do Paraná. Ainda que o jornal não fosse acessível a todos os trabalhadores, suas ideias circularam pela cidade e contribuíram para que todos enxergassem a sociedade como um somatório de indivíduos onde cada um ocupava seu papel segundo as vontades de Deus.

Concomitantemente, no contexto da ditadura civil-militar, o Estado agia criando as condições materiais para exploração do trabalhador e a Igreja com seus ensinamentos, acabava perpetuando esta condição de exploração. A recatolização dos trabalhadores enfatizava o comportamento virtuoso, a obediência à autoridade, o silenciamento frente às questões sociais (MARIN, 2001).

Compreende-se que o movimento Ultramontano ou romanização significou fidelidade inquestionável ao pontificado Romano, tendo total subordinação as ordens romanas, pelos católicos. A todo momento a igreja reafirmava indispensável a salvação humana, tornando-se hierarquizada sendo a figura papal a autoridade máxima. A disseminação dos princípios do Cristianismo e reverberou uma tradição conservadora de sociedade, movimentos como Comunismo e o Socialismo foram

amplamente negados e combatidos pelo bispo Maringaense, amplamente defendido pelo periódico que circulou entre os anos de 1961 e 1979.

4.2 A IMPRENSA CATÓLICA COMO ESPAÇO NA DIVULGAÇÃO DA DOCTRINA CRISTÃ

As análises realizadas a partir dos discursos afirmativos apresentados nas matérias da Folha, evidenciaram em seus escritos A imprensa apresentou-se como um instrumento relevante na divulgação da doutrina Católica, principalmente a imprensa periódica maringaense conforme evidenciada nos artigos publicados no jornal “A Folha do Norte do Paraná” fundada pelo Bispo Dom Jaime Luís Coelho.

A Igreja Católica, depois de sua separação com o Estado, procurou ampliar seus espaços de atuação em um combate incessante contra os males da modernidade. Tratava-se da recristianização social e de um reordenamento de suas posturas frente a sociedade. Conforme Mainwaring (2004), a imprensa constituiu-se em uma das trincheiras da Igreja como instrumento educativo dos valores católicos. Com a ascensão de João XXIII e a renovação que se seguiu, permitiu uma mudança mudanças significativas em seu interior, mas não o suficiente para o questionamento da ordem capitalista por toda a Igreja.

Cauteloso Pio XII faleceu em 1958, e seu substituto João XXIII promoveu reformas importantes. As encíclicas de João XXIII, tais como a *mater et Magistra* (1961) e *Pacem in terris* (1963) modificaram o pensamento Católico oficial. Ambas desenvolveram uma nova concepção de igreja, mas em sintonia com o mundo secular moderno, comprometia em melhorar o destino dos seres humanos na terra e em promover justiça social (MAINWARING, 2004, p. 54).

As mudanças no Vaticano II passaram a apresentar conduções eclesiais para as instituições Católicas em busca da manutenção de sua representatividade, no meio social. “Ampliando seu rebanho, propagando seus dogmas e doutrinas, além de combater as religiões concorrentes” (PEREIRA, 2007, p. 42).

A fundação da “Folha do Norte” em 1962, evidenciou-se como um instrumento de condução social eficaz para a obtenção do um alcance do discurso eclesiástico para toda sociedade. A “A Folha”, passa a evidenciar-se como um o meio e a comunicação da igreja, representada pela figura do Bispo, junto a sua comunidade.

Essas evidências, elucidaram e ampliaram-se a partir das publicações de artigos diários em sua coluna “Renconstruir o mundo”, em que destacava em seus artigos o poder de evangelização e cristianização dos leigos no mundo, por meio da imprensa falada e escrita. A exemplo, o artigo “O rapaz, a castidade e a ciências” enaltecia a importância da castidade, elucidando o sexo antes do casamento como pecado e contra os princípios cristãos (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1962e).

Os escritos publicados, evidenciavam ao leitor o discurso afirmativo da visão de que sexo quando não destinado à procriação, é fonte de pecado e a exposição a ele, trariam-lhes consequências negativas ao homem, à saúde. O discurso posto, associava-se a prerrogativa da Igreja em que se deveria combater o que considerava vício (prazeres do corpo) e enaltecer o que considerava virtude (o trabalho), exortando a juventude a uma vida santa:

O RAPAZ, A CASTIDADE E A CIÊNCIA.

No rapaz normal e sadio a prática da castidade “faz desabrochar para a vida, para o casamento. O rapaz casto é virtuoso, em recente programa radiofônico semanal. “A voz do Pastor” do Rio. Sua Eminência o Cardeal Dom Jaime Câmara. Citou depoimentos de médicos especialistas provando, à luz da ciência como são enormes e lamentáveis os prejuízos do vício da libertinagem na vida orgânica. Ensinam as umidades médicas mundiais – e os fatos confirmam – que, se o aparelho destinado por Deus ao fim nobre da geração, é super excitado além da medida, inevitavelmente os outros aparelhos do organismo, sobre tudo o sistema nervoso acabam enfraquecidos e lesados. Contrariando certas afirmações fáceis, superficiais perniciosas e de conteúdo materialista – as sumidades científicas e as organizações médicas mundiais reconhecem e proclamam aos quatro ventos que a prática da castidade não é nociva é possível e necessária. Corroborando por um ideal nobre, procurando um ambiente social sadio, exercitando-se no trabalho no esforço e na virtude praticando a religião e frequentando os sacramentos (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1962e, p. 2).

O artigo ao reproduzir a defesa da castidade, segundo os dogmas católicos, utiliza-se da ciência como meio de supostamente comprovar a necessidade de manutenção da castidade. Dessa forma, submetia-se à ciência ao crivo da religião como meio de criar um consenso em torno dos modos de pensar e agir de homens e mulheres.

Em contrapartida, na coluna “Reconstruir o mundo”, observa-se que os textos apresentavam-se sempre como educativos. No artigo, explicitado, observa-se que o foco era a disseminação de como deveria ser a família, segundo a perspectiva cristã.

A FAMÍLIA

O primeiro setor da atuação feminina é por certo a família, Todavia existe o preconceito das famílias com medo excessivo de que nelas nasçam apenas meninas [...] Mais tarde a educação estreita, a excessiva valorização da beleza do corpo o condicionamento a não sei que fatores, a preparação cultural das moças tudo segue esta linha de preconceito. E dizem tanta coisa! Pouco importa o estudo. O que interessa é que a moça se case”. Nada de Cultura! Demasiada cultura faz mal”! Até nos inícios desses séculos só era permitido estudar aos homens. E hoje, em geral, tolerar-se que as jovens estudem, mas em função dos mesmos homens. Na família a mulher será educada e (educará) no amor: 1) Seguir o caráter peculiar da mulher e colocá-la em condições de desenvolver suas características próprias. 2) pretensão a uma abertura social, superando o egoísmo individual com a visão do bem coletivo e da família. 3) uma educação também de respeito a pessoa humana, aos compromissos e palavra dada, fidelidade conjugal, respeito a paternidade responsável junto do filho que poderá nascer e ingressar na sociedade humana (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1967c, p. 2).

O texto, escrito por Frei Francisco de Uberaba-MG, apresenta uma crítica ao modo como a mulher tem sido percebida na sociedade brasileira de 1967. Em seus escritos, há uma condenação à supervalorização do corpo, da beleza em detrimento do papel da mulher, no interior da família. No entanto, enfatiza que deve-se ignorar essa forma de pensamento, afinal, para ele é na família que, a figura feminina deve atuar, por excelência. Nela, deve ser educada e educar. Frei Francisco critica o modo como a mulher é percebida e fala importância de colaborar na formação da juventude, futuro do país. Conforme suas palavras expressas no artigo: é preciso perceber as necessidades da mulher na família para dar-lhe apoio, afeto, orientação, e fazê-la “um ser responsável no meio da sociedade”.

Essa constatação, aligeirada da educação e do papel da mulher na sociedade maringense, do período investigado, indicam a Folha como sendo também um veículo de expropriação dos direitos feministas, como ocorria naquele momento em todo país. A modernização do país e a formação da mulher numa perspectiva burguesa são apontados por Cury (1986), Franqui (2017) e Gomes (2018) como parte da contradição social própria do Capitalismo. Para os pesquisadores, a mulher

conjugua a base da sociedade patriarcal. Ela tem papéis socialmente determinados em cada campo de atuação: como educadora, como mãe, como esposa, representava a voz que deveria ser silenciada.

Observa-se ainda que em seu texto, o Frei Francisco reforça a necessidade de uma formação integral à mulher para que ela seja responsável pela família patriarcal. Essa concepção de que a mulher é a base da formação e permanência da família, sendo uma das características apontadas por Marin (2001) quando aborda o pensamento Ultramontano na representação do papel da mulher na sociedade burguesa dos séculos XIX e início do século XX. No excerto acima, Frei Francisco escreve aos diocesanos reiterando valor da família, a necessidade de manter *o staus quo* burguês, conservador (SANTIROCCHI, 2010).

A coluna social e a coluna “Reconstruir o mundo” visavam por evidencia os comportamentos requeridos pela sociedade para formar o homem “de bem”, ordeiro, pacífico; também, a mulher “boa mãe, amorosa, do lar” (DIAS; GONÇALVES, 1999). As imagens encontradas representavam um padrão de família, vislumbra-se a importância de uma reunião familiar, a mulher sorridente e apresentável com uma criança ao centro, no colo. O homem, bem alinhado. O semblante expressa alegria, tranquilidade, aconchego numa família estruturada.

As preocupações da igreja com a questão educacional estavam presentes nas páginas da imprensa maringaense, o discurso de que o trabalhador deveria receber uma educação capaz de moldar a sociedade almejada era enfatizado. Havia a preocupação em ensinar a ler, escrever e contar (ANDRADE, 2018; MICELI, 2009).

[...] a Igreja Católica logrou êxito considerável em múltiplas frentes de atuação: estabilizou as fontes de receita e recuperou o patrimônio imobiliário, reconstruiu e “modernizou” as casas de formação e seminários, dinamizou em larga escala sua presença territorial, “moralizou”, profissionalizou e ampliou os quadros de pessoal – ainda que para tanto tivesse que apelar à importação maciça de mão de obra religiosa –, diversificou a rede de serviços escolares, que passou praticamente a monopolizar, celebrou alianças com facções oligárquicas estaduais [...] em suma a Igreja Católica viabilizou-se como empreendimento religioso e como organização burocrática. Tais conquistas logo garantiram retorno quando a Igreja passou a operar numa posição de relevo no centro da vida política nacional ao longo das décadas de 1930 e 1940 (MICELI, 2009, p. 161).

O papel que a Igreja desempenhava pela arquidiocese apresentou-se como um empreendimento religioso com alcance em nível nacional e internacional,

conseguindo apoio dos políticos e autoridades em prol do bem da sociedade e do crescimento da cidade, atraindo cada vez mais um número de fiéis católicos. Para analisar o papel de Dom Jaime, nesse processo, sustentamo-nos nos escritos de Gramsci (1999), ao enfatizar o poder hegemônico exercido pelos intelectuais orgânicos junto a sociedade.

Dessa forma, Dom Jaime constituía-se como um dos representantes intelectuais dos grupos dominantes locais. Sua posição de liderança religiosa possuía força política para orientação dos fiéis. Suas ideias serviam de legitimação da ordem social. Muitos dos artigos de Dom Jaime eram iniciados com a saudação: “Queridos diocesanos!”. Pensa-se que ela ajudava a criar o ambiente propício ao aprendizado da fé e da vida (UBINGE; SANTOS, 2007).

Tendo a fé cristã como pilares de seus discursos, a Folha apropriava-se de temas como a religiosidade, a crise entre o estado e a religião, a descentralização de poder, a industrialização, o emprego, o consumismo, a moda, o comportamento social como temas recorrentes no jornal “A Folha do Norte do Paraná”, principalmente após os anos de 1960 (SOUZA, 2009), para que pudesse nessa conjuntura, disseminar doutrina cristã católica, seu objetivo maior.

4.3 O JORNAL E A IGREJA CATÓLICA NA DISSEMINAÇÃO E AFIRMAÇÃO DO IDEÁRIO POLÍTICO CONSERVADOR

A análise do “O Jornal de Maringá” objetivou identificar a disseminação e afirmação da Igreja Católica, utilizando-se da imprensa para instruir dentro dos princípios de uma educação moral, pautada no ideário religioso católico. Os discursos apresentados no periódico emergiram como estratégias para a formação de leitores adeptos ao catolicismo. Identificou-se nos estudos que o ideário político da cidade caracterizava-se por ser elitista e conservador, pois os partidos políticos formados pelos representantes da cidade eram constituídos por homens de família tradicional e de poder econômico. No cenário local, a Igreja assume a liderança do clero, juntamente com a empresa Colonizadora que trabalhou para reverter o cenário religioso que era desfavorável ao catolicismo.

De acordo com Pereira (2007), em sua dissertação de mestrado intitulada “A Igreja Católica em Maringá e a gestão de Dom Jaime Luiz Coelho”, após a Segunda Guerra Mundial os problemas da Igreja agravaram-se, a instituição intensificou sua

ofensiva contra seus principais inimigos, as novas e ameaçadoras ideologias. Pereira (2007), aponta quem em 1958, após a morte de Pio XII, assumiu o papado João XXIII. Como expressão das transformações ocorridas em âmbito mundial e da nova ordem pós Segunda Guerra, a Igreja também foi atravessa pelas mudanças que ocorreram em escala global. Marchi (2001, p. 81), descreve a mudança social que assolava a Igreja e reiterava a necessidade de uma nova sociabilidade:

[...] Um novo olhar sobre a sociedade e os tempos modernos provocaria transformações nos comportamentos do clero e fiéis tanto no que se refere às ações pastorais quanto nos procedimentos dos rituais de espiritualidade. Se não a totalidade, parcelas significativas dos sacerdotes (Incluindo os bispos) e dos Católicos leigos seriam impelidos de uma nova conquista do mundo, a saírem das sacristias em busca das ovelhas tresmalhadas ou daqueles que nunca haviam pertencido ao da cristandade. Eram tempos novos que batiam a porta da diocese e das paróquias demandavam posicionamentos não comum a trajetória da instituição. A questões sociais e políticas, exigiam um comportamento ético-moral e demandavam um comprometimento institucional tanto dos homens da primeira linha quanto de toda a catolicidade. O mundo da política e da sociedade moderna não comportavam mais, outrora, repetidas condenações dos pontífices romanos. Passavam a ser sujeitos da ética e da moral nas preocupações da igreja. Era um novo discurso sobre a sociedade e sobre a atuação do clero interno e externamente a Igreja estava vivendo um processo de arejamento ou agiornamente como tanta se que repetiu naquele momento.

A preocupação do Papado com relação às mudanças do mundo moderno, fez com que a Igreja revisasse suas teses, principalmente, sobre ações das pastorais e as condições de vida dos pobres.

A pobreza que dizimava contingentes da humanidade obrigava a Igreja Católica Romana a rever sua concepção de ordem social” econômica, a desordem sócio econômica provocadas, por um sistema que se sustentava uma ‘desenfreada busca de riqueza, de lucro e do bem estar material’ sem limites (MARCHI, 2001, p. 3).

O aumento do desemprego, a miséria e os avanços de ideologias que ameaçavam a estrutura católica. Nesse aspecto, a religião contribuiu para um pensamento do qual impunha princípios de estruturação da percepção e da compreensão do mundo, em particular o mundo social.

Porém, apesar das mudanças ocorridas, a perspectiva conservadora não foi abandonada por completo. O apelo a defesa da ordem permaneceu em amplos

segmentos do clero católico. Nesse sentido, a Igreja em Maringá contou com o apoio da CMNP e dos empresários e políticos maringaenses, concedendo espaços e prestigiando iniciativas. Articulava estratégias via imprensa e outras entidades com a finalidade de anular os conflitos de classe, principalmente, os movimentos rurais.

A igreja Católica de acordo com Priori *et al.* (2012), desde o século XIX, vinha acumulando algumas experiências na estruturação de organizações sociais de trabalhadores, influenciados principalmente pela encíclica papal *Rerum Novarum* do papa Leão XIII, de 1891, na qual orientava os bispos a atuar junto à classe trabalhadora.

O “O Jornal de Maringá” e a ação do representante da Igreja, buscavam evangelizar e formar os fiéis e trabalhadores dentro dos preceitos da doutrina católica. Não por acaso, a Igreja preocupou-se com as questões agrárias em função do crescimento das tensões no campo. O crescimento da concentração fundiária e os avanços das lutas no campo, fez com que a instituição delimitasse estratégias para sua inserção nas organizações camponesas.

A igreja defendia que o pequeno produtor deveria permanecer no campo efetivando a distribuição “justa” da terra, livrando-se da do empobrecimento. Esta reforma agrária se daria respeitando a propriedade privada e com justa indenização, sendo que a propriedade deveria exercer uma função social (MARTINS, 1985). Em nenhum momento se questionou as origens da estrutura fundiária no Brasil e as relações capitalistas que geram um exército de reserva disponível para manutenção da ordem burguesa. Por isso, o combate sem tréguas ao comunismo e os movimentos que representavam a luta por uma reforma agrária que ultrapassasse os limites do idealismo liberal.

Neste sentido, a inserção de Dom Jaime em Maringá, o surgimento de “O Jornal de Maringá”, a fundação da FAP e criação do jornal “A Folha do Norte do Paraná” apresentaram-se como eventos que corroboraram para a formação do cidadão maringaense.

4.4 COMUNISMO, O INIMIGO A SER COMBATIDO

O comunismo, como expressão do ideal de igualdade entre os homens constitui-se a partir da crítica aos fundamentos do capitalismo. Na interpretação de Marx e Engels (2011), o capital restringe a liberdade do homem em favor da liberdade

do capital. Na sociedade burguesa, alicerçada na propriedade privada dos meios de produção e na extração de mais trabalho tem como desdobramento a desigualdade: o trabalhador que trabalha não consegue gerar capital para si. Ele é dependente das relações de produção e só lhe resta subordinar-se ao capitalista que detém o poder econômico e consegue acumular capital.

O capital não conhece outra solução que não a da violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião de sua gênese, mas até mesmo hoje. Para as sociedades primitivas, no entanto, trata-se, em qualquer caso, de uma luta pela sobrevivência; a resistência a agressão tem o caráter de uma luta de vida ou morte levada até o total esgotamento ou aniquilação (SCHÜMTRUMPF, 2015, p. 98).

No século XX que o proletário rural brasileiro surge como classe social, no entanto novas demandas começam a ser questionadas sobre as questões dos trabalhadores. As décadas de 1940 e 1950 é marcado por problemas agrários ligados a grande concentração de terras. Com as Ligas Camponesas, a partir de 1950, que a discussão em torno da reforma agrária apareceu no Brasil. De acordo com Roos (2013) e Corrêa (2017), a partir de então, as lutas camponesas adquiriram um novo conteúdo político, pois reforma agrária implicava na distribuição equitativa da terra e em condições que garantam a reprodução social do campesinato.

É neste período que surge a indústria que fornece tecnologia e insumos para a agricultura, tendo o intuito de modernizá-la. Stédile afirma também que este modelo faz surgira burguesia agrária de elevadas extensões de terras, as quais destinam sua produção para a exportação e consumo interno. Já os camponeses são destinados, neste modelo, para a mão de obra barata nas indústrias da cidade. O êxodo rural levava a baixa dos salários na indústria, já que as filas para emprego nas indústrias se tornavam cada vez maior (CORRÊA, 2017, p. 13).

No Norte do Paraná, na cidade de Maringá-PR, os movimentos do campesinato abarcavam um número maior de trabalhadores, conseqüentemente a criação dos sindicatos aumentava, na tentativa de resolver os problemas do sistema agrário. Os sindicatos rurais eram demonizados pela imprensa burguesa e acusados de antidemocráticos. Na verdade, expressavam as lutas dos camponeses pela terra em um país profundamente desigual e marcado historicamente pelo latifúndio. Segundo a historiadora Rodeghero (2006, p. 180), o anticomunismo presente nos discursos

dominantes é um fenômeno como “uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou aquilo que é a ele identificado como uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas”.

Como um dos protagonistas na legitimação do projeto dominante, intelectuais católicos participavam das trincheiras de combate as manifestações consideradas como uma ameaça à ordem estabelecida. Como expressão da totalidade católica do período, o mesmo ocorreu em Maringá. Por isso, a preocupação da Igreja com a formação dos trabalhadores, o que incluía os camponeses. Era fundamental neutralizar toda e qualquer manifestação sindical independente ou classista.

Conforme Rodeghero (2006, p. 181), esse fenômeno fez parte da vida de inúmeros trabalhadores e organizações coletivas no Brasil ao longo de todo o século XX. Denominações como: “inimigos da pátria”, “tiranos vermelhos” e “soldados de Moscou” revelam a imagem negativa que durante muito tempo foi sustentada pela mídia, embora não apenas por ela, sobre os comunistas” e seus adeptos.

A fala de Dom Jaime no artigo em que se comemora o terceiro ano da Frente Agrária, marca a valorização da FAP, que nasceu em meio a uma luta intensa, na qual a igreja afirmava que o comunismo era pregado e vivido abertamente, no entanto a comunidade arquidiocesana não poderia fechar os olhos a tremenda realidade, utilizava de todas as formas para barrar qualquer ação: “Para quem lutou sozinho, não somente quase sozinho, mas com forças adversas e contrárias, os resultados da Frente Agrária, são realmente consoladores. Voltam-se os nossos cuidados aos trabalhadores do campo” (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964h, p. 3).

De tal modo, as ações de Dom Jaime e da FAP foram amplamente noticiadas pela imprensa maringaense como medidas de contenção ao comunismo, subversão ou baderna. A linha editorial é bem conhecida: reiterava-se a necessidade do governo tomar medidas para garantir a paz e impedir a difusão de ideias que desviassem os trabalhadores dos desígnios de Deus.

No artigo publicado em 2 de maio de 1968 analisa a medidas defendidas pelo governo.

[...] A Igreja contudo interessa no momento atual, que haja ao lado de medidas de ordem econômica e efetivo ao combate à subversão. E por combate a subversão entendemos nós não apenas a repressão rotineira, mas a grande subversão moral que atinge no momento proporções inédita, publicações, cinemas, televisão e teatro, são grandes armas de que se lança não só no

momento em nosso País, para a subversão da mocidade brasileira numa onda de moralidade, que sob rótulos diversos atinge seriamente aos fundamentos da família brasileira [...] (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968e, p. 10).

O texto “Grande subversão” defendia a para além da coerção, a censura das de atividades culturais e a distribuição de materiais considerados prejudiciais aos fundamentos da família. Novamente, tem-se a ênfase na preservação de um modelo idealizado de sociedade e família, o incentivo a repressão das liberdades individuais, a censura as artes e a formação acrítica do homem (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968e).

A Igreja de Dom Jaime agiu combatendo o comunismo e agregando os trabalhares rurais sob temas como a melhoria no campo, a valorização do local, a dignidade humana, como apontam Priori *et al.* (2012), o enfrentamento da questão da terra pela FAP foi uma estratégia de evangelização e desmobilização dos trabalhadores que, poderiam aderir ao Socialismo e abandonar o tradicionalismo cristão.

O artigo, apresentado na Figura 12, traz a imagem emblemática de uma mão representando a suposta “tirania” comunista sufocando a “liberdade”, “o pão”, “a família” e “Deus”. Dessa forma, pretendia-se por meio da ilustração associar o comunismo com a destruição de nossas tradições. Porém, como expressão ideológica dos interesses dominantes, não é abordado a concentração de terras nas mãos de poucos e nem a penúria de amplas massas camponesas que sequer tinham o pão em suas respectivas mesas.

O texto aborda o 3º aniversário da Frente Agrária Paranaense, enaltece seus feitos e critica a falta de apoio do governo. Há no texto, vocábulos como “vendido”, “arrogante”, “demagogia”, “mentira” e “subversão” “sindicatos vermelhos” para relacionar o governo federal e os defensores do Comunismo no Brasil, no Paraná.

Figura 12 – Queriam roubar-nos: mas a fé em Cristo venceu



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1966b, p. 2).

Como se percebe, a ação dos trabalhadores não vinculados a FAP é caracterizada como desordeira e antipatriota. Expressões como “foice batendo quebrados”, “tal advogado”, “fugidos e foragidos”, “que nem criminosos”, “fora de seu campo de atuação”, “à espreita”, “futura investida”, “fazendeiros desalmados”, “contratos”, “largam o gado”, ajudam a compreender a visão que a Igreja tem da mobilização dos trabalhadores, no campo. Em síntese, toda organização sindical que não coadunasse com os preceitos católicos era caracterizada com “criminosos”.

Com a foice e o martelo queriam roubar-nos tudo o que temos de mais precioso, o pão, a liberdade a família até o próprio Deus, queriam arrancar nossos altares. Apoiados por um governo vendido, se levantaram arrogantes, arrotando demagogia, mentiras e subversão. Faz um ano que a mesma FAP, que hoje jubilosa comemora seu 3º aniversário, protestou virilmente contra essa onda comunizante, que por meio de sindicatos vermelhos se espalhava pelo Brasil e pelo Paraná afora. O nosso protesto não foi ouvido por eles naquela ocasião. Mas hoje estão com a foice e o martelo quebrados. Pois onde está o tal advogado, onde está o tal vereador, onde estão os tais presidentes de sindicatos de Maringá? Uns estão presos e outros foragidos, outros com ordem de prisão, mas todos que, nem criminosos, estão fora do seu campo de ação. Muitos deles é verdade

esperando a oportunidade para expulsar os colonos mesmo antes da acabar os contratos, da fazenda a revolve ou a facção, como fez aquele outro médico de Maringá. Esses são os comunistas do Brasil. Como também aqueles outros, daquela quadrilha de ladrões de Maringá que roubam terras, sítios e caminhões, que escondem naquele sítio encapoeirado, naquela estradinha onde represaram a água com prejuízo dos sitiantes vizinhos, quadrilha essa que enfrenta impunemente a revolução, policia juizes e autoridades [...] tornando-os todos cúmplices. Esses são os comunistas do Brasil e seus maiores auxiliares, vamos acabar com eles, é tempo. É tarefa da Frente Agrária, trabalhar nesse sentido na lavoura, isto é auxiliar ao lavrador abandonado e oprimido (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1966c, p. 6).

Para caracterizar a FAP e sua atuação, nos 03 anos de existência, são utilizadas expressões que expressam coragem, prudência, obediência, resiliência: “jubilosos”, “virilmente”, “precioso”, “auxiliar na saída do atraso”, “fazer dele o brasileiro mais digno”, querer o “bem do Brasil”. Observa-se um repleto de expressões que indicam o pensamento conservador da Igreja. A FAP, conceituada como a salvadora do homem do campo que trabalha pacificamente, não questiona o poder da polícia ou as decisões judiciais, que não é “cúmplice” dos comunistas do Brasil.

As análises incitadas pelo artigo exposto permitem evidenciar que a pobreza, a injustiça social, a ausência de reforma agrária foram naturalizadas pela FAP. E, A Folha do Norte do Paraná contribuiu por meio de sua linha editorial para a naturalização do quadro que se apresentava. Entende-se com Sodré (1999) que cada jornal teve embates locais, regionais e até nacionais para se firmar. E, ao longo das décadas, os editoriais ganharam *status* de “voz” do povo e auxiliaram na constituição da sociedade capitalista (FRANQUI, 2017).

Assim, a Igreja Católica contribuiu para a criação de consensos, os disseminou via mídia jornalística influenciando a consciência da classe trabalhadora e mantendo-a passiva frente à sua condição excludente de classe. De certo modo, ela ajudou a delimitar os espaços sociais dos homens e o seu poder de atuação como sujeitos sociais.

5 A PEDAGOGIA DA FOLHA DO NORTE NA VEICULAÇÃO DO DISCURSO E AÇÕES PRÁTICAS DA FAP

Nesta seção reflete-se sobre a atuação da FAP junto aos trabalhadores, sua função educativa e o rumo político delineado aos movimentos no campo.

Figura 13 – FAP: símbolo



Fonte: Cúria Arquidiocesana de Maringá (1963, p. 1).

5.1 A FUNÇÃO EDUCATIVA NO CONTEXTO DOS TRABALHADORES

O esclarecimento e a informação nunca foram amplamente democratizados, no Brasil. A imprensa surgiu tardiamente no país e, ao longo de sua constituição, referendou contraditoriamente, o poder local (MARTINS; LUCA, 2006). Do Brasil Colônia à atualidade, a imprensa atua dialeticamente na reprodução e na transformação da materialidade dos homens.

Cardoso e Westphalen (1981) referem à história de formação do estado do Paraná, destacando o fato de que, o estado no cenário nacional por seus recursos naturais e seu poder econômico, principalmente no cultivo do café, o estado acolheu um grande número de imigrantes para o trabalho na colheita, na colonização da cidade de Maringá não foi diferente. Para Rompatto, Guilherme e Crestani, no livro “História do Paraná” (2016), a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná primou pela distribuição de terras na forma de pequena propriedade, esta iniciativa tornou-se um verdadeiro projeto de reforma agrária. A abertura da frente cafeeira no século XX inaugurou uma das maiores frentes cafeeira, configurando o período como um momento em que houve um dos maiores movimentos de migração interna do Brasil.

MARINGÁ TAMBÉM QUER ANTECIPAÇÃO NOS PREÇOS DO CAFÉ

Confirmou o chefe do executivo que o deputado federal Hermes Macedo vem solicitando apoio em todas as prefeituras das zonas cafeeiras do Paraná e de São Paulo, tendo em vista que esta sua solicitação dirigida ao Instituto Brasileiro do café, visa antecipar ainda para o próximo mês julho a vigência de novos preços que entrariam em vigor somente a primeiro de janeiro do próximo ano. O prefeito Luiz de Carvalho fez questão de enumerar as vantagens provenientes dessa emancipação do preço do café, ressaltando os benefícios que isso proporciona aos homens da agricultura vítimas de tão desanimadora política cafeeira atualmente posta em prática (A FOLHA DO NORTE PARANÁ, 1967f, p. 8).

A notícia sobre o café, uma cultura essencial na formação da cidade de Maringá (COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ, 1974). Pesquisadores com o Dias e Gonçalves (1999, 2011) ratificam a importância desta cultura na história da cidade. Os imigrantes ajudaram na colheita do café na formação da população maringaense (ROBLES, 2007).

A terra fértil, o solo roxo garantiu prosperidade aos grandes latifundiários e a cidade de Maringá cresceu sobre a égide de cidade moderna (RECCO, 2008). E, o “ouro verde do Brasil” (SANCHES, 2006) fez a cidade crescer rapidamente, ampliando suas atividades na área de serviços e na indústria. Pode-se depreender da leitura do jornal que a atividade cafeeira criou novas relações trabalhistas, aumentou a desigualdade social, a exploração do homem pelo homem. E, a Igreja não desmascarou esta exploração e a exclusão a que o pequeno trabalhador rural ficou exposto. As longas jornadas de trabalho no campo, as precárias condições de labor, a desumanização provocada pelo trabalho assalariado não era problematizada no discurso publicizado no jornal havia, uma ocultação deste caráter alienante do trabalho (GOMES, 2018).

A naturalização das desigualdades sociais encontradas no periódico, pela sociedade burguesa expressa as contradições do capitalismo que para manter-se, faz uso de mecanismos de dominação com acesso a textos que negligenciavam as reais condições de produção da existência.

A possibilidade da dominação é dada, segundo Gramsci, basicamente por dois fatores: A interiorização da ideologia dominante pelas classes subalternas e a ausência de uma visão de mundo coerente e homogênea por parte das classes subalternas e na ausência de uma visão de mundo coerente e homogênea por parte das classes subalternas que permita autonomia. As classes dominadas ainda estão presas ao senso comum (MOCHOCOVITCH, 1988, p. 13).

A imprensa ao colocar-se como representante dos interesses da sociedade como um todo, escamoteia os interesses privados que defende. A “A Folha do Norte do Paraná”, de forma análoga, difunde as ideias e valores da Igreja como expressão dos interesses universais, o que contribui para a manutenção da hierarquia social como algo imutável. Não se tratou de uma ação isolada de Dom Jaime em suas atividades apostólicas. Inúmeras figuras do clero e mesmo do laicato católico exerceram essa função. De acordo com Rodrigues *et al.* (2018), estudiosos do Catolicismo Contemporâneo destacam que Alceu Amoroso Lima, porta voz dos interesses da Igreja Católica, participou de atividades que estiveram ligadas a campo cultural, escrevendo, ensinando e organizando eventos e publicações em nome do catolicismo.

Os órgãos de imprensa aspiram a um discurso universal, válido para toda sociedade, e os periódicos citados no transcórre do trabalho, como fóruns de debates, não se constituem em exceção, pois na prática trabalhavam para uma particularidade: os interesses da classe à qual pertenciam, construindo representações sobre a escola ideal para os “interesses nacionais”, em um momento particular, no qual o tema educacional frequentava constantemente as diferentes seções de grandes periódicos. Nesses termos, é importante salientar, por fim, que os periódicos são aqui entendidos como “produtos sociais”, isto é, como resultado de um ofício exercido por inúmeros intelectuais e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas dos interesses de classe (GOMES, 2001, p. 21).

Diferente da educação escolar, a educação encontrada na sociedade, cujo o contexto da imprensa, vai além dos muros da escola. A imprensa ocupa um papel de constituição de uma determinada sociabilidade. Ainda, aspira um discurso universal e ratifica determinado projeto de sociedade. A imprensa sempre procurou atrair o público e conquistar seus corações e mentes, com o objetivo de “atrair apoio para uma causa, seja ela comercial ou política, e para isso a imprensa se utiliza de diversos recursos”.

Considerando o contexto social e político do início dos anos de 1960 e o empobrecimento dos trabalhadores do campo e da cidade, verifica-se uma crescente mobilização operária através de greves e formação de sindicatos, o que criava um desconforto para as oposições. A justiça social almejada foi uma bandeira do Partido Comunista da época e em torno dessa ideia, os trabalhadores rurais maringenses

passaram a organizar-se, juntar forças para defender melhorias nas condições de trabalho. Isso incomodou os patrões e os fez criar estratégias para desmobilizar os trabalhadores. Nesta tarefa, a Igreja posicionou-se ao lado do grande capital contribuindo para desmobilizar a classe trabalhadora.

Discursivamente, a Igreja deveria educar essa população marginalizada garantindo salubridade e alimentação. O fato de o trabalhador não ter condições de vida adequadas e trabalho não foi problematizada pela Igreja como uma consequência do êxodo a que o trabalhador rural tinha sido submetido. A Igreja atuou na superfície da questão social e por isso, não houve alterações significativas para o trabalhador do campo ou para o da periferia da cidade. Isso foi reiterado por Pereira (2007), que considera a Maringá daquele momento, um reduto do catolicismo. As lideranças da cidade tinham um pensamento conservador, fato que contribuiu na formação da população. Outra categoria evidenciada nas análises dos documentos foi a relação entre o trabalho e a luta de classes apresentada pela Frente Agrária.

Essa evidencia pode ser constatada no artigo apresentado na Carta aberta, na qual Dom Jaime pronuncia-se as autoridades responsáveis a manutenção da ordem.

Segunda Feira dia 14 Maringá foi palco de cenas dum vandalismo degradante. Não parecia mais uma cidade civilizada. Nem a última guerra. Nem na última guerra no Norte do Paraná se viam cenas assim contra os súditos do eixo. Tivemos um prejuízo de cem mil cruzeiros. Tivemos um prejuízo moral maior. Tivemos que apresentar nossas desculpas aos nossos hospedes de Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro entre eles o ilustre gal. Idálio Sardenberg; passamos vergonha. Creio que tenho direito em formular uma pergunta. É um fato dos mais conhecidos que por ocasião de “Enterros” de adversários políticos elementos desclassificados aproveitam o ensejo para provocar arruaças e depredações. Pergunto eu porque dia 14 não ouve policiamento preventivo ou repressivo? Porque uma tuba de moleques instigados por meia dúzia de adultos sem classificação, conseguiu depredar os hotéis de Maringá? E o que houve no dia 13? Não queremos a cabeça de ninguém. Sabemos que cel Harold é um homem corajoso e cumpridor dos seus deveres. Mas queremos saber quais as influencias ocultas ou não que impediram a ação da polícia. A parte ordeira do povo de Maringá, tem direito a um esclarecimento (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1962, p. 2).

Na carta aberta de Dom Jaime, como é evidenciado, a preocupação era com a manutenção da ordem com a desqualificação do que considerava “adultos sem qualificação”, entendendo-se que o movimento acerca do II Congresso dos

trabalhadores rurais foi considerado pelos dirigentes da igreja uma ameaça aos valores sociais da época.

A religiosidade e a formação do trabalhador maringaense foram temas abordados por Chasin (1979) e Chiquim (2005). A construção de uma sociedade democrática prescindia, segundo estes autores, da formação na fé cristã. A Igreja deveria atuar como mãe que zela por seus filhos. Os diocesanos deveriam refletir sobre a Palavra cotidianamente. Corpo e espírito formavam o homem. Observa-se nos textos de Dom Jaime uma atitude de apaziguar conflitos, de manter a mansidão de coração, solidariedade, vivência das virtudes cristãs medida em que os trabalhadores passaram a se organizar. A Igreja passou a atuar no campo. E, conforme Serra (1991) este fato ocorreu apenas em razão dos conflitos pela terra, conforme evidencia o artigo abaixo.

GOVERNO QUER AMPLA REFORMA NO SISTEMA SINDICAL DO PAÍS

Um dos primeiros alvos do sindicalismo autêntico é a criação de que o governo considera um esquema básico de reivindicações que zele pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Esse esquema que tem quatro itens fundamentais e vários subitens, será conduzido executivamente pelos sindicatos, merecendo especial destaque a parte relativa à defesa do salário real dos trabalhadores. A tese é a de que os rendimentos dos operários não podem ser diluídos com a concessão de meros reajustamentos salariais que não correspondem ao aumento do custo de vida e, na verdade só tem servido para justificar a alta nos preços da indústria e no comércio. Estes setores, assim, encontram justificativas para aumentar preços e lucros, sem que com isto a mão de obra empregada receba melhoria verdadeira em seu aquisitivo (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1966a, p. 4).

A manchete destaca “Governo quer ampla reforma no sistema sindical do país”, notícia que impacta o leitor e desperta seu interesse. As letras em negrito e fonte tamanho grande dão visibilidade a ideia. O governo pretende transformar os sindicatos em órgãos de luta pela casa própria, pelo ganho real do salário, pelo que considera o “sindicato autêntico”. Argumenta o autor da matéria, que o modelo de sindicato pensado pelo governo zelará pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores no trabalho e fora dele. Os sindicatos que aderirem à proposta de transformação conduzirão o processo de mudança e serão responsáveis por uma mudança no país:

trabalhadores com melhores salários, qualificação do trabalhador empregado e geração de milhares de novas vagas aos jovens em idade de ingressar no mercado.

A notícia apresenta-se como um “bálsamo” ao trabalhador e, um problema aos sindicatos que perderão sua autonomia e ficarão descaracterizados de defender a classe trabalhadora. Bahia (1990), Carvalho, Araújo e Gonçalves Neto (2002) discutem o papel da imprensa na educação da sociedade, a inserção dela nos problemas de cada época e os principais temas que abordam. A imprensa jornalística considerada formativa, que de forma subliminar também ocupa-se do educar. Desse modo, cabe ao leitor, aguçar o olhar para interpretar notícia e filtrá-la. A divulgação do ideário cristão por Dom Jaime foi objeto das pesquisas de Robles (2007, 2017) e Neves (2009).

No artigo, em destaque observa-se que o padre Tadeu relata o caso de jovens que estão em busca de emprego, que têm cursos; mas, que em virtude do fechamento das fábricas estão à procura de trabalho. Parte desta ideia para discorrer sobre a necessidade de despertar no jovem o interesse pelo trabalho, uma estratégia, segundo ele, de concretizar a justiça social.

O artigo “Quer trabalhar”, aborda:

Algum tempo atrás, numa igreja de Porto Alegre me apresentou um jovem de 18 anos com um pedido de trabalho. Percorrerá diversas repartições e baterá em muitas portas. Todos os papeis estavam em dia, com o curso de auxiliar de escritório e auxiliar de alfaiate. No desespero de causa se encaminhara a redação de um jornal cuidadosamente recortou a referência que sobre ele se pública. Mas ele continuava a vaguear, vindo de longe, jogado por aí, desconhecido sem saber o que fazer. Estes casos, infelizmente são frequentes, o número de desempregados é elevado. Muitas fabricas já enjoadas de tanta insistência, afixaram a tabuleta informando não há vagas. Como poderão os desempregados resistir? Quando falamos em direito ao trabalho a confusão aumenta: como exige-los? Aonde reivindicar esse direito? (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964h, p. 8).

O artigo “Quer trabalhar” reflete sobre o direito ao trabalho, as obrigações de empregadores e empregados, a responsabilidade do indivíduo por ser “empregável”. Discute que a Encíclica do Papa Pio XII sobre a justiça e caridade ensina que o amor é base da caridade e da justiça social. Por outro lado, se não houver justiça social não há caridade. Logo, o emprego não é obra de caridade, é um meio de realizar a justiça social. Por isso, segundo o padre Tadeu, os jovens devem ter iniciativa, empreender porque as empresas têm “boa vontade” de empregar.

Exercer o direito ao trabalho seria responsabilizar-se pelo seu “progresso”, ter “coragem” de criar. O religioso enfatiza que é dever do cristão demonstrar capacidade de iniciativa. Querer trabalhar é uma obrigação social e um “dever cristão”. Ao analisar brevemente o texto é possível dizer que ele naturaliza o desemprego e responsabiliza o trabalhador por sua condição marginal na sociedade capitalista. O dinamismo do capitalismo no meio rural maringense é ratificado em Trintin (1989), Vieira (1999), Serra (1991), Sodré (1966, 2011) e Schallenberger e Schneider (2010).

O editorial “Operário do Paraná” (1968), foi idealizado para homenagear os trabalhadores paranaenses que na perspectiva da Igreja, contribu am   grandeza do estado.

OPERÁRIO DO PARANÁ

Hoje, dia do trabalhador queria dedicar este editorial especialmente ao operário do Paraná. A todos eles, que a todas grandezas desta terra maravilhosa. Ao bravo operário rural que chega longe, armado de machado, abriu floresta e plantou lavoura. Aos valorosos trabalhadores urbanos, constrói casas, que vem multiplicando cidades paranaenses as residências modernas os mais arrojados edifícios [...] ao operário técnico, o romântico, motorista, jornalista e o poeta cantor (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968g, p. 5).

O texto cita diferentes operários e a cada um caracteriza com um adjetivo: “bravo operário rural”, “valoroso operário Urbano” importante operário técnico”, “alegre operário operador de motoniveladora”, “romântico operário motorista”, “dinâmico operário do comércio”, “valente operário policial e guarda de segurança”, “operário líder”, “operário industrial que honra o estado”, “professor operário da inteligência”, “jornalista operária da informa o”, “sacerdote operário da alma”, “o poeta operário do canto”. Estes trabalhadores são enaltecidos por contribuírem com o progresso, por garantir tranquilidade   popula o, levar as riquezas de um lugar a outro do estado, por levar ao mundo um pouco do que é o Paraná.

Numa perspectiva romantizada da realidade, o trabalhador é representado como “sem problemas”, feliz e realizado, um elemento essencial ao Estado. E, o governo lança, neste editorial o slogan: Paraná: aqui se trabalha! Ele quer marcar o estilo dos paranaenses: trabalhar sempre e pedir a ben o divina! Reitera-se a ideologia de que trabalhar edifica, de que a preguiça deve ser combatida. A efervescência de ideias produzidas pela imprensa na consciência dos trabalhadores

está entrelaçada com a vida material do trabalhador e com o intercambio material dos homens. Marx e Engels (2011, p. 36-37) apontaram que:

O representar, o pensar, o intercambio espiritual dos homens, aparecem aqui na linguagem da vida real aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem política, das leis, da moral, da religião da metafísica etc. de um povo. Os homens são produtos de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercambio que a ele corresponde até chegar a sua formação mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é seu processo de vida real. E se em toda ideologia, os homens em suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre do seu processo histórico de vida, do mesmo modo que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico.

A partir do que os homens, pensam, representam, imaginam, faz parte do processo de como os reflexos ideológicos influenciam na sua realidade transformando o seu pensar. A transformação cria nas massas a consciência de existir, contrária a qualquer outra possibilidade de vida a não ser aquela que habitualmente costuma-se viver.

É no trabalho que Marx (2011) aborda atividade afirmadora da vida que forma a existência dos indivíduos e instaura-lhe um caráter social, por meio dele se manifesta a superioridade humana ante os demais seres vivos, é a fonte de riqueza e o bem material. “O tempo de trabalho suscetível de ser utilizado desta forma depende da quantidade de forças de trabalho (dito de outro modo, do conjunto de indivíduos aptos para o trabalho no seio da sociedade)” (MARX; ENGELS, 2011, p. 55). Desta forma as análises expressam um conceito de desigualdade presente na sociedade burguesa ao mesmo tempo que eleva a riqueza de uns leva a miséria de outros, observados na relação dos trabalhadores e os donos dos meios de produção nas páginas da imprensa.

As evidências na investigação destacam que “A Folha do Norte” fez parte do conjunto dos meios de comunicação ligados a imprensa que contribuiu para a disseminação das ideias anticomunistas em todo país. Dessa forma, criou-se um princípio educativo de que o comunismo deveria ser eliminado do contexto dos trabalhadores. Marin e Pereira (2020) e Marchi (2001) pesquisaram a atuação da

Igreja e mencionam ser essa uma força ideológica que atuava para a prevalência da classe dominante. Seus princípios são conservadores e, por vezes reacionárias. “A formação do clero sem caráter sensacionalista” (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968c) é o título do artigo publicado no periódico de Dom Jaime expressa um dos desafios da Igreja, segundo a perspectiva dela. O artigo abaixo enfatiza: “A formação do clero sem caráter sensacionalista”:

A missão de informar torna às vezes difícil o cumprimento fiel do dever que tem a imprensa de informações bem, pois, nem sempre o tempo permite a apuração completa dos fatos ou o próprio espaço, tão valioso na imprensa moderna, reduz a notícia a ângulos incompletos. Para a Igreja no Brasil está dificuldade tem-se transformado, não rara as vezes, em deformações e noticiários sensacionalistas. Assim o caso do seminário Mariana, em Minas Gerais ganhou repercussão na imprensa do País, transformado em sensacionalismo pelas deformações com que foi sendo noticiado e pela generalização que se pretendeu estender o problema (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968c, p. 2).

A Igreja defendia, no texto, a existência de obstáculos à formação do clero. A imprensa, conforme o defendido no artigo, manipula a informação, mostra os fatos descontextualizados e de forma sensacionalista. Assim, decisões da Igreja que, competem, somente a ela, ganham o público de forma superficial e distorcida, generaliza-se uma notícia sem o devido aprofundamento. Desse modo, conforme o texto, as orientações do Concílio Vaticano II sobre a abertura da Igreja para discutir temas como o celibato ou o trabalho remunerado de seminaristas fora dos seminários acabam ganhando interpretações que colocam os bispos em situações complexas. No Brasil, conforme o artigo, os bispos vivem a pressão pela renovação versus a manutenção da pedagogia conservadora da Igreja.

O religioso afirmava que a Igreja abria-se aos novos tempos e estava atenta a formação do clero, mas, preocupada com o sensacionalismo que envolve suas decisões. A formação eclesial tem atendido a conveniência da modernidade e ele busca “viver o Evangelho”. Nas palavras do religioso, não há um só tipo de seminário ou ordem. Lembra os fiéis que é preciso “praticar o bem, a amar a família e ao próximo, a atender dos mais necessitados e se colocar ao lado do trabalhador”. Pode-se dizer que o texto educa o trabalhador ao defender a receptividade da Igreja aos novos tempos.

O artigo evidencia o “Desenvolvimento social” faz uma análise das condições mundiais e dos desníveis de riqueza entre os povos. Enfatiza que a miséria atinge o mundo em que o desenvolvimento sendo sem dúvida um grande tema da política moderna.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Pretendemos por uma série de artigos refletir o tema do desenvolvimento, para justificar essa nossa pretensão, basta verificar os escandalosos problemas mundiais, baseados fundamentalmente no subdesenvolvimento esse que manifesta através dos desníveis entre a riqueza e a miséria de nações, regiões setores e classes. “O desenvolvimento” é sem dúvida o grande tema da política moderna. O período de 1960 a 1970 foi denominado pelas Nações Unidas de decênio do desenvolvimento dando-lhe assim atenção primordial. O papa Paulo VI, em pronunciamento ainda durante o Concílio do Vaticano II, prendeu-se no tema do desenvolvimento, como instrumento da promoção da justiça social e conseqüentemente da paz social (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1965a, p. 4).

Entre 1961 e 1969 a Igreja, por meio do Papa Paulo VI, incentivava o movimento pela justiça social. Paula (2021) chama a atenção sobre o papel da imprensa na formação de representações sociais, na definição de papéis, como o da mulher, o da família, o do trabalhador, por exemplo. Infere-se na imagem que segue a reiteração dos valores da sociedade da época. A coerção social, a repressão à livre manifestação de ideias, a supervalorização da religião convive com a defesa da liberdade, com a denúncia das mazelas sociais (PERIOTTO, 2013).

Na notícia abaixo, verifica-se que se destinavam momentos para o leitor acompanhar as realizações da Igreja na valorização de seu povo.

O MUNDO PRECISA DE AMOR

São Paulo – Cerca de 200 mil pessoas são esperadas hoje na cidade de Aparecida do Norte, para assistir à cerimônia de entrega da Rosa de Ouro, enviada pelo Papa Paulo VI, no Santuário da Padroeira do Brasil, nesta data em que se comemora os 250 anos da aparição da imagem de Nossa Senhora nas águas do rio Paraíba (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968f, p. 2).

Em “O mundo precisa de amor” e na sequência, “Brasil recebe hoje do Papa a Rosa de ouro” há o destaque para a Igreja do Brasil. Noticia-se que 200 mil pessoas compareceram a Aparecida do Norte para assistir à cerimônia de entrega da Rosa de Ouro enviada pelo Papa VI ao santuário em São Paulo. Desse modo, a Igreja local

firma os diocesanos no culto católico. Para Lustosa (2004), Martins e Luca (2006) e Luca (2008) os periódicos devem ser apreendidos de forma contextualizada. Eles trazem uma visão de mundo, uma concepção de homem e sofrem as influências ideológicas de cada época. Neste sentido, este tipo de notícia, não se apresentava como furtiva, mas, tem a intenção de educar o homem.

A matéria “Padre Arrupe chega depois de amanhã” visava convidar os maringenses a recepcionarem o religioso Jesuíta no aeroporto Gastão Vidigal. Conhecido como o “Papa negro no Brasil” e viria à cidade para formar a juventude.

Figura 14 – Padre Arrupe chega depois de amanhã



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1964f, p. 3).

O Padre Arrupe era membro da Companhia de Jesus e apresentado pelo jornal como homem de compromisso com a fé e a justiça. O artigo de Roux (2008), estudioso francês em ciências sociais das religiões, aponta características sobre o Padre Arrupe.

Sa riche expérience personnelle l'aidera à avoir une large vue d'ensemble du monde contemporain et des défis que ce dernier posait au catholicisme. Né à Bilbao, Arrupe entra dans la Compagnie de Jésus à Loyola, après deux années d'études de médecine à Madrid.

En Espagne, il fit ses études de lettres classiques et commença celles de philosophie, qu'il continua au Pays-Bas après que le gouvernement de Manuel Azaña eut décrété, en 1932 (ROUX, 2008, p. 1).¹⁶

As informações sobre a chegada do Padre que circulavam no periódico enfatizavam do padre educador na formação da juventude e sua contribuição para que os livrassem de todos os males da sociedade. Trata-se, como podemos perceber, de uma mensagem que objetiva formar nos educandos a consciência de manutenção da ordem.

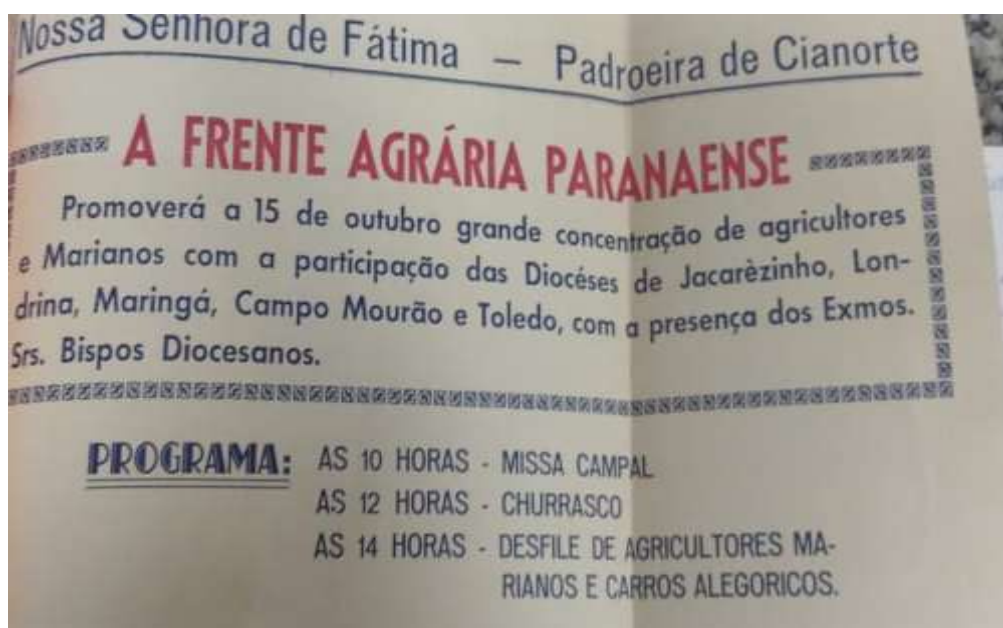
O jornal nas páginas diárias ressaltava que a maneira de ser dos pais refletia na educação dos filhos, como destaca o artigo publicado em 1965 “O nosso ideal, a nossa maneira de ser, será herdado pelos nossos filhos, e por esta razão será dever de cada um interessar pela sua juventude, para que nossas crenças, nossa língua, nossa obra realizada toda vida não desapareça” (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1965c, p. 3). Por isso a importância dos orientadores espirituais, Professores e a família na educação das crianças e jovens. Não importava a situação social dos pais seja ele industrial ou colono, é perante Deus e a Pátria o responsável pelo amparo e o bem estar dos seus filhos (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1965d, p.3).

A função educativa da imprensa foi essencial no contexto dos trabalhadores pois ao mesmo tempo que informava, educava, incorporando ideias que forjavam a reprodução e a manutenção do sistema perpetuado pelos valores cristãos.

Além da evidencia das influências da Igreja no campo educacional o movimento da Frente Agrária fortalecia-se na sociedade maringense por meio da mobilização de ações sociais e culturais. Esses eventos tinham como objetivo estabelecer um controle sobre a população por meio de festividade que traziam nas entre linhas a manutenção da ordem, disciplina e controle dos valores e ideias da sociedade.

Figura 15 – A FAP em ação

¹⁶ “Sua rica experiência pessoal o ajudou a ter uma visão geral ampla do mundo contemporâneo e os desafios que ele colocou para o catolicismo. Padre Pedro Arrupe entrou na Sociedade de Jesus em Loyola, depois de dois anos de estudos médicos em Madrid. Na Espanha, ele estudou clássicos e começou a filosofia, continuou na Holanda após o governo de Manuel Azaña decretado, em 1932” (ROUX, 2008, p. 1, tradução nossa).



Fonte. Cúria Metropolitana de Maringá (1963, p. 1).

Este evento regional da Frente Agrária compunha a agenda de ações assistenciais e culturais promovidas pela FAP, junto aos trabalhadores.

5.2 A FOLHA DO NORTE E O POSICIONAMENTO POLÍTICO DA IGREJA CATÓLICA EM RELAÇÃO AOS TRABALHADORES DA REGIÃO DE MARINGÁ

Por meio da “A Folha do Norte do Paraná”, Dom Jaime e seus colaboradores atingiam um grande público regional. A linha editorial e os diferentes artigos notabilizaram-se pela defesa dos dogmas católicos e dos valores convergentes com os grupos dominantes.

A matéria “A imprudência dos católicos”, de autoria de Frei Luis Maria Sartori, publicado no jornal “A Folha do Norte do Paraná” do dia 30 de agosto de 1967, expressava a preocupação com o comportamento imprudente dos cristãos quando se acovardavam diante do crescimento do materialismo e do ateísmo na sociedade. Segundo ele é preciso trazer a sociedade, as famílias, os sindicatos, a política e economia para os preceitos cristãos; não se acovardar, não se calar. Isto significa, não abrir mão de trazer “paz” e “ordem social”. O frei questiona: “será que é prudente calar-se ou é prudente colocar-se socialmente na defesa do outro pautado nos princípios cristãos? O bom católico é aquele que não se acovarda, que não deixa avançar o materialismo sobre as famílias, sobre todos os setores da vida” (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1967f, p. 2).

A IMPRUDÊNCIA DOS CATÓLICOS – PARTE 2

Os Espertos – diz um grande autor da Igreja em concílio que a prudência possui dois olhos: um olhando um olhando para trás, para conservar aquilo que o passado possui de válido para todos os tempos e outro olhando para frente considerando o que vem pelo progresso. Afim que achegada dele não surpreenda. Os filhos das trevas, entre si unidos sabem aproveitar as coisas da terra [...] para transforma-las e meios de conseguir seus intentos egoístas. Aí estão as famílias se desagregando na maioria das nações, os sindicatos caindo nas mãos dos comunistas, as fabricas e outros ambientes de trabalho se transformando em focos de revolta e corrupção, a política cometendo abusos os mais inomináveis, a economia sufocando a liberdade pessoal porque cheia de injustiças: O trabalho transformado em mercadoria, o dinheiro se elevando a posições de domínio, a vida social encubando luta de classes por que se foge covardemente do diálogo estrutural que constrói sociedades orgânicas [...] Os Prudentes nós os cristãos, com a melhor e única doutrina, a luz para o sistema de uma vida moderna, a confiança é indispensável para ver que seus frutos são de paz e de ordem! (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1967e, p. 2).

Na perspectiva do artigo publicado pela Folha, a história possui elementos “válidos para todos os tempos”, que devem ser conservados, mas ignora que a cada período da história constrói a partir das relações estabelecidas entre os homens uma moral própria. Nesse sentido, o autor defende um modelo de sociedade idealizado a partir dos valores cristãos. É evidente ao longo do artigo a associação entre os “filhos das trevas” e o comunismo, responsável pela desagregação das famílias e corrupção no trabalho, sindicatos, além da descrença em Deus.

Diante dos argumentos elencados, o autor é incapaz de perceber que a transformação do trabalho em mercadoria não é um fenômeno que expressa a ausência de Deus, mas expressão das relações capitalistas que o periódico defende ao negar as transformações históricas em nome da “paz” e da “ordem”. Segundo o Frei, a prudência inclui conservar a tradição, sem “amarrar-se” a ela e, frente aos novos tempos, não se deixa levar por novos valores. Para o Frei, há se que efetivar um equilíbrio e uma tomada de posição com base nos princípios cristãos.

Ainda no mesmo artigo, o autor enaltece os cristãos ao utilizar as expressões “nós cristãos”, “com a melhor e única Mística”, diferenciando-os dos demais indivíduos. Há neste discurso uma inclusão com o pronome “nós”, uma positividade desse “católico” em contraposição à caracterização do que seria o comunista. Estes aspectos linguísticos contribuem na formação do imaginário social (GRAMSCI, 1999).

Evidencia-se que o Frei, representa o católico ligado a ideia de “salvação”, de “luz” para a vida moderna e usa o verbo “levedar” no sentido de que os princípios cristãos devem fermentar a vida em sociedade, o trabalho, a ação dos sindicatos, a economia no intuito de estruturar a sociedade moderna dentro de preceitos cristãos. Isso coaduna com a perspectiva formativa da mídia jornalística defendida pela Igreja à época (DIAS; GONÇALVES, 1999).

Ao apropriar-se de recursos linguísticos o texto estrutura-se a partir de adjetivos enfáticos, tais como: “calados”, “covardes”, “desconfiados” em que se tem a ênfase na escrita visando reafirmar aquilo que o católico não deve ser. Reitera isso com a utilização do advérbio de intensidade; “gravíssima” é a falta de prudência daquele católico que não age, que deixa o comunismo guiar a vida em sociedade. Essa gradação é justamente para enfatizar a que nível chegou a não ação dos cristãos frente ao avanço do comunismo e utiliza os verbos “possuídos” para reafirmar que o católico deve vencer a apatia, construir uma sociedade estruturada na Fé católica, na mística de Jesus. O texto apresenta-se de forma contundente, ocupando um espaço físico de destaque no Jornal, tendo meia página recursos visuais que impactam o leitor e o convidam a aderir à leitura. E, conseqüentemente a ação.

Dom Jaime publicou vários artigos orientando a comunidade a posicionar-se contra as ideias socialistas, comunistas ou posições entendidas como tal, presentes em diferentes segmentos das lutas populares. Na publicação que segue, observa-se o discurso anticomunista, conforme apresentado: no artigo: “Falta de sentimento humano dos comunistas”:

O chefe comunista da Alemanha Oriental Ulbricht procura sempre novas fórmulas para conseguir vantagens da Alemanha Federal, aproveitando o compreensível desejo que sente dividida a população alemã de visitar os seus parentes. Contudo, as autoridades da Alemanha Comunista que fazem tanta propaganda na África e na América Latina, demonstra não ter em consideração qualquer sentimento humano. Se até hoje se negou a conceder passe livre para as visitas mútuas entre as duas Alemanha vem adotando ademais uma tática denominada como passo a passo”. Em um momento subscreve um convenio de visitas para em seguida, suprimir do texto os casos de visitas aos enfermos enterros de familiares, etc. (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1962a, p. 4).

O artigo é uma referência ao líder Walter Ulbricht, membro fundador do Partido Socialista Unitário da Alemanha (SED), que segundo Dom Jaime, não permite o passe

livre para as visitas múltiplas entre a Alemanha Oriental e a Alemanha Ocidental. Para o autor, era a demonstração da desumanidade do regime comunista, constatando, segundo os escritos, as mazelas geradas pela sociedade que se sucumbe aos seus preceitos. Porém, não há nenhuma palavra de condenação às arbitrariedades gestadas pelo golpe de 1964 e a ditadura que prosseguia no Brasil, o que não deve causar espanto a ninguém, pois o jornal se notabilizou por participar das trincheiras que defenderam os valores da burguesia.

5.3 OS MOVIMENTOS POLÍTICO-SOCIAIS EM MARINGÁ: 1961-1969

A seção apresentada destina-se a analisar a influência dos movimentos político-sociais existentes em Maringá e a inserção nos meios rural e urbano, nos anos 1961 a 1969 e a forma de atuação dos grupos principalmente no meio rural.

Segundo a pesquisadora Souza (2008), em sua obra “Movimentos sociais e sociedade civil”, as análises dos movimentos sociais no Brasil foram influenciadas pelas ideias marxistas, em meados do século, principalmente, as que enfatizam a exploração do trabalhador no modo capitalista.

A concentração fundiária no Brasil constitui-se desde os princípios da colonização com a divisão do território em capitanias hereditárias e o roubo das terras indígenas. A independência em 1822 não representou a ruptura com o latifúndio, mas reforçou-o com a Lei das Terra em 1850¹⁷. A abolição da escravidão (1888) e a proclamação da República (1889) não alteraram o quadro. Nesse sentido, nem mesmo o direito a propriedade estava assegurado na República para a grande maioria dos trabalhadores rurais.

Não por acaso, a luta pela terra esteve presente ao longo de nossa história em diferentes regiões e estados brasileiros. Com a aceleração do processo de industrialização, as diferenças regionais ficaram mais evidentes. As forças populares reivindicavam espaço e poder na sociedade, ao passo que as forças dominantes, representadas pela burguesia industrial e pela oligarquia latifundiária, resistiam em ceder voz às classes populares na tomada de decisões.

¹⁷ Leis das Terras: Sancionada por D. Pedro II em setembro de 1850, foi uma lei que determinou parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras no período do 2º reinado (FORSTER, 2003).

As Ligas Camponesas surgiram no Governo Vargas e estruturaram-se com bases e orientações do PCB – Partido Comunista Brasileiro. Porém, foi somente durante a década de 1950 que as Ligas conseguiram uma integração que envolveu quase a totalidade do país, através das organizações ou ligas regionais. No entanto, com o golpe militar de 1964, as Ligas Camponesas foram extintas pelo poder da repressão ditatorial. Desta forma a luta pela Reforma Agrária transformou-se em luta política no final dos anos de 1950 e início dos anos 1960 e perpassou por diferentes conjunturas.

Os grupos dominantes procuram dividir as lutas, esvaziá-las politicamente, isolam os excluídos, tratando-os como marginais. Mas os movimentos sociais no Brasil apontam possibilidades para novas formas de organização, participação econômica, política e a construção da democracia. “A formação das Ligas Camponesas na região Nordeste brasileira foi uma das principais manifestações contra as consequências impressas pelo sistema capitalista no campo nordestino” (CORRÊA, 2017, p. 37). A Liga Nordestina fortaleceu outras que espalhavam pelo Brasil. Já na década dos 1940 estava claro para a população do campo nordestino a lógica do sistema capitalista brasileiro.

A desvalorização da produção e do trabalho camponês levou ao êxodo rural, em 1954, criou-se a ULTAB, União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, para a qual o PCB teve uma importante contribuição.

Essa contribuição se deu com Lindolfo Silva, militante que fez a frente deste processo. As UTABS tinham o objetivo de organizar os camponeses, e uma das formas de organização utilizada foi a criação das associações de lavradores. “A ULTAB não só desempenhou papel fundamental nesse processo de sindicalização que culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como também se constituiu na principal força em ação no interior da nova entidade.” Em contraponto a esse movimento de esquerda tivemos a participação da Igreja católica nas questões relacionadas ao campo, sendo representada através de uma visão conservadora nas Frentes Agrárias (PRIORI *et al.*, 2012, p. 192).

As Ligas Camponesas se constituíram em um movimento de combate ao latifúndio, liderado pelo Deputado Francisco Julião, em Pernambuco. Seus preceitos logo ganharam a aceitação popular e se estenderam para os estados da Paraíba e de Alagoas.

Polarizando o espaço social, os comunistas incentivaram uma reaproximação entre os dominantes. Os senhores das terras, o governo do estado, a grande imprensa, isto é o conjunto das elites se reuniu para reafirmar uma imagem social negativa do comunismo e o seu partido. A estratégia adotada foi a de reforçar uma ideologia anticomunista que já existia na sociedade, a qual não conseguiu impedir a implantação dos comunistas no meio rural. Mas este combate, ao mesmo tempo ideológico e simbólico, iria provocar a chegada de um velho ator, mas ainda muito poderoso: a Igreja Católica, preocupada diante da perda de confiança de seus fiéis da lavoura. O desdobramento disso viria a ser a constituição de organizações de combate contra a esquerda, na sua maioria empurradas pelos católicos, entre elas a Frente Agrária Paranaense. Preparando o terreno, a cruzada anticomunista desembocaria no golpe militar de 1964 (SILVA, 2007, p. 113-114).

As ligas espalharam por todos Estados e cidades, não diferenciando do que ocorria no período em Maringá. Os sindicatos exerceram papel relevante na organização dos camponeses, contribuindo para a identificação de classe. Observou que a Igreja Católica implementou ações que fomentaram a consolidação de sindicatos e promoveu discussões e cursos de formação de lideranças para disseminar novas ideias políticas. Entretanto, a Igreja buscava direcionar a força dos sindicatos, tentando desvencilhar suas práticas de um discurso de cunho partidário. (ROCHA FILHO, 2005).

Historicamente, evidencia-se que no governo João Goulart a questão agrária esteve em pauta, o poder Executivo teve grande envolvimento nas questões do campo, ocorrendo o primeiro congresso Nacional dos lavradores e agricultores em 1961, organizados pela União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, de Belo horizonte que foi demonstrado interesse. Ainda no Governo de João Goulart, os camponeses adquiriram várias conquistas como a organização de sindicatos rurais, implementação de medidas dos diretos rurais. Corrêa (2017), destaca a criação da SUPRA (Super Intendência da Política Agrária), com a finalidade de.

[...] tinha por objetivo colocar em prática medidas de reforma agrária no Brasil. Um dos impedimentos para a implementação destas medidas de reforma agrária foi a Constituição nacional, que previa indenização prévia em dinheiro para desapropriação das terras, o que levou o governo a alegar falta de verba para a implementação de projetos de reforma agrária. Outro empecilho para o governo era a falta de apoio do Congresso Nacional para a implementação destas reformas (CORRÊA, 2017, p. 11).

Para além dos obstáculos elencados acima, setores mais conservadores da Igreja municiaram as trincheiras em defesa da propriedade contra o suposto avanço comunista em nossas terras. No Paraná, a Frente Agrária, fundada pelo bispo de Londrina juntamente com bispos de outras arquidioceses que tinha como objetivo as melhorias de vida do trabalhador rural, trabalhava visando eliminar a penetração das Ligas Camponesas e do ideário comunista. O clero, em diferentes manifestações, defendeu a ideia de harmonia sociais em contraposição à luta dos trabalhadores.

Tratamos da ação das frentes agrárias, orientadas pela Igreja Católica, e da atuação do Partido Comunista junto aos trabalhadores rurais. Analisamos e concluímos que a defesa da igreja não vinha no sentido de mudar estruturas da sociedade. Houve silêncio por parte de muitos quando da afirmação que a FAP não defendia reforma agrária no país e, calava-se diante da injusta distribuição de terras em nosso país (CORRÊA, 2017, p. 17).

Condizente com a defesa da ordem estabelecida, a Folha do Norte do Paraná, apresenta em “Governo e amor”, a importância de obras públicas serem pensadas para pessoas, que valorizem o homem e sejam realizadas com amor.

Não basta alimentar um pobre, se não procurarmos, ao mesmo tempo, convencer esse pobre de que ele pode evoluir na sociedade por que é tão digno como qualquer outra pessoa. Não se admite o progresso que não seja partindo da valorização do homem, que é sujeito. O resto é objeto e deve ser feito com mais alma com mais espírito, com mais amor. Só assim teremos condições de organizar, para o futuro, uma sociedade mais feliz e um mundo melhor (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1965b, p. 2)

A proposta, vazia de materialidade, traduz a defesa da ascensão pobre pelo esforço pessoal e da valorização do homem pela sociedade. Porém, há que se questionar que tipo de “Governo e amor” é possível em plena ditadura? O amor ao próximo é estendido aos que divergiam do caráter ditatorial do Estado brasileiro? As obras promovidas pelo Estado eram revestidas de “amor” ao trabalhador ou ao capital?

Após 1962, a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e outros movimentos do campo fizeram a defesa do trabalhador, contrapondo-se a perspectiva conservadora da FAP, que era apoiada pelo Igreja. Na diocese de Maringá, a organização da FAP nos quatro primeiros anos, apaziguou muitos conflitos e

movimentos sociais no campo. Nesse período, as Ligas Camponesas eram presentes no meio rural maringense, lideradas pelos sindicatos rurais. A classe dominante, sobretudo a rural, vinha propagando, na realidade era um combate a qualquer manifestação oriunda das 'classes subalternas', nesse caso, os trabalhadores rurais.

O golpe militar de 1964 mudou o cenário dos movimentos sociais rurais no Norte do Paraná. Os sindicatos que tinham alguma influência do Partido Comunista sofreram punições. Para se ter uma ideia, em 1964 os comunistas tinham 82 sindicatos de trabalhadores rurais organizados no Estado do Paraná contra 46 da FAP. Com o golpe, esses sindicatos foram extintos.

5.4 A FAP: IDEIAS, AÇÕES E POLÍTICA EDUCATIVA PARA OS TRABALHADORES RURAIS EM DEFESA DA ORDEM

A rápida transformação do Brasil nas décadas de 1950 e 1960 se fez presente também em Maringá. Inúmeras pessoas buscaram na região a possibilidade de sobrevivência não contempladas em seus respectivos locais de origem. As contradições não foram suprimidas, e nem poderiam ser. A condição de uma economia periférica e dependente afetavam a vida de milhões de trabalhadores em diferentes estados brasileiros.

Como meio de erradicação da luta de classes ou de escamoteamento das contradições sociais, diferentes segmentos da sociedade civil contribuíram para a construção do consenso burguês. Fazia-se necessário educar o trabalhador para a naturalização das relações sociais.

Em Maringá, como em diferentes regiões do país, a Igreja desempenhou um papel importante na formação dos indivíduos. A Folha do Norte do Paraná, em diferentes edições difundiu os ideais de harmonia social, de família, de trabalhador etc. Tudo se passava em suas páginas como se houvesse uma sociedade una e indivisível. Contestá-la seria colocar-se contrário aos desígnios de Deus.

Dessa forma, a Igreja em Maringá reproduzia em suas manifestações a defesa das relações de produção como expressão da vontade divina. Em outras palavras, para que a classe dominante continue dominando, é necessário se apropriar da produção de ideias para interpretar e justificar tudo o que acontece no mundo de acordo com seus interesses (SOUZA, 2017).

Nesse contexto a FAP enquanto associação era mantida por seus associados, entre eles trabalhadores rurais, fazendeiros, comerciantes e Igreja, que contribuíam mensalmente com valores que subsidiavam várias despesas, como produções de jornais, propagandas e impressões¹⁸. Os documentos analisados evidenciaram a elaboração um estatuto e um anteprojeto, que conceituava as finalidades e as vantagens oferecidas pela associação (Frente Agrária Paranaense). Das finalidades do projeto destaca-se.

Art. 2º- É finalidade da FAP congregar os trabalhadores da lavoura, localizados no Estado do Paraná (pequenos, sitiantes, colonos, porcenteiros, peões, etc.), com o objetivo de proporcionar-lhes condições mais humanas de vida, por todos os meios ao seu alcance, promovendo de modo especial: a) A realização de estudos, campanhas e movimentos que vissem a apresentação objetiva da nossa verdade agrária; b) A criação de escolas distritais e escolas radiofônicas, para a educação de base dos seus associados, e respectivos dependentes; c) A prestação, aos associados e suas famílias, de assistência à saúde, a maternidade e a infância, na medida de suas possibilidades; d) A criação de serviços de assistência jurídica aos seus associados, visando a proteção de defesa de seus direitos, junto aos empregadores, bem como o atendimento de reivindicações salariais e de outras reivindicações justas junto aos poderes públicos ou entidades particulares; e) A prestação de assistência religiosa; F) A fundação e difusão de serviços de assistência técnica, com o fim de levar seus associados a conseguirem melhores produção em condições mais modernas e mais humanas de trabalhos. G) Fundação de cooperativas de créditos e de consumo (CÚRIA METROPOLITANA DE MARINGÁ, 1963, p. 1).

A Frente Agrária Paranaense, fundada pela Igreja em 1961, defendia temas que ecoavam no campo como os direitos trabalhistas, a posse da terra. Na prática, não defendeu a divisão justa da terra ou a mudança nas relações de trabalho existentes. Dom Jaime atuou no espaço do templo e na mídia jornalística como um intelectual que representou os interesses dominantes. Sua atuação político-educativa pode ser identificada nos textos do jornal por ele fundado. Indicando a uma ação voltada a frear as novas relações estabelecidas pelo capital, mas sem questionar seus fundamentos. No documento referente ao anteprojeto do lançamento da FAP, conta com a participação – fundo imobiliário – Edifício FAP. Destaca as vantagens oferecidas pela FAP.

¹⁸ Vide Anexo R.

Estará a FAP oferecendo aos pequenos produtores o que preceitua os seus estatutos na alínea “f” do artigo. 2º “A fundação e a difusão de serviços e assistência técnica, com o fim de levar a seus associados a conseguirem melhor produção em condições mais modernas e mais humanas de trabalho” dispondo de modernas instalações para congressos regionais e de orientação ao homem da lavoura. Estará, ainda, a FAP em conformidade com a “alínea” J, do seu artigo estatutário nº 2 (a colaboração com os poderes públicos com outras associações de classe, em campanhas e movimentos e serviços que visam as melhores condições de vida dos trabalhadores paranaenses na lavoura) – Centralizando os produtores em sua sede não só no que diz respeito aos movimentos encetados pela entidade mas através da colocação de seus produtos através da bolsa de café que ocupará o terreno do Edifício de uma maneira mais descente, mais segura, mais rendosa e sobretudo mais cristã (CÚRIA METROPOLITANA, 1961, p. 3).

As ações da FAP coadunando com a igreja pautavam-se nos mesmos objetivos manutenção da ordem, expressou os interesses hegemônicos dos proprietários rurais de Maringá por meio de uma série de ações vinculado aos valores católicos. A imprensa apoiou as ideias da Frente Agrária, de acordo com as matérias publicadas na “A Folha do Norte”, que teve a intenção de doutrinar e educar os trabalhadores na obediência e passividade, pois era necessário formar trabalhadores aptos a atender as novas demandas do mercado.

A educação passa a ser considerada o elemento chave do processo de modernização da sociedade mesmo em contextos revolucionários, encontrou obstáculos e resistências. “Obstáculos esses que decorreram de resistência das forças sociais dominantes, no Brasil, contrapôs às transformações da sociedade brasileira que visassem superar o grau de desigualdade que sempre marcou nossa realidade” (SAVIANI, 2008, p. 222).

A forma pela qual o periódico apresentava as reportagens ao leitor reforçavam determinados estereótipos e determinadas visões de mundo, não havendo uma posição neutra. Por mais simples que eram as informações, elas reafirmavam vínculos em defesa da nação e em oposição ao comunismo. Segundo Gomes (2021, p. 23) no seu trabalho de Pós Doutorado, “não existe posicionamento “neutro” nos jornais. “A produção que aparece nas páginas dos diferentes jornais é socialmente determinada pelas relações materiais concretas”.

A convocação do primeiro congresso dos trabalhadores rurais, organizados pelos sindicatos de Londrina e Maringá, com objetivo, conscientizar o trabalhador rural da importância dos seus direitos, a igreja contrapondo ao movimento reforçou a

ideologia anticomunista, atacando o movimento, em novembro de 1961. A Igreja, portanto, resolveu fazer o lançamento da FAP, no mesmo período que acontecia em Belo Horizonte o congresso da ULTAB (União dos Lavadores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), também em Maringá e no mesmo período.

O Papa João XXIII publica um encíclica importante, *Mater et Magistra*, onde dizia que a Igreja Católica já tinha perdido os operários urbanos para o Partido Comunista e não poderia perder os trabalhadores rurais, os homens do campo. Aí então toda Igreja Católica começa a organizar no Brasil inteiro entidades que pudessem ajudar os trabalhadores rurais a não caírem nas garras do comunismo, como eles falavam. Aí sim, Dom Jaime formula em 1961 a Frente Agrária Paranaense e faz o lançamento dessa frente na cidade de Maringá (BARBOSA, 2011, p. 50).

O movimento de contra posição da igreja, aos movimentos sindicais da sociedade civil, evidenciavam-se nos diversos discursos de Dom Jaime, a exemplo da carta do bispo ao deputado federal Newton Carneiro¹⁹.

[..] Devolvemos em favor da promoção do homem do campo, com a orientação cristã e democrática que inspira principalmente na formação dos sindicatos rurais, temos que ser atacados por aqueles que vem os seus passos cortados na grande campanha destruidora que realizam, favorecendo a implementação do comunismo no Brasil [...] (CÚRIA METROPOLITANA DE MARINGÁ, 1963, p. 1).

Além dessas ações o bispo junto a igreja passou a promover atividades para mobilizar a sociedade contra os sindicatos. O primeiro congresso dos trabalhadores organizado pelos apoiadores do Francisco Julião deputado, ligado à esquerda, apresentou-se como um marco histórico no processo de lutas sociais do campo, a FAP como porta voz da igreja não conseguiu proibir que alguns movimentos acontecessem, desta forma os conflitos ocorriam, mesmo com o intuito principal que era barrar qualquer mudança na ordem conservadora e tradicional das terras ligadas aos grandes latifúndios.

A FAP não apoiava a reforma agrária e os sindicatos por ela controlados não aceitavam a filiação do trabalhador rural assalariado, tinha de ser proprietário ou arrendatário, inclusive tendo de provar por documentação esta condição. Os fazendeiros desestimulavam seus trabalhadores de se filiarem nos sindicatos considerados subversivos

¹⁹ Vide Anexo O.

para unirem-se aos sindicatos ligados às frentes agrárias. O que se desejava era acabar com a atuação dos sindicatos ligados aos PCB no Paraná e com qualquer possibilidade de reforma agrária nas terras paranaenses, pois não se admitia qualquer alteração na estrutura fundiária tradicional (ROSSI; GONÇALVES, 2013, p. 6).

Diante da imensa dos artigos analisados no periódico, elencou-se algumas publicações que possibilitam compreender a intenção das publicações encontradas no periódico. Conforme Melo (1994) o jornal forma a opinião pública, ele educa o pensamento.

ARTIGO: FRENTE AGRÁRIA

Passaram três anos. E todos estamos lembrados de que a Frente Agrária Paranaense nasceu em meio a uma luta intensa. Não era necessário ser profeta para prever os caminhos por onde andaria o nosso Brasil. A luz do sol o comunismo era pregado e vivido abertamente. O governo dava-lhe a mão forte. E a demagogia emoldurava todos os seus atos. Laçamo-nos ao campo de luta com mais ardor que antes. Côncios de nossas responsabilidades, não podíamos cruzar os braços. Nem fechar os olhos á tremenda realidade. No ano passado tivemos que: em praça pública denunciar a corrupção no Ministério do trabalho. Com sua atuação parcial e criminosa, dava cartas sindicais aos comunistas e não aprovava os Sindicatos Rurais de trabalhadores honestos, democratas e cristãos. Fomos taxados de agitadores, e sindicatos locais, nas mãos dos comunistas, dirigiram-se a Ministério da Guerra denunciando a Frente Agrária Paranaense como perigosa e subversiva. Não faltou quem batesse palmas ao então ministro do trabalho, hoje refugiado e no exílio recebendo a paga da sua traição ao Brasil (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1967d, p. 4).

O artigo “Frente Agrária”, escrito por Dom Jaime comemora os três anos de existência da FAP firmando a ideia de que ela se configura como um meio de lutar no campo, de preservar os “caminhos do Brasil”. Segundo o bispo, a FAP “descruzou os braços e olhou a realidade”. Ela não só fez a denúncia da precariedade do trabalho no campo, como também, posicionou-se contra o governo de posicionamento comunista.

Outra ação de cooptação da igreja junto a sociedade, decorria da manipulação veiculada do papel da mulher que deveria ser vista como a responsável pela continuidade dos valores da Igreja, a exemplo do título do artigo A mulher e a criança na FAP²⁰.

²⁰ Vide Anexo Q.

A postura de “democratas-cristãos” os faz comemorar e desejar que a FAP continue. O bispo menciona que ela busca a “reforma agrária autêntica”, a “ascensão do agricultor”, os “seus direitos na produção”. Diz que entre a mãe terra e o trabalhador, tem uma parte do estado. Ele considera que Maringá ganhou muito com a FAP: Existem 46 sindicatos rurais, uma cooperativa agrícola e 22 municípios são atendidos. Para o bispo, a FAP formava líderes, está prestes a ter uma escola rural e um espaço para a realização de exames, conquistas fruto da ação católica local e mundial. Dom Jaime agradece a providência divina pelos três anos da FAP e conclama os homens “democratas-cristãos” a colocarem o “país no rumo certo”. Ora, qual seria o “rumo certo” para o Bispo? As cassações dos opositores? A prisão de quem discordava do regime implantado em 1964?

No artigo “Os trabalhadores devem ser o centro e o fim do trabalho”, Padre Michel Le Ven, destaca-se a importância do trabalhador para a sociedade. Porém, como veremos a seguir, mesmo quando pede o direito de voz aos operários, não se questiona o poder do Estado sobre os sindicatos.

São os operários, os jovens trabalhadores que conhecem o trabalho porque vivem trabalhando. Quem então poderia falar do trabalho se não as domésticas, os comerciários, os trabalhadores de fábrica? Nossos jornais na vida de todo o dia, falam muito de produção, desemprego, desenvolvimento, mas falam pouco dos operários que estão trabalhando. Será que o primeiro passo a ser dado pela classe operária não seria exigir o direito de falar sobre os que os trabalhadores fazem? O trabalho seria uma coisa vergonhosa da qual não se fala? Os outros que não trabalham, digo, os dois sindicatos, os padres, os patrões ou os economistas [...] Por isso peço desculpas por falar assim, mas gostaria só de ajudar a todos no sentido de uma tomada de consciência da sua responsabilidade. O trabalho dos operários não é um presente, um favor, ainda menos uma esmola. É simplesmente um direito e um dever de cada um, sem o qual se torna impossível viver para todos. Quero dizer sem os trabalhadores não há fábrica, nem produção nacional, nem economia nacional e nem Brasil. [...] É verdade muitos pensam que a religião é o ópio do povo seria verdade se a religião servisse para esconder a realidade. Claro! Mas tentamos conhecer a verdade dos fatos conhecer as causas, defender os homens, mudar as estruturas, será que tudo isso nada tem haver com Deus e seu plano sobre o mundo? Conhecendo a parábola do samaritano, o julgamento final daquele que dá alguma coisa ao próximo, as palavras do Cristo, dos apóstolos e dos profetas? Concretamente muitos operários vivem o evangelho, na vida precisa ler o evangelho. O povo de Deus reunido na Igreja construindo o povo dos homens (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964h, p. 6).

Segundo o autor, o trabalho do operário não é um presente, favor ou esmola, um direito e “um dever de cada um sem o qual se torna impossível” existir fábricas, economia e etc. aponta que a riqueza do país são seus trabalhadores e que todos devem ter trabalho e dignidade. O autor defende avanços na legislação e a humanização do trabalho, enfatiza que a “religião não é ópio do povo” e que a Igreja reconhece as condições desiguais no trabalho e a sindicalização dos trabalhadores. Porém, ainda que o texto apresente a defesa dos trabalhadores, há que se questionar se é possível alcançar a materialização do trabalho com dignidade sob o manto das relações capitalistas.

[...] Os operários tem o direito de participar da gestão das empresas, porque uma empresa é a união de várias forças. Tem o direito também de ser unir. Direito as associações que sejam também associações de operários, não podem deixar esses direitos aos outros [...] enfim gostaria de perguntar o que pensam os operários do trabalho. Ontem uma doméstica me falou que não adiantava ouvir boas palavras das zeladoras da associação, que falavam muito bem da caridade, da ajuda ao evangelho, etc. isso é bobagem. É na vida, nos fatos que tem que ficar. Mas será que tudo isso não tem nada a ver com nossa religião? A religião serve para esconder a realidade? Muitos operários vivem o evangelho, entendem as estruturas, baseados nas leis de Deus sobre o mundo [...] (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964i, p. 6).

O artigo do padre Michel De Vans faz uma leitura crítica do capitalismo e da expropriação do trabalhador. Contudo, a justifica como vontade divina, o que corrobora com o pesquisado por Brito (2015) para o período. As publicações sobre a atuação da FAP criavam uma representação ideal do trabalho, da mobilidade social.

O texto enfatiza que a ideologia comunista vai contra a cristandade, que o desemprego e a miséria podem ser vencidos com o trabalho individual. Essa posição, oculta a expropriação do trabalhador dos bens por ele produzidos (MARX; ENGELS, 2011). O que a Igreja não manifesta ao leitor é que sua ideologia era arbitrária, contrária ao que a massa de trabalhadores necessitava (GRAMSCI, 1999). Na leitura depreende-se uma ideologia conservadora. Aquela, segundo Marx e Engels (2011), que expressa às contradições de uma época: grandes industriais, fazendeiros e uma população empobrecida, alienada da exploração

No interior do estado capitalista sempre estiveram presentes, interesses referentes à acumulação do capital e as reivindicações dos trabalhadores. De acordo com Offe (1984, 1991), a partir de uma perspectiva de classes, os conflitos entre

capital e trabalho tendem a ser acirrados. Para ele, havia uma simetria entre as relações dos proprietários e os trabalhadores donos da força de trabalho.

A dominação ocorre no primeiro momento sobre o econômico, para garantir a exploração econômica, existe a exploração política-ideológica, cuja principal agência é o Estado, que defende os interesses das classes dominantes. Segundo Gramsci (1999), a dominação ocorre basicamente por dois fatores, a interiorização da ideologia dominante pelas classes subalternas e ausência de um mundo coerente e homogêneo.

A ausência de uma compreensão coerente de mundo e da consciência de classe não ocorre por acaso, mas constitui-se historicamente a partir das relações sociais engendradas entre os homens. Na sociedade capitalista, que separa os trabalhadores dos meios de produção, as ideias dominantes expressam o domínio material da burguesia sobre o Estado e demais instituições que reproduzem seus interesses.

Importa em encontrar uma alienação econômica que explique, como reflexo a alienação religiosa; importa ainda discernir, na lei da evolução histórica, os sintomas da necessidade interna de desaparecimento do antagonismo social gerador da alienação econômica. Cessando a luta de classes sociais, desaparecerá a alienação econômica e com ela a alienação religiosa, sua projeção irreal (FRANCA, 1999, p. 136).

Nesse sentido, entre os grupos dominantes e seus intelectuais, havia a preocupação com a educação do trabalhador por diferentes motivos. O movimento ligado a Educação de Base – MEB, com uma visão progressista e voltada aos estudos em defesa da reforma agrária. O MEB foi criado pela CNBB4 em 1961, “com objetivos bem claros e anticomunistas. Procuraram desenvolver um programa de educação de base” (FÁVERO, 2002, p. 139), por meio de escolas radiofônicas, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Tinham apoio da Presidência da República e de vários ministérios e órgãos Federais e Estaduais. Durante a fase repressiva da ditadura militar (1964-1976) a influência maior foi da igreja católica, impulsionada pelo Movimento de Educação de Base (1961) criado pelo Governo Federal e pela Conferência Episcopal Latino-Americano de Medellín em 1968.

O programa de Alfabetização proposto pelo governo Federal, defendia a reforma promovendo a “formação Moral e cívica, educação sanitária, iniciação

profissional, sobretudo” relacionados a agricultura (FÁVERO, 2002, p. 144). As reformas tiveram grande importância para a estrutura agrária do País, ajudou as regiões carentes a defender-se de ideologias que seriam supostamente incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade (FÁVERO, 2002). A Igreja espalhava as Frentes Agrárias em todo o país, suas ações eram em prol da elite agroindustrial, que era forte no meio rural e na vida dos trabalhadores, as estratégias seguidas espalharam-se no meio rural, dessa forma organizaram uma estrutura que possibilitou aos mais variados meios:

1. Formar lideranças regionais e locais;
2. Estudar os problemas locais, levando as reivindicações para o cotejo do Estado;
3. Realizar debates e conferências para formar a mentalidade cristã na fé e na ordem;
4. Instalação de uma emissora de rádio para a educação dos trabalhadores rurais e a divulgação da FAP;
5. Formação da opinião pública para uma autêntica solidariedade cristã;
6. Instalação de departamentos técnicos, judiciais e de assistência médica;
7. Criação de associações profissionais que se transformariam em sindicatos (ALVARENGA, 2008, p. 103).

Diante dos acontecimentos que ocorreram no Estado do Paraná, principalmente na cidade de Maringá, a FAP tomou medidas enérgicas, negou os protestos e conflitos que ameaçavam a diocese e seus superiores, não foi sem motivos que depois do primeiro congresso dos trabalhadores rurais, o bispo enviou uma carta ao papa denunciando o movimento, como afirma Priori (1997):

[...] os trabalhadores “Rurais do Estado do Paraná, Brasil, reunidos em Maringá, no II Congresso”, pacificamente, para tratar de urgentes problemas sociais ligados à sua classe, protestam energeticamente contra sacerdotes católicos desta região, que ameaçam o conceito de religião, insuflando menores, causando depredações, assalto à sede do congresso, tentando impedir a realização do conclave. Conhecendo a opinião de Vossa Eminência com respeito às questões agrárias contida na encíclica MATER ET MAGISTRA, citada neste congresso, esperamos providências de sua santidade no sentido de coibir os abusos dos representantes da igreja nesta região (PRIORI, 1997, p. 211)

A igreja promovia atividades com o objetivo de formar um ideal de sociedade, contando com o apoio da imprensa ligado as ações da FAP, utilizando de estratégias e discursos para fechar o cerco em torno dos trabalhadores, garantido o intenso processo de exploração pela força de trabalho e o combate dos conflitos sociais. O discurso hegemônico reproduziu análises, ideias e valores que indicavam a

inexistência de interesses antagônicos na sociedade (GOMES, 2021). Na sociedade as mediações de acordo com Cury (1986), concretizam e encarnam as ideais ao mesmo tempo que iluminam.

Polarizando o espaço social, os comunistas incentivaram uma reaproximação entre os dominantes. Os senhores das terras, o governo do estado, a grande imprensa, isto é o conjunto das elites se reuniu para reafirmar uma imagem social negativa do comunismo e o seu partido. A estratégia adotada foi a de reforçar uma ideologia anticomunista que já existia na sociedade, a qual não conseguiu impedir a implantação dos comunistas no meio rural. Mas este combate, ao mesmo tempo ideológico e simbólico, iria provocar a chegada de um velho ator, mas ainda muito poderoso: a Igreja Católica, preocupada diante da perda de confiança de seus fiéis da lavoura. O desdobramento disso viria a ser a constituição de organizações de combate contra a esquerda, na sua maioria empurradas pelos católicos, entre elas a Agrária Paranaense. Preparando o terreno, a cruzada anticomunista desembocaria no golpe militar de 1964 (SILVA, 2007, p. 113-114).

Toda sociedade busca sua auto conservação reproduzindo as condições que possibilitam a manutenção das relações básicas, à aglutinação de determinados interesses dos diferentes setores choca com os interesses burgueses. Dessa forma, a imprensa age como canalizadora de informações, reproduz tudo aquilo que ocorre na sociedade. A burguesia que se apresenta no jornal é composta de cidadãos de classe média, sujeitos religiosos, com família patriarcal, padrões comportamentais ratificados pelo capitalismo.

A educação se opera, na unidade dialética com a totalidade como um processo que conjuga aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico – social. A Educação é então, uma atividade humana participe da totalidade da organização social. Essa relação exige que se a considere como historicamente determinada por um modo de produção dominante, em nosso caso o capitalista (CURY, 1986, p. 13).

Na sociedade capitalista uma classe emerge sobre a outra, assim a sociedade dominante necessita permanentemente reproduzir suas condições que possibilita sua forma de dominação. Neste sentido, Cury (1986), destaca que os valores, crenças, ideias ganham validade e justificativa pela classe dominante reforçando a manutenção da ordem, ocorrendo dessa forma a reprodução das relações e produção. As ações propostas pela FAP foram mais um instrumento, sobre a forma que o bispo cuidava de suas ovelhas na sociedade, que profundamente desigual marcada por

contradições. Do ponto de vista do autor “negar a contradição no movimento histórico é falsear o real, representando como idêntico, permanente e a histórico. O que termina por afetar a concepção de educação” (CURY, 1986, p. 27). O autor ainda destaca que a educação pode servir de elo mediador na reprodução de ideias que ajudam a ampliar a reprodução do Capital.

Com o Golpe de 1964, segundo Piori *et al.* (2012), a ação repressiva do governo civil militar pois fim ao movimento comunista, a desarticulação do movimento fez com que a igreja aos poucos fosse encerrando suas atividades ligadas a FAP. No Paraná, vários trabalhadores rurais foram vítimas de violência física, muitos sindicatos incendiados. Desta forma o golpe militar mudou o cenário travado pela igreja contra o Comunismo. Para Carvalho (2003), os embates no campo durante o período Militar expuseram a luta pela sobrevivência e a necessidade de instrumentalizar educacionalmente o homem do campo, fatos que ajudam a explicar o desenvolvimento de metodologias, como a de Paulo Freire, educador que ajudou a formar milhares de trabalhadores.

Em 1968, após a ‘pena de morte’ imposta aos movimentos sociais pelo golpe militar de 1964 e pelo Ato Institucional número 5 (AI-5). Como surgiu para combater os sindicatos de trabalhadores rurais formados pelo PCB, que, no Paraná, foram os que mais sofreram as perseguições do regime instalado em 1964, a Frente Agrária Paranaense sucumbiu com a impressão do ‘dever cumprido’ (SERRA, 1991).

O cenário de implementação de uma ideologia criada pela FAP, deixou de ser relevante, sua existência não se sustentava na sociedade, como consequência ela se desfaz, deixando a função para o novo regime adotado em todo país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar sobre “A Folha do Norte do Paraná” foi possível desvelar como o periódico constituiu-se em uma das manifestações superestruturais das relações de produção em um período de expansão das relações capitalistas na região norte do Paraná.

Maringá, foi fundada em 1947, projetada para ser uma metrópole moderna e a nomeação de Dom Jaime Luiz Coelho como bispo da cidade projetou-o como figura política influente. A formação rigorosa a partir da doutrina católica permitiu ao bispo, em uma cidade em formação, influenciar o pensamento e o modo de vida em sociedade da cidade. Assim, ao historicizarmos a fundação da cidade, os desafios dos colonos e o papel da Igreja Católica na formação de uma sociedade alicerçada na fé e nos valores burgueses, identificamos o papel de destaque de Dom Jaime Luís Coelho como um intelectual que se destacou na organização e defesa dos interesses dominantes.

Com a fundação do jornal “A Folha do Norte do Paraná”, o bispo levava aos cidadãos urbanos e da zona rural suas análises sobre o mundo sob o prisma do catolicismo. Coube a Dom Jaime selecionar o que deveria ou não ser noticiado e a forma de abordagem dos temas relevantes naquela conjuntura histórica. Não há dúvidas que sua liderança contribuiu para a criação de consensos conservadores em determinados temas: família, educação, organização social dentre outros elementos formadores da sociedade.

Nesse sentido, a criação da Frente Agrária Paranaense (FAP) em 1962 veio reiterar uma educação para o trabalho e manutenção do *status quo* capitalista. A formação da FAP foi uma estratégia de organização social, de cunho sindical, pensada pela Igreja Católica com o objetivo de combater o ideário comunista e competir com o Partido, na educação do trabalhador.

A partir da análise de algumas produções do “Jornal do Bispo”, como ficou conhecida, “A Folha do Norte do Paraná”, identificou-se permanências e rupturas referentes ao controle dos trabalhadores rurais. A formação político-educacional do maringaense da metade do século XIX em diante e início do XX deu-se de forma conservadora. A Igreja Católica criou consensos, os disseminou via mídia jornalística influenciando a consciência da classe trabalhadora e mantendo-a passiva frente à sua

condição excludente de classe, de certo modo, ajudou a delimitar os espaços sociais dos homens e o seu poder de atuação como sujeitos sociais.

Entre 1961 e 1969, o município viu a desmobilização da classe trabalhadora camponesa sob a influência do catolicismo e seus preceitos. Podemos afirmar que a censura sempre esteve presente no “Jornal do Bispo” na medida que desde sua criação era Dom Jaime que selecionava o que deveria ser publicado e o que deveria ser silenciado. Para além dos critérios do editor, após 1964, com o início da ditadura, os cidadãos identificados com perspectivas populares ou mesmo com o comunismo foram perseguidos e demonizados pelas ações do Estado e pelas instituições que se colocavam em defesa da ordem. Muito embora, o homem comum não tenha consciência de como formou-se cidadão maringaense, o jornal atuou para modelar um modo de pensar sociável. Dom Jaime Luiz Coelho como liderança espiritual e política, guiou seus fiéis no caminho da aceitação da ordem social, não dos fundamentos das desigualdades historicamente constituídas.

A “A Folha do Norte do Paraná” tinha uma pedagogia baseada no controle da forma de pensar do trabalhador, na doutrinação pela fé a favor da classe dominante. Em Maringá, assim como no restante do país, os trabalhadores organizaram-se em sindicatos e organizações para defender melhorias na vida no campo e encontraram na religião católica um obstáculo a isso. Juntamente com a FAP, ajudou a consolidar as relações capitalistas no Paraná à revelia dos direitos dos trabalhadores camponeses.

A historiografia possibilitou compreender que os homens constroem o seu devir e que, no caso dos trabalhadores rurais de Maringá, a Igreja Católica agiu ideologicamente para sustentar a burguesia e seus valores. A década de 1960 significou um período de embates políticos por melhores condições de vida e trabalho, uma tentativa de ruptura com as condições alienantes de trabalho e sociabilidade.

Nesse sentido, é possível verificarmos que ainda hoje a igreja, qualquer que seja a denominação religiosa, ocupa um papel de partido nas lutas presentes na sociedade. Em determinados momentos, é visível a opção de classe ao naturalizar as relações sociais como algo imutável. Retomar a formação de Maringá e o papel desempenhado pelo catolicismo nos remete de forma mais ampla não somente ao golpe de 1964, mas também ao crescimento das manifestações autoritárias e fascistas atualmente.

O estudo possibilitou a compreensão da função educativa do jornal na sociedade Maringaense por meio da imprensa Católica, e a forma que esse veículo de comunicação modelava a educação do trabalhador no período de 1961 a 1969, na cidade. A Imprensa tem uma significação social impar e, desvelar sua importância é papel da História da Educação como campo de conhecimento científico. Sendo assim a pesquisa confirma a tese defendida: A Folha do Norte ligada a FAP, foram instrumentos da Igreja para Educar ideologicamente o trabalhador.

Por fim, o combate a todas as formas de arbítrio requer um profundo conhecimento da realidade social que forja esses fenômenos. Assim, o conhecimento histórico é um instrumento importante na luta dos trabalhadores por sua emancipação. Afinal, nada é natural. Nem mesmo o fazer científico que requer rigor e objetividade.

REFERÊNCIAS

- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Falta de sentimento humano dos comunistas**. Maringá, 1962a.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Oração no Espaço pela Paz**. Maringá, 1962b.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Presentes Panex para lembrar sempre**. Maringá, 1962c.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Propaganda de produtos no A Folha do Norte do Paraná**. Maringá, 1962d.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Reconstruir o mundo**. o rapaz, a castidade e a ciências. Maringá, 1962e.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Solidariedade a Cuba**. Maringá, 1963a.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **A Hora é de luta aberta**. Maringá, 1963b.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Prontidão é para assegurar calma na Festa do Trabalhador**. Maringá, 1963c.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Destaque à recepção ao Papa**. Maringá, 1964a.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Deus vos abençoe!** Maringá, 1964b.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Encontro de trabalhadores da região hoje em Maringá**. Maringá, 1964c.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Fogem do paraíso**. Maringá, 1964d.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ **Fogões é com a PLENOLAR**. Maringá, 1964e.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Padre Arrupe chega depois de amanhã**. Maringá, 1964f.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Os povos da Terra Santa recebem Sua Santidade o Papa**: multidões aclamam-no! Maringá, 1964g.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Quer trabalhar**. Maringá, 1964h.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Os trabalhadores devem ser o centro e o fim do trabalho**. Maringá, 1964i.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Desenvolvimento social**. Maringá, 1965a.
- A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Governo e amor**. Maringá, 1965b.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Governo quer ampla reforma no sistema sindical do país.** Maringá, 1966a.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Queriam roubar-nos:** mas a fé em Cristo venceu. Maringá, 1966b.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Brasil vai condenar Cuba.** Maringá, 1967a.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Diocese promove justiça social e fé em Cristo.** Maringá, 1967b.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **A família.** Maringá, 1967c.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Frente agrária.** Maringá, 1967d.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **A imprudência do católico.** Maringá, 1967e.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Maringá também quer antecipação nos preços do café.** Maringá, 1967f.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Pobreza.** Maringá, 1967g.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Reforma agrária vai começar com novo ato.** Maringá, 1967h.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Suécia reconhece o regime comunista do Vietname.** Maringá, 1967i.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Comissão vai ver quem é subversivo.** Maringá, 1968a.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Comunistas lançam bomba no Vietnã.** Maringá, 1968b.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **A formação do clero sem caráter sensacionalista.** Maringá, 1968c.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Fidel Castro muda calendário cubano.** Maringá, 1968d.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Grande subversão.** Maringá, 1968e.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **O mundo precisa de amor.** Maringá, 1968f.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Operário do Paraná.** Maringá, 1968g.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Politização.** Maringá, 1968h.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Saigon (DPA):** o maior número de vítimas civis. Maringá, 1968i.

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. **Paulo cumprimenta os trabalhadores.** Maringá, 1969a.

ALVARENGA, Selma Carmem Alcantara. **Atuação da Igreja Católica no processo de organização dos sindicatos de trabalhadores rurais no do Norte do Paraná 1960-1969: o caso da Frente Agrária Paranaense.** 2008. 14 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

ANDRADE, Rodrigo Pinto de. **Religião e Educação Escolar na Colonização do Oeste Paranaense.** Curitiba: CRV, 2018.

AQUINO, Mauricio. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 143-170, 2012.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira.** São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, Everton. **Jaime: uma história de fé e empreendedorismo.** Maringá: DNP Editora, 2011.

BLOGSPOT.COM. **O jornal do bispo: a história da imprensa maringaense desde os anos 50 contada aqui.** Maringá, 29 abr. 2010. Disponível em: <http://jornaldobispo.blogspot.com/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

BONI, Paulo César. **Certidões de nascimento da História: o surgimento de Municípios no eixo Londrina-Maringá.** Londrina: Planográfica, 2009.

BRASIL. Decreto nº119-A, de 7 de janeiro de 1890. Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. **Coleção de Leis do Brasil – CLBR**, Rio de Janeiro, 7 jan. 1890.

BRITO, Angélica de. **“A cruz vencerá o comunismo”:** o discurso anticomunista do jornal Folha do Norte do Paraná (1962-1965). 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

BRITO, Angélica de. Estigma da “Ameaça Vermelha”: o Discurso Anticomunista do Jornal Folha do Norte (1962 -1965). *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5., 2011. Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2011. p. 760-770.

CAMARGO, João Borba de. **História do Paraná.** São Paulo: Maranata, 2006.

CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná.** São Paulo: Indústria Gráfica Projeto, 1981.

CARVALHO, Carlos Henrique; ARAÚJO, José Carlos Souza; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Discutindo a imprensa enquanto objeto de análise histórica. Uberlândia-MG (1930-1950). *In*: ARAÚJO, José Carlos de; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). **Novos temas em história da Educação brasileira.** Campinas: Autores Associados, 2002. p. 66-89.

CARVALHO, Marize Souza. **Formação de professores e demandas dos movimentos sociais**: a universidade necessária. 2003. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

CHASIN, José. **Conquistar a democracia pela base**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

CHIQUIM, Carlos Alberto. **A CNBB no Paraná e a história da evangelização**. Curitiba: Instituto Gaudium, 2005.

COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**: publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná. Maringá: CMNP, 1974.

CORRÊA, Amélia Siegel. Imprensa política e pensamento republicano no Paraná no final do século XIX. **Rev Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 139-158, fev. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/CNpXWVv4gFynSFpgr8CtGf/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CORRÊA, Vanessa. **Porecatu**: uma análise sobre as primeiras organizações camponesas no município de Porecatu e a formação de sindicatos no Norte do Paraná (1940-1960). 2017. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Histórica) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2017.

CORREIA, Jorge Luiz; STEINKE, Rosana. **Colonização do Norte do Paraná (1925 – 1960)**: apontamentos acerca de seu estudo e da produção de um material didático. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. Curitiba: SEED, 2008. p. 1-22.

CÚRIA METROPOLITANA DE MARINGÁ. **Carta a Newton Carneiro**. Maringá, 1961.

CÚRIA METROPOLITANA DE MARINGÁ. **FAP**. Maringá, 1963.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

DÉGUY, Michel. O poder das palavras. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 7-18.

DIAS, Reginaldo Bendito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. Maringá Terra Crua e civilização. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 121, p. 1-13, jun. 2011.

DIAS, Reginaldo Bendito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

DIAS, Reginaldo Bendito; TONELLA, Celina. **A experiência do legislativo municipal em Maringá**: 1947/1998. Maringá: Câmara Municipal, 1998.

FARIAS, Ismael; Melo, Débora Vilar; OLIVEIRA, Hector; SILVA, Vibio. A importância das primeiras tipografias no Brasil para a construção da memória e do patrimônio social. *In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO*, 2., 2015. Juazeiro do Norte. **Anais** [...]. Juazeiro do Norte: EREBD, 2015. p. 1-12.

FÁVERO, Osmar. MEB – Movimento de Educação de Base Primeiros Tempos: 1961-1966. *In: ROSAS, Paulo (org.). Paulo Freire: educação e transformação social*. Recife: Ed. Universitária UFPR, 2002. p. 133-274.

FORSTER, Germano de Rezende. **Privatização de terras rurais**. Baueri: Manole, 2003.

FRANCA, Leonel **A crise do mundo moderno**. 5. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

FRANQUI, Renata. **O processo de modernização no Brasil e a educação das mulheres na Revista FON-FON!** Curitiba: CRV, 2017.

GIL Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. **Vozes em defesa da ordem: O debate entre o público e o privado na Educação (1945-1968)**. 2001. 2016 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. **Vozes em defesa da ordem: O debate entre o público e o privado na Educação (1945-1968)**. Curitiba: CRV, 2018.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. **Educação, Economia e Política na Imprensa: A hegemonia burguesa na ditadura civil-militar no Brasil**. 2021. Pesquisa de Pós Doutorado apresentado a Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

GRAMSCI, Antônio Francesco. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Caderno 11, v. 1. p.15-65.

GRAMSCI, Antônio Francesco. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Caderno 12. v. 2, p. 11-53.

HILÁRIO, José. **Maria do Ingá: amargo sabor de mel na Colonização do Paraná**. Maringá: Gráfica Ideal, 1985.

IANNI, Octavio. A construção da Categoria. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, Número Especial, p. 397-416, abr. 2011.

IZEPÃO, Rosalina. Lima. **O planejamento governamental no Paraná: economia, Estado e política econômica**. Maringá: Eduem, 2013.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004 .

LÖWY, Michel. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**. São Paulo: Lech, 1979.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-49.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**. Maringá: Prefeitura Municipal de Maringá, 1997.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MALATIAN, Teresa Maria. **Os cruzados do Império**. São Paulo: Contexto, 1990.

MARCHI, Euclides. A igreja do Brasil e o Plano de Emergência: 1952/1962. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 30, p. 81-108, out. 2001.

MARIN, Jérri Roberto. História e historiografia da romanização. reflexões provisórias. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 30, p. 149-169, out. 2001.

MARIN, Jérri Roberto; PEREIRA, Márcia Maria. **A postura dominante da Igreja Católica em Maringá-PR – de 1950 a 1980**. 2020. p. 210-221. Disponível em: <http://ndh.ufms.br/wp-anais/Anais%202008/entre%20o%20sagrado%20eo%20profano/APOSTURApdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: UNESP, 2006.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, Wilson. **A invenção do Paraná**: estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 7-46, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas: Navegando, 2011.

MELO, José Marques. **A opinião do jornalismo brasileiro**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira: (1890-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIZUTA, Celina Midori, Murasse. Informar, polemizar e denunciar: o papel educativo do Jornal o Dezenove de Dezembro (1854-1857). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 18., 2013. Natal. **Anais** [...]. Natal: SNH, 2013. p. 1-10.

MOCHOCOVIATCH, Luana Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1988.

MORAES, Vinicius. **Antologia Poética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MORAIS, João Francisco Regis de. **História e pensamento na educação brasileira**. Campinas: Papirus, 1985.

MOURA, Carlos André Silva de **Fé, saber e poder**: os intelectuais entre a restauração católica e a política no Recife (1930-1937). 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

NASCIMENTO, Milton Meira do. **Opinião Pública & Revolução**. São Paulo: EDUSP, 1989.

NEVES, Sandra Garcia. A produção omnilateral do homem na perspectiva marxista: a educação e o trabalho. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9.; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009. Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUCPR, 2008. p. 8875-8864.

O JORNAL DE MARINGÁ. 5 de novembro 1954. v. 3, p. 3.

O JORNAL DE MARINGÁ. **Exemplar nº 2 de O Jornal de Maringá**, Maringá, 1955.

O JORNAL DE MARINGÁ. **Artigo do dia**. Maringá, 1957a.

O JORNAL DE MARINGÁ. **Coluna Diária**. Maringá, 1957b.

O JORNAL DE MARINGÁ. **Manobra Comunista**. Maringá, 1957c.

O JORNAL DE MARINGÁ. **A tranquilidade**. Maringá, 1957d.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, Claus. Algumas contradições do Estado Social Moderno. *In*: OFFE, Claus. **Trabalho & Sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. v. 2, p. 17-49.

PAPA LEÃO XIII. **Encíclica Rerum Novarum**. Vaticano: Rom Italia, 1891.

PAULA, Antônio Roberto de. **O jornal do Bispo: a história da Folha do Norte do Paraná**. 29 abr. 2010. Disponível em: <http://jornaldobispo.blogspot.com/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

PAULA, Fabricia de Cássia Grou de. **Imprensa em Maringá e a Educação Feminina no modelo comportamental da Igreja Católica**. (1950-1979). Curitiba: CRV, 2021.

PENCO, João Paulo. Artigo do padre João Paulo Penco destaca vida de Dom Jaime Luiz Coelho. **Arquidiocese de Maringá**, 24 jul. 2018. Disponível em: <http://arquidiocese demaringa.org.br/noticias/1095/artigo-do-padre-joao-paulo-penco>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PEREIRA, Márcia Maria. **A Igreja Católica em Maringá e a gestão de D. Jaime Luiz Coelho (1947-1980)**. 2007. 93 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

PERIOTTO, Marcília Rosa. Imprensa, intelectuais e educação: o Brasil em debate no século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 53, p. 41-55, out. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640192/7751>. Acesso em: 5 mar. 2021.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)**. Curitiba: IHGP, 1976.

PINHEIRO, Maria Claudia Bucchianeri. Liberdade religiosa, separação estado-igreja e o limite da influência dos movimentos religiosos na adoção de políticas públicas aborto, contraceptivos, células-tronco e casamento homossexual. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 45, n. 180, p. 347-373, out./dez. 2008.

PISNISK, Hanne Leopoldine. Romário Martins, O Paranista-53 anos de história impressa. *In*: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 13., 2014. **Anais [...]**. Londrina: EAIC, 2014. p. 146-162.

POZZOBON, Irineu. **A Epopeia do Café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 40. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PRIORI, Ângelo Aparecido; PIMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Veronica Karina. O Partido Comunista e os movimentos sociais no campo. *In*: PRIORI, Ângelo Aparecido *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: EDUEM, 2012. p. 159-177.

PRIORI, Ângelo Aparecido. Partido X Igreja: história de um conflito sobre a organização dos movimentos sociais (1950-1964). *In*: LAMB, Roberto Edgar; LEANDRO, José Augusto (org.). **História e Cultura**. Ponta Grossa: UEPG, 1997. p. 99-108.

RECCO, Rogério. **À Sombra dos Ipês da Minha Terra**. Londrina: Midiograf, 2005.

RECCO, Rogério. **Seu Joaquim, um brasileiro de coragem: a história de um realizador, chamado Joaquim Romero Fuentes**. Maringá: Midiograf, 2008.

REDGHERO, Carla, Simone. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947. **Méstis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 5, n. 10, p. 179-202, jul./dez. 2006.

REIS, Osvaldo. **Maringá e seus prefeitos**. Maringá: Clichetec, 1996.

ROBLES, Orivaldo. **A Igreja que brotou da mata: os 50 anos da Diocese de Maringá**. Maringá: Dental Press, 2007.

ROBLES, Orivaldo. **A História da Igreja católica em Maringá: a igreja que brotou da Mata**. Maringá: Sinergia Casa Editorial, 2017.

ROCHA FILHO, Ruy Alkmim. **O parto dos caminhos: formação dos Sindicatos Rurais no Rio Grande do Norte (1960-1964)**. 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

ROCHA, Alessandro Santos da. **A Imprensa Espírita e Suas Estratégias Pedagógicas em Fins do Império brasileiro (1869-1882)**. 2015. 187 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2015.

RODRIGUES, Cândido; ZANOTTO, Gisele; PEIXOTO, Renato; CALDEIRA, C. Rodrigo (org.). **Política e Cultura no Catolicismo Contemporâneo**. Porto Alegre: Ed. Fi, 2018.

ROMPATTO, Maurilio; GUILHERME, Augusto Cássio; CRESTANI, Leandro de Araújo. **História do Paraná: migrações políticas e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado**. Toledo: Fasul, 2016.

ROOS, Djoni. As lutas camponesas no Estado do Paraná e os modelos da “Reforma Agrária” brasileira. **GeoGrafos: Revista Digital para Esudiantes de Geografía y Cineicas Sociales**, Alicante, v. 4, n. 31, p. 1-18, Ene. 2013.

ROSSI, Cybele; GONÇALVES, José Henrique Hollo. **Desafios da escola Pública paranaense na Perspectiva do Professor PDE**. Curitiba: SEED/PR, 2013

ROUX, Rodolfo. **Pedro Arrupe**. Un uomo per gli altri. Archives de sciences sociales des religions, v. 144, doc. 144-37, Fév. 2008.

SALVATERRA, Adriana. **A ação político-educativa da Igreja Católica n’ O Jornal de Maringá**. Curitiba: CRV, 2019.

SANCHES, Antenor. **Maringá outrora e agora**. Maringá: Bertoni, 2006.

SANTIROCCHI, Italo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: romanização-ultramontanismo-reforma. **Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 24-33, ago./dez. 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **A escola normal em Maringá-PR: o ensino público como projeto político**. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, 2006.

SCHALLENBERGER, Emeldo; SCHNEIDER, Iara Elisa. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações de governo e dinâmica do capital. **Sociologia**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 202-222, 2010.

SCHÜTRUMPF, Jörn. **Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade**. 2. ed. ampl. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

SERRA, Elpidio. **Processo de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Rio Claro: UNESP, 1991.

SCHELBAUER, Anaete Regina. Entre anúncios e artigos: registro do método de ensino intuitivo do Jornal A Província de São Paulo (1875-1889). *In*: SCHELBAUER, Anaete Regina; ARAÚJO, Souza José Carlos (org.). **História da Educação pela imprensa**. Campinas: Alínea, 2007. p. 7-29.

SILVA, Jonas Jorge. Para além das paredes: a construção da Catedral de Maringá. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 173-182, 2010.

SILVA, Osvaldo Heller da. **Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura** – CONTAG, ENFOC: Escola Nacional de Formação da CONTAG; Curso de Formação de Educadores e Educadoras em Concepção, Prática Sindical e Metodologias. São José, 2º Modulo Regional Sul, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Intercom; Porto Alegre: EDIPUCRS, São Paulo: Brasiliense, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Intercom; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUZA, Eliezer Felix. Imprensa como fonte de pesquisa em História e Educação. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 8., 2009, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: HISTEDBR, 2009. p. 182-207.

SOUZA, Jessé José Freire. **A elite do atraso: da escravidão a lava a jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Maria Antônia de. **Movimentos sociais e sociedade civil**. Curitiba: Iesde, 2008.

SOUZA, Ney de. Ação católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, v. 14, n. 55, p. 39-59, abr./jun. 2006.

SOUZA, Vânia Fatima de Matias. **Políticas Públicas para a Educação nos Governos de Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961)**. 2014. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

TRINTIN, Jaime Graciano. **Industrialização do norte-paranaense e a questão do bloqueio ao desenvolvimento de regiões periféricas**. 1989. 117f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989.

UBINGE, Genivaldo; SANTOS, Marcos Roberto Almeida (org.). **Queridos Diocesanos: 50 textos selecionados de Dom Jaime Luiz Coelho**. Maringá: Clichetec, 2007.

VIEIRA, Ildeu Manso Vieira. **Jacus & Picaretas: a história de uma colonização**. Maringá: Bertoni, 1999.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam Wachowicz. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Ed. da UEPG, 2010.

ANEXOS

SUMÁRIO DOS ANEXOS

ANEXO A	Apresentação do “O Jornal de Maringá”.....	160
–		
ANEXO B	Apresentação do Jornal “A Folha do Norte do Paraná”.....	161
–		
ANEXO C	A Folha do Norte do Paraná. Artigo: Reconstruir o mundo. O rapaz, a castidade e a ciências.....	162
–		
ANEXO D	O Brasil vai condenar Cuba.....	163
–		
ANEXO E	Comunistas entram em Saigon e matam civis.....	164
–		
ANEXO F	Lojas João Vargas de Oliveira comemora seus 35 anos.....	165
–		
ANEXO G	Criado o Círculo Operário.....	166
–		
ANEXO H	Quer trabalhar.....	167
–		
ANEXO I –	Oração no Espaço pela Paz.....	168
–		
ANEXO J –	A tranquilidade.....	169
–		
ANEXO K	Brasil e Argentina assinam acordo contra o comunismo.....	170
–		
ANEXO L	Promissórias Rurais.....	171
–		
ANEXO M	A Reforma Agrária.....	172
–		
ANEXO N	Exército a Folha do Norte do Paraná.....	173
–		
ANEXO O	Carta SR. Newton Carneiro.....	174
–		
ANEXO P	A mulher e a criança na FAP.....	175
–		
ANEXO Q	Nota de despesas FAP.....	176
–		

ANEXO R	Catedral	177
–	Antiga.....	
ANEXO S	Missa	178
–	Campal.....	
ANEXO T	Missa celebrada por Dom Jaime Luiz Coelho.....	179
–		
ANEXO U	Organização Agrária Internacional.....	180
–		
ANEXO V	Carta	181
–	Convite.....	
ANEXO X	Capa dos documentos Frente	182
–	Agrária.....	

ANEXO A – Apresentação do “O Jornal de Maringá”



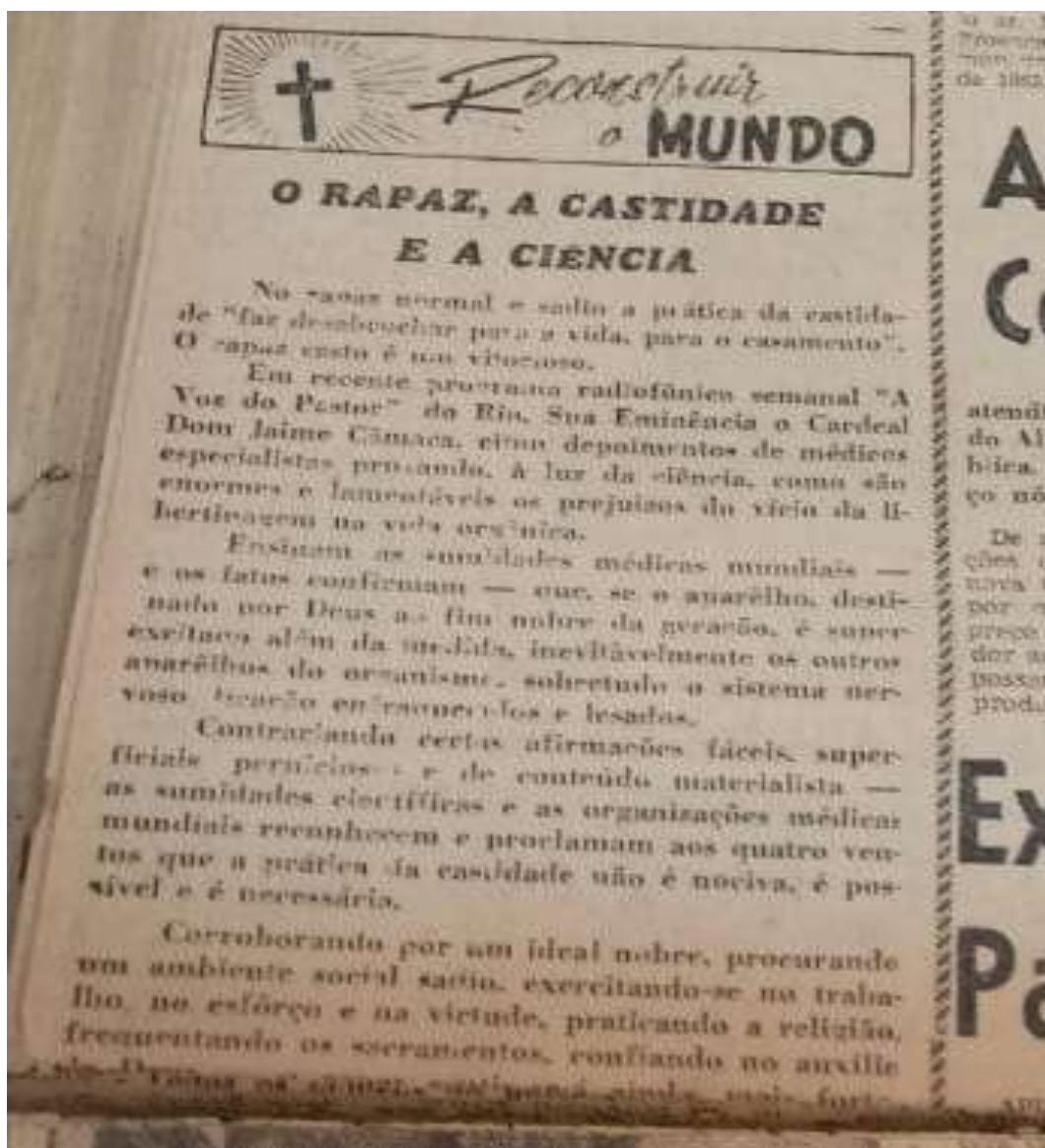
Fonte: O Jornal de Maringá (1955, p. 1).

ANEXO B – Apresentação do Jornal “A Folha do Norte do Paraná”



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1962, p. 1).

ANEXO C – A Folha do Norte do Paraná. Artigo: Reconstruir o mundo. O rapaz, a castidade e a ciências



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1962, p. 2).

ANEXO D – O Brasil vai condenar Cuba



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1967, p. 4).

ANEXO E – Comunistas entram em Saigon e matam civis



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1968, p. 5).

ANEXO F – Lojas João Vargas de Oliveira comemora seus 35 anos

LOJAS
JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA
COMEMORAM
SEU **35** ANIVERSÁRIO

TUDO COM APENAS
NCR\$ 0,35
DE ENTRADA
E MUITOS OUTROS
PLANOS FABULOSOS

Centenas de artigos de qualidade
para você e seu lar

APROVEITE AS FACILIDADES
DA FESTA DE ANIVERSÁRIO

JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA
JÁ 35 ANOS FACILITANDO O CONFORTO NOS LARES

Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1962, p. 9).

ANEXO G – Criado o Círculo Operário



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1963, p. 2).

ANEXO H – Quer trabalhar

FOLHA DO NORTE DO PARANÁ

Quer Trabalhar

Pe. Tadeu Göttsch

Algum tempo atrás, numa igreja de Fôro Alegre, se me apresentou um jovem de 18 anos, com o pedido de trabalho. Percorri as diversas repartições e baterei em muitas portas. Todos os papéis estavam em dia, com curso de auxílios de escritório e de auxílio de alfaiate. No desespero de causa se encaminhara à redação de um jornal e entediadamente recorreu a referência que sóbre ele se publicou. Mas ela continuava a vagar, vindo de longe, legido por aí, desconhecido, sem saber o que fazer.

Estes casos, infelizmente, são frequentes. O número dos desempregados é elevado. Muitas fábricas, já enjoadas de tanta insistência, afixaram a tabuleta desalentadora: Não há vagas. Como poderão os desempregados subsistir? Quando falamos em direito ao trabalho, a suspensão aumenta: como estigi-lo? onde reivindicar este direito?

Em outra ocasião detive-me sobre a necessidade de criar um espírito de trabalho. Não adianta apenas dar um emprego a quem, apesar de o implorar, detesta trabalhar. Neste caso, teremos, inevitavelmente, reivindicações falsas e injustas, porque o doador de emprego será logo considerado um explorador, um escravizador, um inimigo. De outro lado porém, senão tivermos empregadores não poderemos pensar em empregos.

O problema da justiça é muito complexo. Por isto bem dizia Pio XI em sua encíclica social "Quadragesimo Anno", que sem caridade, e sem amor, não se resolvem os problemas da justiça. E vice-versa: sem justiça não pode reinar caridade. Não se poderá resolver coisa alguma com ódio ou luta de classes, mas pela integração e progressiva assimilação num ideal comum de bem e caridade.

Como resolver o problema do desemprego? Quem é o responsável? Quem deverá dar emprego? Eu certamente não! Ora, todas as demais homens têm, em si, o mesmo direito de pensar como eu: nenhum deles vê uma obrigação de justiça de assumir algum empregado. Quando p. ex. desembarco do ônibus não faço a menor injustiça aos carregadores se apesar da enjoada insistência destes, carrego mesmo minhas malas... E digo ainda mais: diante das clamorosas injustiças que se vêm perpetrando, em que os próprios tribunais de justiça do trabalho estão escandalosamente implicados — como tivemos ocasião de ver no caso julgado por D. Ivone de Souza e Silva, da justiça do trabalho de Nôvo Hamburgo e de Carlos Alberto Barata, de Fôro Alegre, e de inúmeros casos semelhantes, que neste meio tempo me vieram ao conhecimento — é temerário arriscar-se aceitar alguém como assalariado. Resultado: cada qual deve procurar por si mesmo produzir alguma coisa para a sua subsistência. Por isto direito ao trabalho não é direito a que alguém lhe conceda emprego, mas direito de iniciar, por própria iniciativa, alguma obra rendosa. O exercício deste direito não pode ser impedido ou contestado, apesar de dever ser disciplinado pelo governo.

Que notamos na prática? Um triplice problema que abala a sociedade. O primeiro e mais grave é o dos incapazes de alguma iniciativa de vulto ou suficiente para ganhar e sustento. Esta incapacidade provém de um defeito da deficiência da aptidão e de outro de uma ocupação de maneira inadequada das possibilidades. Não sobre vai demasiadamente ampla das possibilidades. Não sobre vai para nova iniciativa que não se caracteriza pelo excepcional. O segundo é o subemprego, que além de não render o suficiente ao interessado e à sociedade, chega até ao suficiente ao interesse. Diverso de exemplo os vendadores, incluindo aos demais. Diverso de exemplo os trabalhadores ambulantes, verdadeiras pragas que à semelhança dos móbres ao redor de um doce, não se detêm em emitir as facilidades logo para não falar dos marginais e ladrões, a facilidade desta situação o terreno é o gradual desaparecimento das pequenas indústrias de poucos operários com a substituição quase exclusiva dos grandes empreendimentos em que as relações de patrões e operários endimentam-se pela rigidez da lei, sem a mínima consideração humana; ou as mini-indústrias em que o dono único trabalhador sem grandes chances de ascensão. Hoje infelizmente chegou-se à concepção, após do em experiências tristes e arrasadoras, que tratar quem humanamente pode ser prejudicial, porque quem vem contratado, em determinadas circunstâncias, detrimento do empregado.

Como resolver este complexo problema? Em primeiro lugar deve-se insistir numa restauração da justiça do trabalho, que dá razão a quem de direito, com humanidade, respeito e condene os que realmente são falhos, e ra isto precisamos de gente mais honesta e mais corajosa nos diversos setores da administração da justiça intrínseca no seu dever e imparcial em seu julgamento.

Além disto, deve-se promover uma maior integração compreensiva mútua. Nada se resolve lançando um traço aos outros, mesmo que isto se faça no rigor e abstratamente, mas é preciso desarmar os espíritos por também neste setor se consegue paz. São responsáveis a criação deste ambiente e mentalidade todos: empregadores, empregados, formadores, e Trágica situação estabeleceu a antiga lei e da este de, num subsídio máximo à má vontade dos empregados adquirida a estabilidade procuravam incômoda sociedade para obter "os direitos de indenização" é certamente assim que se promove o bem comum e a Deus esta situação está superada.

Requer-se humanidade, consideração e respeito primeiro lugar por parte dos empregadores, dos pais. Devem eles ter a consciência clara de sua nobilidade, como também de sua contribuição para o bem comum e o progresso. Sem homens de iniciativa e de coragem no lançamento de novas possibilidades de produção e de emprego não se progride. Que esta porém, profundamente cristã e promovedora, harmonia entre os homens não se desdobra em do mais fraco, nem considere seu operário uma sua indústria. Seria a máxima contradição: após grande benefício com que favorece os homens, priorizar ou injustificar alguns de seus colaboradores os que têm capacidade de iniciativa devem por uma obrigação social e um dever cristão de do bem comum. Os empregados por sua vez não emprego mas do trabalho rendoso e responsável e na promoção do que elabora para si e próximo.

Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1968, p. 5).

ANEXO I – Oração no Espaço pela Paz

Oração no Espaço Pela Paz

Dom Jaime Luiz Coelho
Bispo da Igreja em Maringá

"O Deus, dai-nos a visão para podermos ver o vosso AMOR no mundo, apesar das falhas humanas. Dai-nos a fé para termos confiança em vossa bondade, apesar de nossa ignorância e nossas fraquezas. Dai-nos a sabedoria para que possamos continuar orando, com os corações abertos, e ensinai-nos o que cada um de nós pode fazer para tornar mais próximo o dia futuro da Paz universal. Amem".

Assim rezou o cosmonauta Frank Borman, da Igreja Episcopaliana de São Cristóvão, quando a sua nave espacial, a Apollo-8, na maior façanha do século, completava a terceira volta em torno da lua, enviando assim, a todos nós, na terra, a sua mensagem de Natal, contemplando a grande obra de Deus.

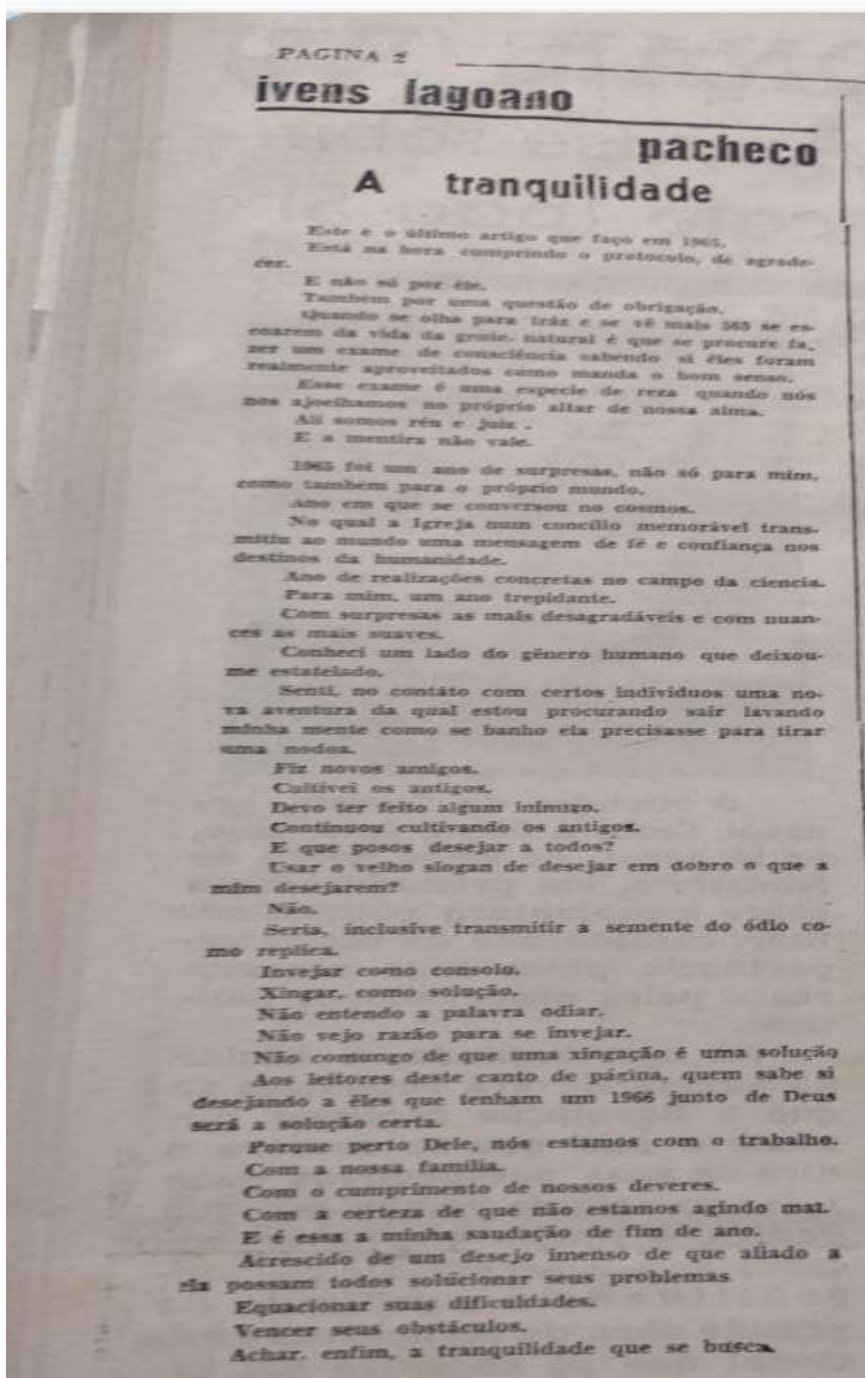
E Paulo VI, na sua mensagem para o dia de hoje, o DIA DA PAZ, convida-nos a todos, com estas palavras: "A todos os homens de boa vontade, a todos aqueles sobre quem pesa a responsabilidade do curso da história, no presente e no futuro; por conseguinte, aos líderes da política, da opinião pública, da orientação social, da cultura e das escolas; a toda a juventude que se rebela, na ânsia de uma renovação mundial, com um orado humilde e livre, que parte do deserto de todo e qualquer interesse terreno, nós queremos, uma vez mais, anunciar a implorante e solene palavra: PAZ!"

E diz mais o Papa: "PAZ e DIREITOS DO HOMEM, eis pois o objeto dos pensamentos com que desejariamos que os homens inaugurassem o ano que vai começar. O nosso convite é sincero e não esconde qualquer outro fim que não seja o bem da humanidade. A nossa voz é fraca, mas clara; ela é o apelo de um amigo, que desejaria ver-se atendido, não por causa de quem lança tal apelo, mas sobretudo por causa daquilo que diz. É ao mundo que a nossa voz se dirige: ao mundo que pensa, ao mundo que pode, ao mundo que cresce, ao mundo que trabalha, ao mundo que sofre e ao mundo que espera. O, que ela não se perca! A PAZ é um dever!"

Queridos Diocesanos, nada melhor vos poderia anunciar o vosso Bispo, neste ANO NOVO que se inicia, que o doce nome da PAZ! Como desejamos esteja ela nos vossos corações: a Paz de Deus. Nos vossos lares. Nos vossos pensamentos. Na vossa vida. Esqueçamos as rugas do passado e emprendamos uma caminhada nova. Em qualquer lugar que nos envie a Providência Divina. Aqui ou acolá. Não importa. O que importa é estarmos na paz de Deus, implorando Lhe a proteção para que "possamos ver o seu AMOR no mundo, apesar das falhas humanas". E assim, na TER-

Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1962, p. 2).

ANEXO J – A tranquilidade



Fonte: O Jornal de Maringá (1957, p. 2).

ANEXO K – Brasil e Argentina assinam acordo contra o comunismo



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1964, p. 3).

ANEXO L – Promissórias Rurais

FOLHA DO NORTE DO PARANÁ

Promissórias Rurais: 365 Bilhões Para os Agricultores

Em cumprimento ao programa de estímulo à agricultura, o Governo Federal instituiu a Promissória Rural e a Cédula Rural que visam trazer enormes benefícios aos lavradores tanto para conseguirem financiamentos como para o emprego de seus produtos no comércio.

CEDULA RURAL

A cédula rural instituída recentemente pelo Governo Federal já deu aos lavradores a oportunidade de conseguirem uma fabulosa importância em financiamentos que lhes estimularão grandemente na luta que visa o aumento da produção agrícola no País, e que virá influir no programa de estabilização dos preços dos gêneros alimentícios. Todos os estabelecimentos bancários estão concedendo o financiamento aos agricultores através da cédula rural.

PROMISSÓRIAS RURAIS

Nada menos que um bilhão de cruzados estão sendo dados por dia a lavradores por intermédio de promissórias rurais, dentro do plano atual de financiamento agrícola. Trata-se de um novo título de crédito instituído pelo Governo e o seu objetivo é aumentar a produção de gêneros alimentícios. Permitido a indústria que adquirem dos produtores e uma vez endossada pelo agricultor pode ser descontada em qualquer estabelecimento bancário com 1 (UM) por cento. A Carteira de Redescuento do Banco do Brasil assegura a cobertura.

A exigência que se faz é que as transações sejam realizadas pelos preços mínimos fixados ativamente. Feijão, milho, arroz, amendoim, algodão, soja saqueiam-se nessas operações. Quinze por cento da produção de feijão no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ou parte de dois milhões de sacas estão sendo controladas pela Comissão de Financiamento da Produção. Trata-se da maior intervenção indireta no domínio econômico objetivando a estabilização dos preços dos manufatos essenciais.

REDUÇÃO DE IMPOSTOS

Falando à imprensa o Sr. Geraldo Machado Carneiro, Chefe do Gabinete do presidente da Comissão de Financiamento da Produção que aquele órgão tenta fazer com que os governos estaduais reduzam impostos e despesas com a operação de arroz, estocagem, pela entidade. Hevendo menores encargos fiscais e despesas, não só os produtores passam a receber mais como os consumidores passam a pagar menos. Os agricultores recebem o preço líquido de Cr\$ 5.243 por saca vendida a Comissão de Financiamento da

Produção e com a redução de impostos obtida pelo Governo de Minas Gerais, recebem Cr\$ 5.875.

INSPECTORES ESPECIAIS

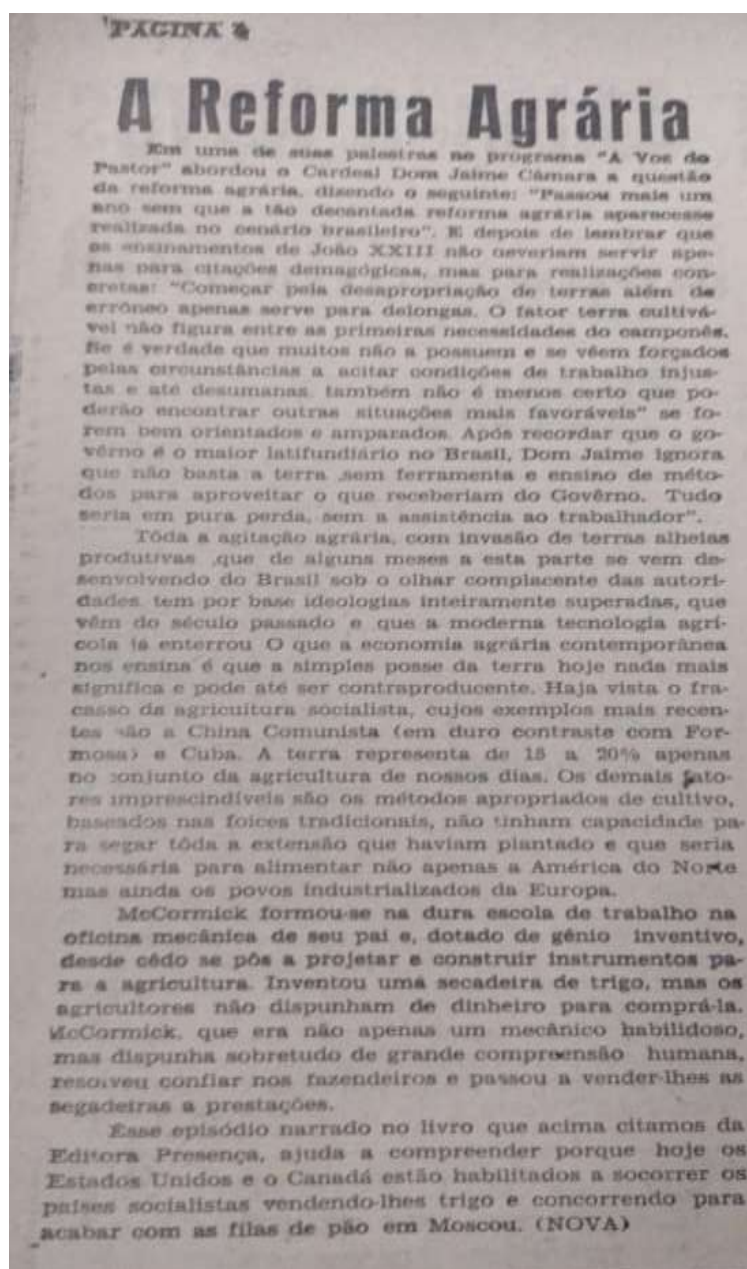
Os produtores das regiões inspetoriais e suas itinerâncias da Comissão de Financiamento da Produção ou de outras regiões. Estes especialistas capacitados a fornecer informações a respeito

EM MARINGÁ

A promissória rural não está sendo bem aproveitada, em nossa opinião, visto o movimento de nos estabelecimentos bancários locais cédula rural. nos últimos meses movimentação financeira localmente, o que tem de resultar de uma cédula rural. os lavradores não virão a contribuir para a produção, visto que não têm como

Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1968, p. 7).

ANEXO M – A Reforma Agrária



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1965, p. 6).

ANEXO N – Exército a Folha do Norte do Paraná

EXÉRCITO

de 22 pessoas e a desbarata-
mento de um covão prece-
mubia. A informação aces-
centa que o grupo de elemen-
tos subversivos planejara or-
ganizar um campo de adentra-
mento de guerrilhas e organi-
zar atos de sabotagem nos ci-
dades. (Leia na 3.a Pág.)

Folha do Norte
DO PARANÁ

ANO II — Marlagá, domingo, 2 de agosto de 1964 — Número 534

**Líder do PSP Afirma Que o
Passado Deve Ficar Sepultado**

— SÃO PAULO, 1 (Transpress) — O líder do PSP na Câmara Federal declarou que a revolução deve considerar sepultada, desde o dia 31 de março, as crimes da história passada e a agir com intransigência para que não se repitam. O deputado Arnaldo Corrêa disse que o tempo de esquecermos o desespero policialis-
ta para começarmos a recon-
struir e para isso é necessário
serenidade. Comentando os
últimos pronunciamentos do
governador Carlos Lacerda, o
deputado disse que seu ar-
tigo está fundamentado em senti-
do negativo. Critica que o go-
vernador da Guanabara se en-
guna ao julgar-se dono da re-
volução, embora tenha razões
em algumas das críticas que
faz.

**Mandaguacu Contemplada Com Nova Loja
Renner "A Boa Roupa Ponto Por Ponto"**



14:28 ✓

Fonte: A Folha do Norte do Paraná (1964, p. 1).

ANEXO O – Carta SR. Newton Carneiro

Maringá, 31 de janeiro de 1964.
Exmo Sr. Dr. Newton Carneiro
DD. Deputado Federal
BRASÍLIA-DF
In omnibus Christus!

Cumprimentos em Nosso Senhor.
Ao chegar de Roma, encontrei aqui o seu cartão
com os recortes do Diário do Congresso Nacional.
Muito obrigado pela sua atitude.
Como é natural, dado ao trabalho que aqui
desenvolvemos em favor da promoção do homem do cam-
po, com a orientação cristã e democrática que a
inspira, principalmente na formação dos Sindicatos
Rurais, temos que ser atacados por aqueles que
veem os seus passos cortados na grande campanha
destruidora que realizam, favorecendo a implanta-
ção do comunismo no Brasil.
Com renovados agradecimentos pela sua bon-
dade e patriotismo, confesso-me servo em Xto,

Dom Jaime Luiz Coelho
Bispo de Maringá

Fonte: Cúria Metropolitana de Maringá (1963, p. 1).

ANEXO P – A mulher e a criança na FAP



Fonte: Cúria Metropolitana de Maringá (1963, p. 5).

ANEXO Q – Nota de despesas FAP

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Cumprimentos em Nosso Senhor.
Acuse o recebimento da comunicação dos Sr
Confederação Nacional dos Trabalhadores na

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS | TELEGRAMA

OF EXMO REVUMO DOM JAIME LUIZ
COELHO DD BISPO DIOCESANO MGA

152

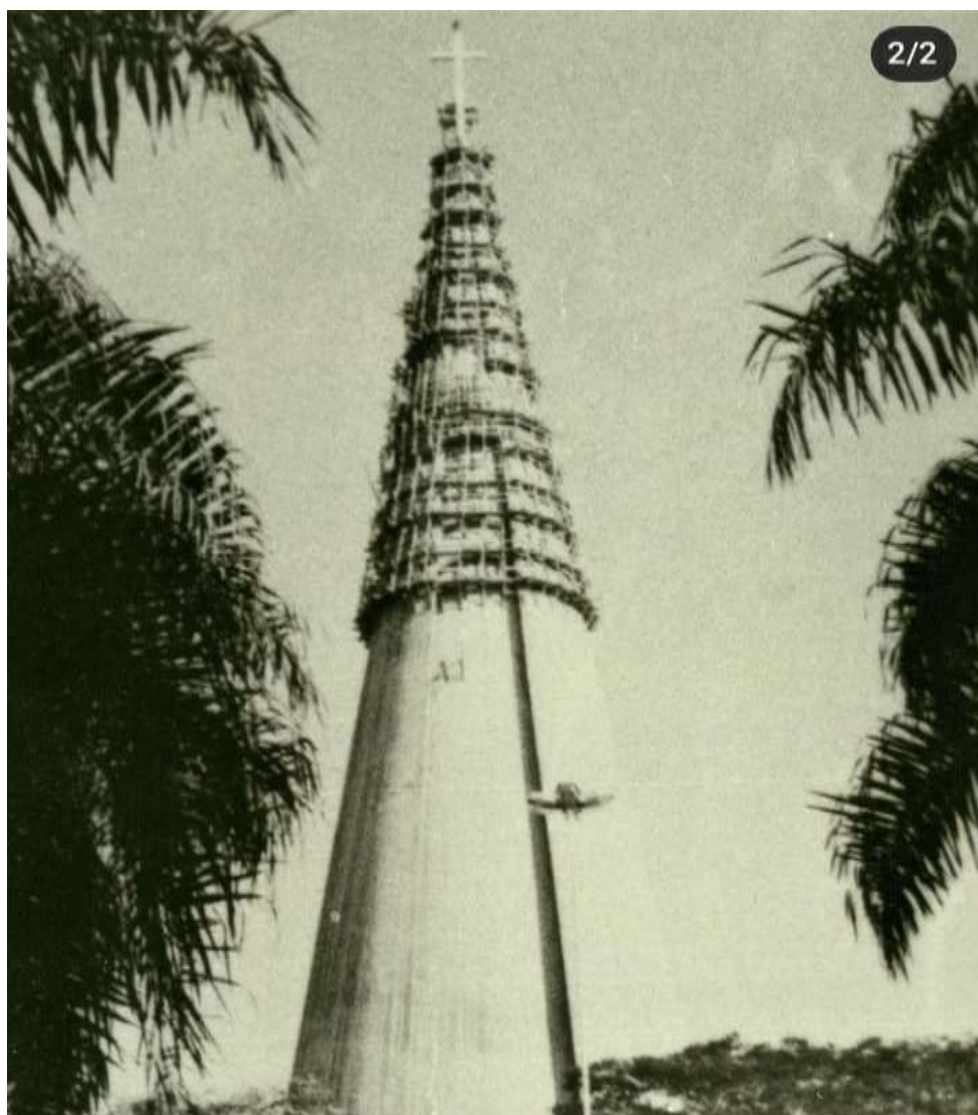
REAMBULO: N 15 CURITIBA PR 295 43 14 1700,

HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE
O RECEBER, COM ESSA PROVIDENCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA
FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.

TENHO HONRA ACUSAR AGRADECER RECEBIMENTO | CONVITE
SOLENIDADES ANIVERSARIO FRENTE AGRARIA PARANAENSE
REALISARA ESSA CIDADE VG FORMULANDO VOTOS COMEMORACOES
ALCANCEM PLENO EXITO PT ATS SDS DR AYRTON RICARDO DOS
SANTOS SECRETARIO SAUDE PUBLICA PARANA ,

Fonte: Cúria Metropolitana de Maringá (1964, p. 1).

ANEXO R – Catedral Antiga



Fonte: Maringá Histórica (2021).

ANEXO S – Missa Campal²¹

Fonte Maringá Histórica (2021).

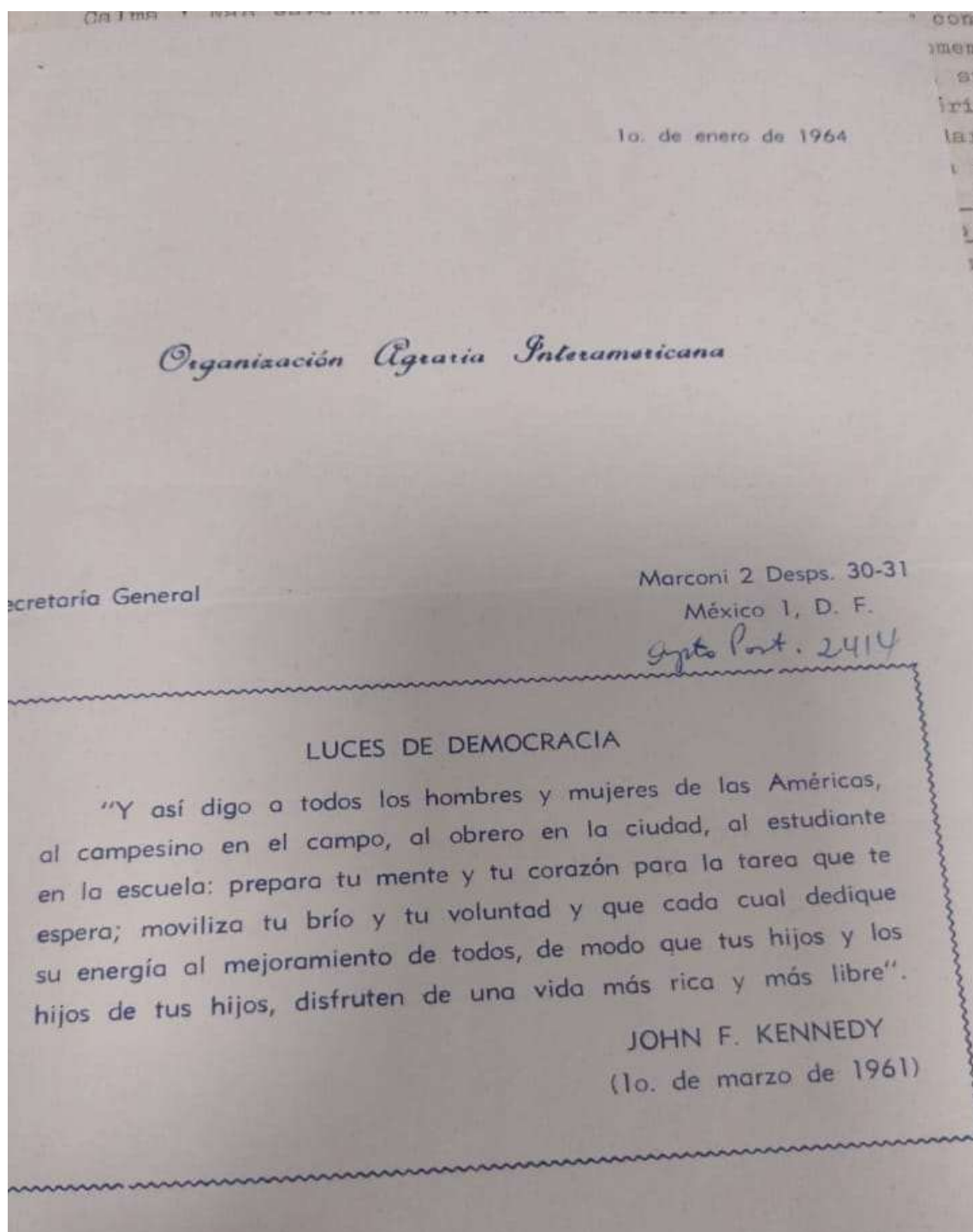
²¹ Missa Campal onde seria construída A Catedral em 1957.

ANEXO T – Missa celebrada por Dom Jaime Luiz Coelho²²

Fonte Maringá Histórica (2021).

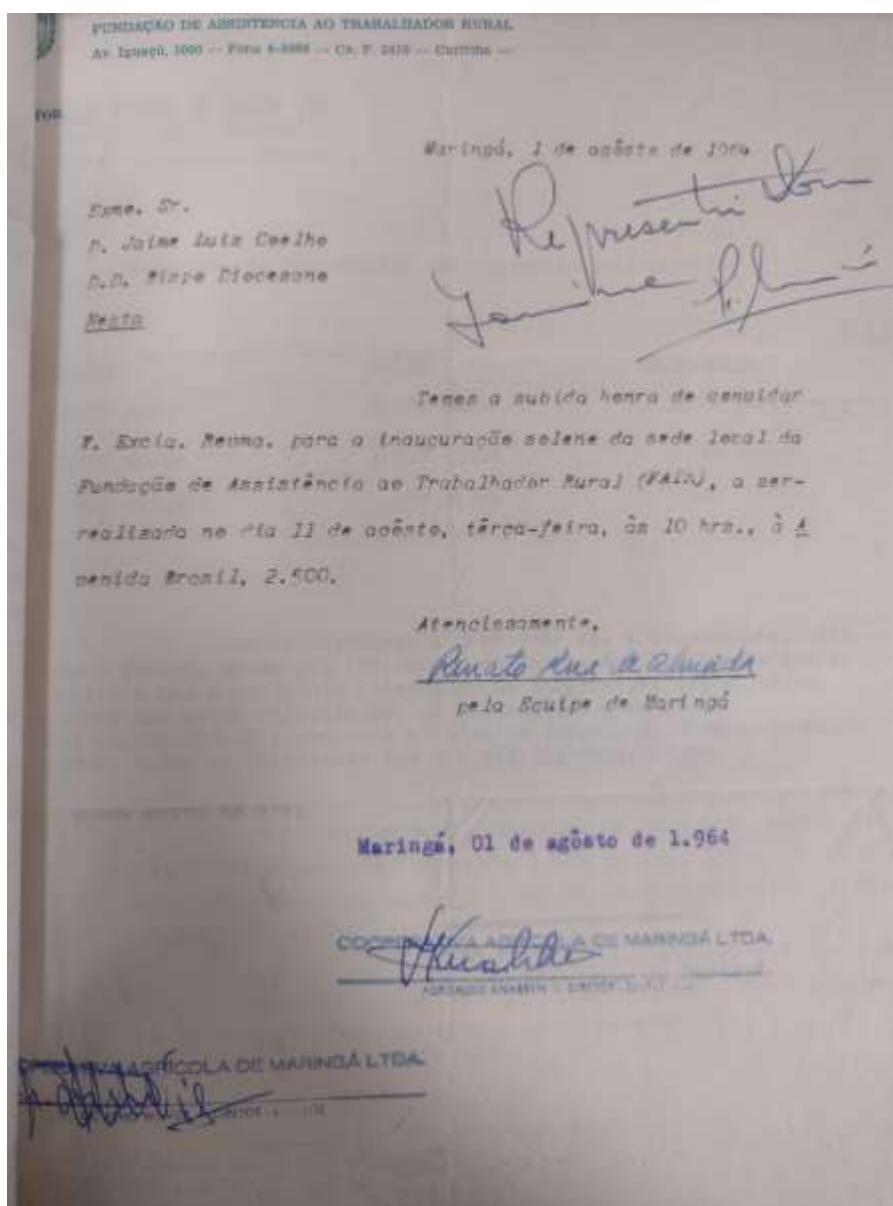
²² Missa Campal Celebrada por Dom Jaime Luís Coelho. 1º Bispo de Maringá.

ANEXO U – Organização Agrária Internacional



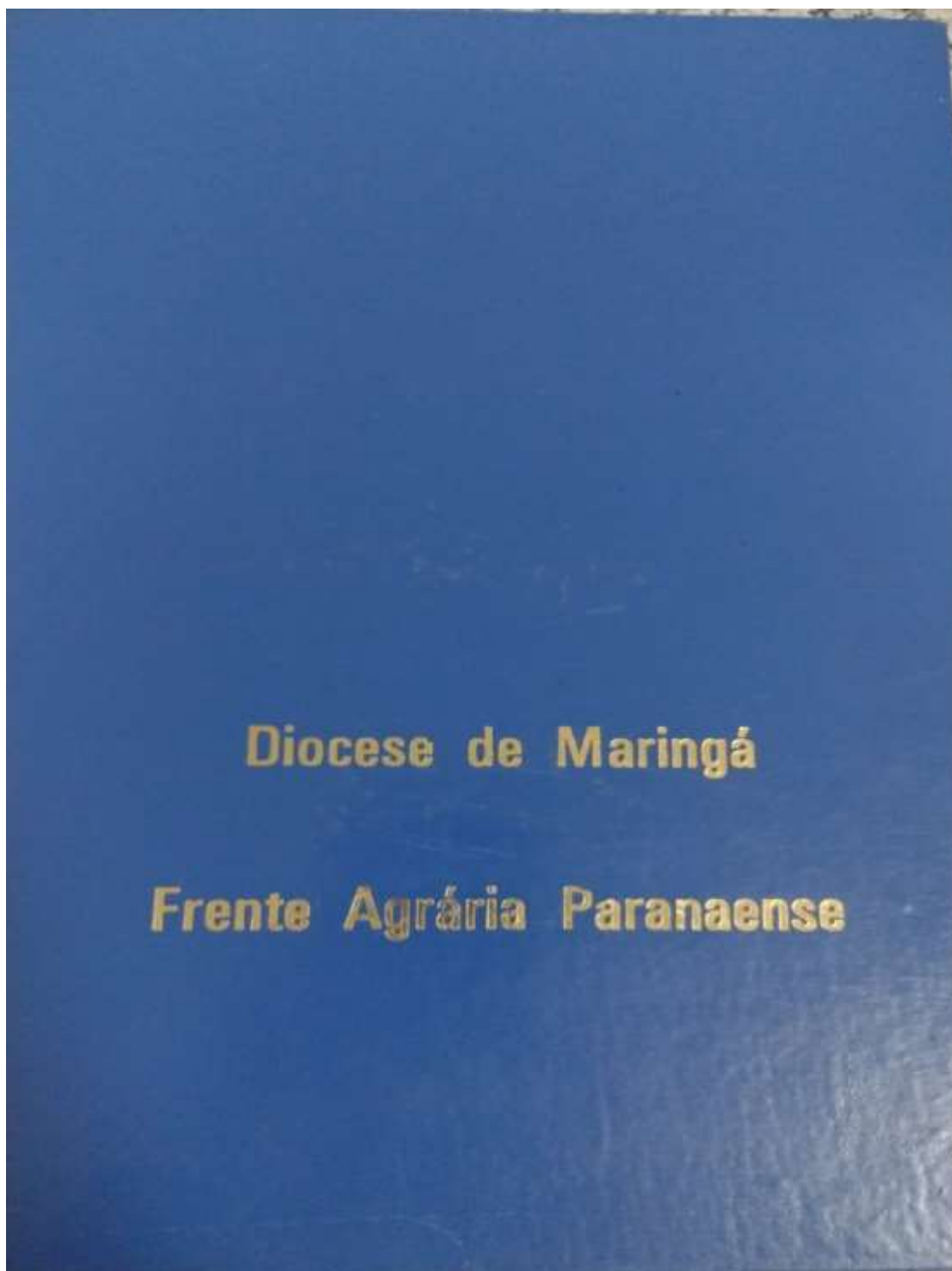
Fonte Cúria Metropolitana de Maringá (1961, p. 1).

ANEXO V – Carta Convite



Fonte Cúria Metropolitana de Maringá (1964, p. 1).

ANEXO X – Capa dos documentos Frente Agrária



Fonte: Cúria Metropolitana de Maringá (1961).